

ESPECIAL REVOLUÇÃO RUSSA 90 ANOS



# OMNIA

*Princípios*

REVISTA TEÓRICA, POLÍTICA E DE INFORMAÇÃO

## A NOVA LUTA PELO SOCIALISMO

TRANSCORRIDOS 90 ANOS DA REVOLUÇÃO RUSSA,  
EMERGE DAS CONTRADIÇÕES DO CAPITALISMO  
CONTEMPORÂNEO E DO AVANÇO DA  
CONSCIÊNCIA SOCIAL UMA NOVA JORNADA  
DOS POVOS PELOS IDEAIS LIBERTÁRIOS  
DO SOCIALISMO, AGORA, REJUVENESCIDOS  
PELAS LIÇÕES DA HISTÓRIA.

1917

OUTUBRO ■ NOVEEMBRO/2007 Nº92 R\$ 8,00



# A PREFEITURA DE ARACAJU TRABALHA PARA MELHORAR A VIDA DO SEU POVO



**BOLSA FAMÍLIA: MAIS DE 26 MIL FAMÍLIAS BENEFICIADAS**



**MAIS DE 50Km  
DE RUAS RECAPEADAS**



**PROGRAMA ATENDE:**  
Mais atenção e respeito ao cidadão.



**32KM DE CICLOVIAS:**  
Qualidade de vida e respeito  
ao meio ambiente.



Limpeza de canais e prevenção  
contra alagamentos.  
**38 BAIRROS BENEFICIADOS**

Em apenas um ano e meio a Prefeitura de Aracaju ampliou o Bolsa Família e hoje beneficia mais de 26 mil famílias, além de oferecer cursos profissionalizantes através do Programa de Inclusão Produtiva, que vai possibilitar, em breve, que as famílias atendidas possam caminhar sozinhas. A Prefeitura também está investindo na limpeza dos canais com uma técnica inovadora, e na prevenção contra alagamentos. 38 bairros já foram beneficiados. Além disso, as ruas e avenidas de Aracaju foram revitalizadas: são mais de 50 km de recapeamento, com asfalto de qualidade. Só no Centro Histórico foram mais de 23 km de ruas asfaltadas. E com a entrega da nova ciclovia da Tancredo Neves, Aracaju já tem 32 km de ciclovias, incluindo as avenidas Santa Gleide, São Paulo e Augusto Franco. Outra novidade é o Programa Atende, que oferece transporte gratuito para portadores de necessidades especiais em casos de consultas, exames e tratamentos de reabilitação. Levar qualidade de vida para o cidadão, é isso que a Prefeitura faz. E constrói uma cidade moderna, que se preocupa com o bem-estar do seu povo.

Isso é resultado. Isso é trabalho sério.

**QUANDO O TRABALHO É SÉRIO  
O RESULTADO  
APARECE**





# Outros “Outubros” virão...

**A** Revolução Russa – que neste ano faz 90 anos – marcou e moldou a geopolítica mundial no Século XX e, mesmo com o fim do seu esplêndido fruto, a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS), ocorrido em 1991, suas ondas continuam a reverberar no limiar do Século XXI. Assim como a Revolução Francesa abriu o ciclo das revoluções burguesas simbolizando a ascensão do capitalismo, a Revolução Russa confirma o cerne da teoria marxista e inaugura a era das revoluções proletárias.

Com Outubro o socialismo pela vez primeira salta das lutas, dos livros, da consciência dos trabalhadores e ganha concretude. Se, no fundamental, confirma as análises de Marx e Engels e Lênin também, no específico, nega prognósticos elaborados pelos três.

A revolução dos oprimidos de fato eclodiu, mas ao contrário da especulação de Marx ela não se realiza em países capitalistas desenvolvidos, o espectro do comunismo que ronda a Europa de que fala o *Manifesto* ricochetou no Velho Mundo e foi estourar na “velha” Rússia, situada na periferia do sistema e atrasada economicamente. Se Lênin acertou em cheio com sua teoria do “elo mais frágil”, o mesmo não ocorreu com o prognóstico dele e de seus camaradas bolcheviques: Outubro não se espalhou pela Europa.

Um e outro fato condicionaram profundamente a experiência soviética. E a realidade com sua força e criatividade impôs o desafio da transição do capitalismo ao socialismo num país atrasado cercado de capitalismo por todos os lados. Capitalismo que desencadeou feroz combate e empreendeu várias estratégias para liquidar a primeira pátria socialista.

Na verdade, mesmo sob circunstâncias adversas, várias etapas da transição do capitalismo ao socialismo foram vencidas. Lá, o socialismo, sim, conheceu um processo de edificação. E o legado dele, nessa sua fase inaugural na história, é precioso.

O próprio capitalismo se viu impelido a fazer concessões aos trabalhadores. A democracia burguesa na Europa sob a pressão da luta operária que cresce pós-Outubro é obrigada a pôr fim ao voto censitário e garantir o voto feminino. A democracia socialista veta as discriminações étnicas e promove a luta pela igualdade de direitos às mulheres. Para além dos direitos políticos ela canaliza a riqueza à elevação da qualidade da vida material e cultural do povo. Por meio de uma espécie de “segundo dia da criação” se dá um vertiginoso processo de industrialização, impulsionando um crescimento econômico com índices de produtividade competitivos em relação aos de países de capitalismo avançado. Um oceano de vidas soviéticas pereceu na jornada vitoriosa contra a peste do nazi-fascismo. A URSS impulsiona as grandes revoluções nacionais na Ásia e na África que libertaram os povos do jugo do colonialismo.

Mas, embora frondosa, a experiência fracassou. E se a conquista inaugural dos proletários influenciou positivamente a marcha da humanidade, o seu fim em 1991 tem impacto oposto. À época, Bush, o pai, proclama ao mundo que com “o fim do comunismo” o planeta conheceria um período de paz e prosperidade. Sem a URSS e o campo socialista para confrontá-lo o imperialismo recrudescer sua ofensiva contra os povos e a exploração capitalista se exacerbou sobre os trabalhadores.

Contraditoriamente, dessa supremacia do capitalismo que ascendentemente centraliza e concentra as riquezas num pequeno conjunto de países e de megacorporações; agiganta a financeirização do capital; espalha o desemprego e super-exploração do trabalho; empreende guerras e ameaças; enfim, não consegue dar respostas aos elementares anseios da humanidade, dessa realidade emerge uma nova luta pelo socialismo.

Essa nova luta, simultaneamente, ganha corpo com a elevação da consciência social. A própria sistematização das respostas à pergunta do porquê do fracasso e da derrocada da URSS e as lições derivadas desse processo auto-crítico foram o ponto de partida dessa nova jornada libertária. Desse esforço veio à luz um socialismo renovado pela crítica da história e sustentado pelo avanço progressivo da luta de resistência dos povos.

Assim como a gênese, o crescimento e a expansão do capitalismo se deram num processo histórico longo com idas e vindas, a construção de um mundo formado por um conjunto de “pátrias sem amos” se revelou um processo muito mais complexo, porém não impossível, como bem o demonstram China, Cuba, Vietnã e outros países.

Outros “Outubros” virão segundo a singularidade de cada país e por caminhos os mais variados, mas com a mesma perspectiva!

Princípios



# Índice

## CAPA

**Lênin e os dilemas da  
Revolução Russa de 1917**  
Augusto Buonicore..... **6**

**Os impactos da  
Revolução Russa no Brasil**  
Astrojildo Pereira..... **12**

**Marx, Cristóvão Colombo e a  
Revolução de Outubro**  
Domenico Losurdo..... **17**

**Os desafios da democracia e  
da produtividade no socialismo**  
Entrevista com Luis Fernandes..... **32**

**O marxismo e o  
capitalismo no século XXI**  
João Quartim de Moraes..... **44**

**A nova luta pelo socialismo**  
Renato Rabelo..... **48**

**Um leninismo para o  
nosso tempo – Partido:  
consciência, sujeito e instrumento**  
Walter Sorrentino e  
José Carlos Ruy..... **55**

**Comemorar Outubro abrindo caminho  
para a nova Primavera dos Povos**  
José Reinaldo Carvalho..... **61**

**Por uma sociedade socialista  
harmoniosa**  
Hu Jintao..... **66**



**O socialismo no Vietnã: de 1945 até a  
atual renovação**  
Nguyen Viet Thao..... **71**



**Antecedentes históricos da  
transformação sócio-política  
de Cuba**  
Dr. José Luis Rodríguez García..... **78**

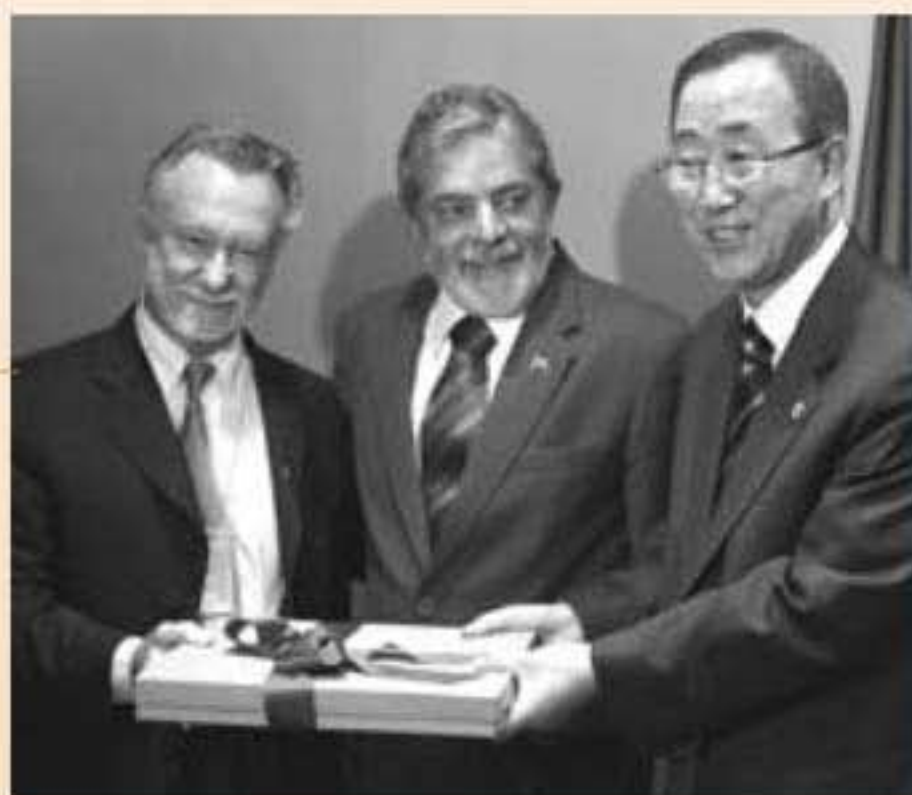
**Características da nova luta pelo  
Socialismo na América Latina**  
Ronaldo Carmona..... **86**



CULTURA

**Portinari: 50 anos do mural Guerra e Paz na sede das Nações Unidas**

Pedro de Oliveira.....**38**



*Lula, com João Portinari e o Secretário-Geral da ONU, Ban Ki Moon, em 25 de setembro*

BRASIL

**Avançam mudanças na área energética**

Haroldo Lima.....**90**

**Jogos Pan-americanos Rio 2007: significado, concretude e desafios**

Orlando Silva Junior.....**94**



**\* Edição especial comemorativa dos 90 anos da Revolução Russa – excepcionalmente esta edição de Princípios circula com 90 páginas e formato diferente.**



# *Lênin e os dilemas da Revolução Russa de 1917*

Augusto C. Buonicore



**A essência da obra de Lênin, líder da Revolução Russa, precisa ser melhor conhecida. Isso porque seu pensamento dialético e avesso ao dogmatismo, muitas vezes foi reduzido a fórmulas esquemáticas. Este artigo aborda a contribuição teórica de Lênin ao processo revolucionário russo entre fevereiro e outubro de 1917 e recupera aspectos menos conhecidos de sua elaboração política**

Lênin desenhado por Vasiliev



## A particularidade da revolução democrática na Rússia: o duplo poder

Em fevereiro de 1917 o povo russo pôs abaixo a odiada autocracia czarista. Em seu lugar surgiu um governo provisório composto por setores da oposição liberal-burguesa e por correntes socialistas reformistas. Ao lado deste surgiu um outro poder, criado pela ação revolucionária das massas populares: os soviets. Estava assim estabelecido um duplo poder.

Desde o seu nascedouro o governo provisório deu sinais de que não poderia corresponder aos grandes acontecimentos que estavam sacudindo a Rússia. Por um lado, não se mostrava disposto a atender às principais reivindicações dos trabalhadores, que haviam sido a força decisiva na derrocada do czarismo. Não se comprometia com a decretação da paz, com a reforma agrária e nem mesmo com as bandeiras democráticas, como a convocação de uma assembleia nacional constituinte. E, por outro, os Soviets dirigidos pelos social-revolucionários e mencheviques não estavam determinados a arrancar dele essas conquistas. A própria direção bolchevique vacilava em relação a que atitude tomar frente ao governo.

Lênin, que estava exilado, mostrava muita preocupação com o desenvolvimento do processo revolucionário. Assim, escreveu cinco cartas analisando a situação política aberta após a revolução e expondo suas opiniões sobre qual devia ser uma tática justa naquela nova, e imprevista, situação. Estas seriam denominadas *Cartas de Longe*. Ele iniciou sua correspondência vaticinando: “Seguramente, esta primeira etapa não será a última de nossa revolução”.

“Ao lado deste governo (provisório), continuou ele, apareceu um governo operário (...) ainda, relativamente débil, que expressa os interesses do proletariado e de todos os elementos pobres da população da cidade e do campo. Este governo é dos Soviets (...) Quem pretende que os operários devem apoiar ao novo governo em nome da luta contra a reação czarista (...) trai os operários, trai a causa do proletariado, a causa da paz e da liberdade. Porque, de fato, este novo governo já está atado de mãos e pés ao

capital imperialismo, à política imperialista belicista, de rapina e já iniciou as transações (sem consultar ao povo) com a dinastia”. E, concluiu, que aquele governo não podia dar ao povo “nem a paz, nem o pão, nem a liberdade”.

Em abril, Lênin chegou a uma Rússia ainda convulsionada e apresentou, pela primeira vez, a palavra de ordem revolucionária: “Todo o Poder aos Soviets!”. Nesse período também elaborou dois importantes documentos: *Teses de Abril* e *As tarefas do proletariado na presente revolução*.

“Na Rússia”, escreveu ele, “o poder de Estado

passou para as mãos de uma nova classe, a saber, da burguesia e dos latifundiários que se tornaram burgueses. Desta forma a revolução democrático-burguesa está consumada (...) A característica principal de nossa revolução (...) é a duplicidade de poderes (...) Esta circunstância excepcionalmente original, sem precedente na história da humanidade, levou ao entrelaçamento de duas ditaduras: a ditadura da burguesia (...) e a ditadura do proletariado e dos cam-

poneses (o Soviete de deputados operário e soldados)”.

Ele tinha plena consciência da instabilidade dessa situação e dos perigos, e possibilidades, que ela colocava diante do proletariado. “Não há sombra de dúvida”, afirmou, “de que esse ‘entrelaçamento’ não está em condições de se sustentar por muito tempo. Não podem subsistir dois poderes num mesmo Estado. Um deles precisa desaparecer”.

No entanto, deixou claro não acreditar na possibilidade de implantação imediata do socialismo e haver a necessidade de um período de transição mais ou menos longo, dependendo de uma série de fatores objetivos e subjetivos. “Nossa tarefa imediata não é a ‘introdução’ do socialismo (...) O partido do proletariado não pode propor-se, de forma alguma, ‘estabelecer’ o socialismo num país de pequenos camponeses enquanto a grande maioria da população não tiver tomado consciência da necessidade da revolução socialista”, escreveu ele.

Ainda em abril escreveu o artigo **Sobre a Dualidade de Poderes**, em que contestava aqueles

Lênin deixou claro que não acreditava na possibilidade da implantação imediata do socialismo e que seria necessário um período de transição mais ou menos longo



que pretendiam derrubar imediatamente o governo provisório. O governo devia ser derrubado por ser oligárquico e burguês, mas isso não poderia ser realizado em curto prazo, pois ele ainda tinha apoio dos Sovietes e de parte significativa da população.

O Comitê Central bolchevique de Petrogrado rejeitou as teses de Lênin. Na maioria dos comitês, a nova tática proposta foi recebida com desconfiança. A respeito das sucessivas derrotas sofridas, Sukhanov escreveu: “a massa do partido eleva-se contra Lênin para defender os princípios elementares do socialismo científico tradicional”. Bogdanov comentou: “É um delírio, o delírio de um louco”. Goldenberg afirmou irônico: “Durante muitos anos, o lugar de Bakhunin na revolução russa tinha estado vazio; agora, foi ocupado por Lênin”. Kamenev, importante líder bolchevique, resistiu em publicar os artigos de Lênin. O primeiro deles acabou saindo em 7 de abril com o título Sobre os objetivos do proletariado na revolução atual.

Alguns velhos bolcheviques estavam presos a esquemas enrijecidos. Ao contrário do que pensavam, não aplicavam as teses presentes em Duas táticas da social democracia na revolução democrática – escrita por Lênin em 1905 –, mas sim recuavam para a posição esquemática predominante na II Internacional, que encarava a revolução como uma sucessão de etapas rígidas, estanques, sem comunicação entre si. Segundo essa concepção, seria preciso um longo período de desenvolvimento capitalista, sob o domínio político burguês, para que se pudesse avançar a uma segunda etapa socialista. Tese rejeitada por Lênin desde 1905.

Lênin, buscando novamente esclarecer suas reais posições, escreveu uma série de cartas. A primeira intitula-se **Análise da situação atual**. Nela, defendeu a justeza da estratégia e da tática bolcheviques aplicadas até a revolução de fevereiro. “Desde a revolução”, escreveu, “o poder está nas mãos de uma classe diferente, uma classe nova, isto é, a burguesia (...) A este nível, a revolução burguesa, ou democrático-burguesa, está concluída (...) As palavras de ordem e idéias bolchevistas, no seu todo, têm sido confirmadas pela história; mas, concretamente, as coisas resultaram de forma diferente; são mais originais, mais peculiares, mais variadas do que se podia ter esperado (...) ‘A ditadura revolucionária e democrática do proletariado e camponato’ já se tornou uma realidade”. No entanto, “temos lado a lado, coexistindo simultaneamente, a regra burguesa (...) e uma ditadura revolucionária e democrática do proletariado e camponato

que vai cedendo voluntariamente poder à burguesia, tornando-se voluntariamente um apêndice da burguesia”. E concluiu: “Este fato não se enquadra nos velhos esquemas”. Novamente ele se defendeu da acusação de querer saltar etapas na revolução. “Mas não estamos nós em perigo de cair no subjetivismo, de querer chegar à revolução socialista ‘saltando’ sobre a revolução democrático-burguesa – que ainda não está concluída e nem esgotou o movimento camponês? Eu poderia incorrer neste erro se dissesse: ‘Não ao czar, sim a um governo operário’. Mas, eu não disse isso (...) Afirmei que não pode haver outro governo (exceto um governo burguês) na Rússia que não seja o dos Sovietes de Deputados operários, trabalhadores rurais, soldados e camponeses (...) E nestes Sovietes (...) são os camponeses, os soldados, isto é, a pequena burguesia, que tem preponderância, para usar um termo científico, marxista, uma caracterização classista (...) Nas minhas teses, precavi-me seguramente a fim de não saltar sobre o movimento camponês (...) ou sobre o movimento pequeno burguês em geral, contra qualquer brincadeira de ‘tomada do poder’ por um governo operário, contra qualquer tipo de aventureirismo blanquista (...) O controle sobre a banca, a fusão de todos os bancos num só, não é ainda socialismo, mas passo rumo ao socialismo”.

### O “desenvolvimento pacífico da revolução” e o problema da transição ao socialismo

Lênin passou os meses seguintes, pacientemente, esclarecendo suas posições para o conjunto da militância partidária. A crise político-revolucionária recrudescera com as sucessivas derrotas militares russas e Lênin conseguiu enfim impor sua posição ao conjunto do Partido.

No dia 18 de abril o ministro de negócios estrangeiros do governo provisório lançou uma nota acintosa afirmando que “o povo desejava continuar a guerra até à vitória total”. Dois dias depois mais de 100 mil manifestantes saíram às ruas contra essa declaração. Um grupo de bolcheviques chegou a levantar a palavra-de-ordem “abaixo o governo provisório!”.

Isto contrariava frontalmente a tática apregoada por Lênin. Escreveu ele: “Dissemos que a palavra de ordem ‘Abaixo o governo provisório!’ era aventureira, que agora não se podia derrubar o governo e, por isso, lançamos a palavra de ordem de manifestação pacífica. Só queríamos fazer um reconhecimento pacífico das forças do inimigo, sem lhe dar combate, mas o



Comitê de Petersburgo virou um pouco mais para a esquerda, o que neste caso é, naturalmente, um gravíssimo crime (...) No momento da ação era despropositado ir 'um pouco mais para esquerda'".

Imediatamente o governo e as forças conservadoras acusaram os bolcheviques de serem agentes do governo alemão. A onda reacionária foi tão forte que levou à efetuação de um amplo acordo no interior dos Sovietes: os bolcheviques lançariam uma nota desmentindo as acusações e a direção dos Sovietes exigiria a retirada da nota do ministro. O incidente acarretou sua demissão do ministério. Esta foi a primeira grave crise do governo provisório. Lênin criticou a vacilação da direção dos Sovietes que poderia ter se aproveitado da crise para exigir que todo o poder fosse transferido para ela e assim conduzir a revolução por um caminho menos traumático, através da constituição de um governo efetivamente operário e popular ainda que sob hegemonia dos mencheviques e social-revolucionários.

Na 7ª Conferência dos bolcheviques, iniciada em 24 de abril, as posições de Lênin foram vitoriosas. Ratificou-se a tática de "desenvolvimento pacífico da revolução", expressa na palavra-de-ordem "Todo poder aos Sovietes!". Rejeitou-se também a consigna "Abaixo o governo provisório!".

Outro ponto de divergência era quanto à existência ou não de uma fase de transição na revolução russa, que conduziria ao socialismo. Neste ponto Lênin condenou, novamente, a tese que afirmava ser preciso passar diretamente para o socialismo, sem etapas intermediárias – sem nenhum processo de transição.

A resolução aprovada afirmava: "o proletariado da Rússia que atua num dos países mais atrasados da Europa, no meio de uma imensa população de pequenos camponeses, não pode propor-se como fim a realização imediata de transformações socialistas". E, em seguida, apresentou o programa desta

"transição ao socialismo" na Rússia pós-fevereiro: nacionalização da terra, o controle do Estado sobre os bancos – e a sua fusão num banco central único –, controle sobre os maiores consórcios capitalistas, sistema mais justo de impostos progressivos sobre rendimentos e bens. Mesmo na aplicação dessas medidas, ainda não socialistas, seria necessário "uma extraordinária prudência e precaução", pois seria preciso "conquistar uma sólida maioria da população e conseguir a sua convicção consciente na preparação prática desta ou daquela medida".

### A ofensiva reacionária e o fim do desenvolvimento pacífico

No final de junho a situação se tornou desesperadora após sucessivas derrotas do exército russo. A mortandade nos campos de batalha e a fome adubaram o solo da revolução. Finalmente alguns regimentos decidiram pôr abaixo o governo provisório.

Os bolcheviques desaconselharam a rebelião, afirmando que as condições ainda não estavam maduras. No entanto, a situação havia fugido do controle. Os operários também estavam agitados e aderiram ao movimento. Não podendo impedi-lo, sob pena de se isolar das massas avançadas, decidiram participar transformando-o numa manifestação pacífica – evitando assim provocações desnecessárias.

Entre 3 e 4 de julho ocorreram manifestações de caráter revolucionário que reuniram cerca de 500 mil pessoas. O movimento foi reprimido à bala pelo governo de Kerensky. Nos choques morreram centenas de pessoas.

As forças conservadoras não perderam tempo e passaram à ofensiva contra os bolcheviques. Lênin foi obrigado a se refugiar na Finlândia. Os jornais bolcheviques foram fechados e o Partido passou para a clandestinidade. Temerosa, a direção dos Sovietes

Lênin criticou a vacilação da direção dos Sovietes que poderia ter se aproveitado da crise para exigir que todo o poder fosse transferido para ela e assim conduzir a revolução por um caminho menos traumático, através da constituição de um governo efetivamente operário e popular



capitulou. O duplo poder se esvaiu. O único poder passou a ser o governo provisório e este rapidamente se transmutou num regime assentado nas forças militares reacionárias. A revolução passava, segundo Lênin, por mais uma “viragem histórica” que exigia uma nova tática.

Lênin escreveu: “Todas as esperanças de um desenvolvimento pacífico da revolução russa se desvaneceram definitivamente.

A situação é esta: ou a vitória da ditadura militar ou a vitória da insurreição armada dos operários (...) A palavra de ordem da passagem de todo o poder aos Sovietes foi a palavra de ordem do desenvolvimento pacífico da revolução possível em abril, em maio, em junho e até 5-9 de julho, isto é, até o poder passar de fato para as mãos da ditadura militar”.

No artigo **A propósito das palavras de ordem**, escrito poucos dias depois da vitória da contra-revolução, Lênin voltou ao tema: “A palavra de ordem de passagem de todo poder aos soviets foi justa durante o período passado de nossa revolução” no qual “reinava a chamada ‘dualidade de poder’ (...) Eis o que garantia a via pacífica de desenvolvimento (...) E isto teria sido o mais fácil, o mais vantajoso para o povo. Tal caminho seria o mais indolor e por isso mesmo era preciso lutar por ele com toda energia (...) A via pacífica do desenvolvimento da revolução foi tornada impossível. Começou a via não-pacífica, a mais dolorosa”. Assim, os bolcheviques abandonaram a consigna “todo poder aos soviets!” e a insurreição começou a ser preparada.

Aqui cabe uma advertência: o denominado “desenvolvimento pacífico da revolução”, apregoado por Lênin, não tinha nenhuma relação com a tese de “via pacífica para o socialismo”, defendida pelas correntes reformistas. Não se confundia com a gradual conquista do poder através da institucionalidade democrático-burguesa. O pressuposto de Lênin era a existência de um duplo poder, no qual o

poder operário e popular possuía força política, moral e militar reais. Era preciso construir e fortalecer uma outra institucionalidade mais avançada e mais democrática de caráter operário e popular.

Derrotados os bolcheviques, a reação burguesa voltou-se contra os Sovietes e o governo provisório. O general Kornilov, comandante-em-chefe do exército, exigiu a dissolução imediata dos Sovietes. Não

conseguindo seu intento, em 25 de agosto, lançou seu exército contra Petrogrado.

Constituiu-se então um vigoroso movimento de resistência dirigido pelos bolcheviques. Kornilov foi rapidamente derrotado e preso. O governo de Kerensky se enfraqueceu e os bolcheviques adquiriram grande autoridade moral e política.

O crescimento do Partido bolchevique foi assustador e ele passou a dirigir os Sovietes de Petrogrado e de Moscou. Lênin constatou uma nova “viragem histórica” no processo revolucionário e propôs uma alteração na tática – retomando a linha do “desenvolvimento pacífico”.

(...) o denominado ‘desenvolvimento pacífico da revolução’, apregoado por Lênin, não tinha nenhuma relação com a tese de ‘via pacífica para o socialismo’, defendida pelas correntes reformistas.

Não se confundia com a gradual conquista do poder político através da institucionalidade democrático-burguesa

### Os compromissos e as novas perspectivas do “desenvolvimento pacífico”

Em primeiro de setembro Lênin escreveu o artigo **Sobre os compromissos**. Nele afirmou: “A idéia corrente que o homem de rua tem dos bolcheviques, encorajada por uma imprensa que os calunia, é de que os bolcheviques nunca concordarão com um compromisso com ninguém (...) Contudo, devemos afirmar que esta é uma idéia errada (...) A Revolução Russa está a experimentar uma viragem tão abrupta e original que nós, como partido, podemos conceder um compromisso voluntário (...) com os nossos adversários mais próximos, os partidos pequeno-burgueses ‘dominantes’, os socialistas revolucionários e os mencheviques”.

Continuou ele: “O compromisso da nossa parte é o nosso regresso à exigência de antes de julho de



todo poder aos Sovietes e um governo de social-revolucionários e mencheviques responsável perante ele (...), tal governo poderia ser instalado e consolidado de um modo perfeitamente pacífico (...) e proporcionar fortes possibilidades para grandes progressos nos movimentos mundiais pela a paz e vitória do socialismo (...) uma oportunidade extremamente rara na história e extremamente valiosa (...) O compromisso equivaleria ao seguinte: os bolcheviques, sem fazerem qualquer exigência de participação no governo (...) abster-se-iam de exigir a transferência imediata do poder para o proletariado e camponeses pobres e de empregar métodos revolucionários de luta por essa exigência. Uma condição evidente (...) consistiria na liberdade completa para propaganda e convocação da Assembléia Constituinte sem mais demora". Mas concluiu: "Talvez isto já seja impossível? Talvez. Mas se ainda houver uma probabilidade em cem, o esforço para concretização desta oportunidade ainda valerá a pena".

### A hora da insurreição armada

Infelizmente, poucos dias depois essa situação propícia para uma transição pacífica ao socialismo já havia passado. Os mencheviques e os social-revolucionários não acataram a proposta dos bolcheviques, criando novamente um impasse no processo revolucionário. Lênin chegou a conclusão de que a insurreição armada estava na ordem do dia.

Esta posição sofreu uma dura oposição. Num reunião do Comitê Central, em 15 de setembro, a proposta de Lênin não conseguiu ser



Pintura de Vladimirovich, 1926

aprovada e ele resolveu abandonar o exílio. Em outubro já estava em solo russo e na reunião do Comitê Central, ocorrida no dia 10, suas posições saíram vitoriosas.

Abriu-se, então, a polêmica sobre a data da insurreição e quem a dirigiria. Para Trotsky ela deveria ser comandada pela direção do congresso dos Sovietes. Lênin defendeu que não se devia esperar, mas sim colocar a tomada do poder como fato consumado ao congresso e entregar-lhe o poder. O impasse continuou até o dia 16 de outubro, quando uma nova reunião decidiu pelas posições de Lênin.

Em sete de novembro, coincidindo com a abertura do II Congresso dos Sovietes, os bolcheviques tomaram o poder em nome do proletariado revolucionário. Mais tarde ele diria que havia sido mais fácil tomar o poder na Rússia do que dar os primeiros passos na construção da nova sociedade socialista.

\* Augusto Buonicore é historiador e membro da Comissão Editorial de Princípios.

### Bibliografia

- Bambirra, Vânia e Santos, Theotonio dos. *La estrategia y la táctica socialistas de Marx y Engels a Lenin*, Ediciones Era, México, 1981.
- Cruz, Humberto M. da. *Lenine e o Partido Bolchevique*, Seara Nova, Lisboa, 1976.
- Harnecker, Marta. *Estratégia e Tática*, Expressão Popular, São Paulo, 2004.
- Instituto de Marxismo-Leninismo/PCUS, *Lenine: Biografia*, Lisboa-Moscú, 1984.
- Gruppi, Luciano. *O pensamento de Lênin*, Graal, Rio de Janeiro, 1979.
- Lênin, V. I. *Obras escolhidas. Volume 2*, Alfa-Omega, São Paulo, 1980.
- \_\_\_\_\_. *Cartas sobre tática*. Editorial Estampa, Lisboa, 1978.
- \_\_\_\_\_. *Cartas desde lejos*. Editorial Progreso, Moscú, 1980.
- \_\_\_\_\_. *Teses de abril*, Acadêmica, São Paulo, 1987.



# Os impactos da Revolução Russa no Brasil

**Astrojildo Pereira,  
destacado intelectual  
e um dos fundadores  
do Partido**

**Comunista do Brasil  
– em conferência  
pronunciada em  
25 de setembro  
de 1957 – deu  
seu testemunho  
sobre o impacto  
da Revolução Russa  
no movimento operário  
brasileiro. *Princípios*  
publica a parte principal  
de sua exposição**



**ASTROJILDO PEREIRA**

**É** uma honra falar nesta casa paulista da cultura, e isto sobe de ponto quando me vejo patrocinado por tão ilustres personalidades das letras, das artes, da ciência e da política. Acredito, no entanto, que meus amigos da comissão organizadora deste ato carregaram um pouco a mão na ênfase com que anunciaram como possível conferência de caráter histórico ou sociológico o que pretendo expor. Minha intenção é muito mais modesta e até mais própria da minha condição em relação ao tema proposto: falar apenas como testemunha que acompanhou, com apaixonado interesse, o processo da Revolução Russa de 1917, seus antecedentes e suas repercussões entre nós, especialmente no movimento operário.

Durante a guerra imperialista de 1914-1918, mesmo depois que o Brasil se viu envolvido no conflito, às vésperas da Revolução de Outubro, os trabalhadores brasileiros e o melhor da nossa intelectualidade sustentaram – pelos meios que lhes eram próprios e possíveis – a mesma posição de repúdio à guerra, da luta contra suas implicações políticas e econômicas e pelo restabelecimento da paz. Os jornais operários e populares então publicados no Distrito Federal e nos Estados refletiam esse estado de espírito de revolta



contra a guerra imperialista e o regime que a gerara.

Mas foi a partir do primeiro trimestre de 1915 que a luta contra a guerra, pela paz, se ampliou e tomou um impulso do movimento nacional organizado.

Coube ao Centro de Estudos Sociais do Rio de Janeiro a iniciativa desse movimento, o qual agrupava operários e intelectuais avançados, e se achava estreitamente ligado à vida e à atividade dos sindicatos locais, funcionando na mesma sede da Federação Operária do Distrito Federal. Ali se reuniram várias assembleias preparatórias e por fim, a 26 de março de

1915, uma grande assembleia de delegados de organizações sindicais e outras, bem como de representantes dos jornais operários e libertários que então se publicavam no Rio de Janeiro. Deliberou-se criar uma Comissão Popular de Agitação contra a Guerra, composta pelos representantes das entidades presentes e de outras que lhe dessem posteriormente a sua adesão. Essa Comissão assumiu o comando do movimento, traçando para o Distrito Federal o plano de uma série de conferências, palestras, assembleias sindicais, comícios populares etc, em preparação de um Primeiro de Maio de luta pela paz. Deliberou-se igualmente publicar um manifesto sobre o problema da guerra e da paz, dirigido a todo o povo brasileiro.

Em São Paulo, o movimento foi imediatamente secundado, constituindo-se uma Comissão Internacional: Centro Libertário, União dos Gráficos Alemães no Brasil, Associação Universidade Popular de Cultura Racionalista, União dos Operários Alemães Livres, Círculo de Estudos Sociais Francisco Ferrer, União dos Operários Cantórios, Federação Espanhola, os periódicos populares *A Lanterna*, *o Avanti!* (em italiano), *La Propaganda Libertária* (espanhol), *o Volksfreund* (alemão). A designação dessas entidades e desses jornais, em línguas diferentes, serve para mostrar a feição internacional da massa operária de São Paulo, cidade de intensa imigração, mas serve também para mostrar – o que é mais importante – o caráter internacionalista da luta sustentada pelos trabalhadores contra a guerra imperialista. Prepa-



De pé à esquerda – Otávio Brandão, Astrojildo Pereira, outro; sentado à esquerda – Edgard Leuenroth, outro

rando-se para demonstrações do Primeiro de Maio, a comissão de São Paulo publicou um comunicado, datado de 08 de abril de 1915, que terminava com as seguintes palavras:

“(...) Em Primeiro de Maio, aproveitando a comemoração com que o proletariado afirma, em internacional manifestação, o seu direito a uma vida melhor, realizaremos nesta cidade, onde a guerra teve tão ruidosa repercussão no povo, lançando-os na miséria, a nossa primeira reunião pública pró-paz. – Abaixo a guerra! Viva a Internacional dos Trabalhadores!”.

No Rio, o comício de Primeiro de Maio constituiu, como se esperava, uma verdadeira demonstração da massa contra a guerra. Ao largo São Francisco, onde se realizou, acorreram milhares de trabalhadores, homens e mulheres do povo, que ali proclamavam seu horror à guerra e sua disposição de lutar pela causa da paz. Foi então lido um documento, em que se fazia análise das causas e dos efeitos da guerra e se expunham os fins do movimento em favor da Europa em guerra e nas três Américas.

Em seguida ao comício, a massa popular desfilou pelas ruas do centro da cidade, terminando em frente à sede da Federação Operária.

Nesse mesmo ano a Confederação Operária no Brasil tomou a si o encargo da convocação e preparação de um Congresso da Paz, o qual veio a reunir-se, efetivamente, na Capital da República, em 14, 15 e 16 de outubro de 1915. (Entre parênteses notarei



aqui uma interessante coincidência: nessa mesma época reuniria-se na Suíça um congresso de delegados socialistas de vários países europeus – entre os quais figurava Lênin).

Além da declaração de Distrito Federal, São Paulo, Pernambuco, Alagoas, estado do Rio, Minas Gerais e Rio Grande do Sul participaram do Congresso representantes da Argentina, de Portugal e da Espanha. Vistos com os nossos olhos de hoje, podemos facilmente assimilar as enormes insuficiências da organização de orientação do Congresso da Paz do Rio de Janeiro, em 1915, onde predominaram as declarações grandiloquentes sem alcance prático; mas ao mesmo tempo devemos reconhecer que ele marcou, com incontestável relevo, uma posição franca de luta contra a guerra imperialista e em defesa da paz e da liberdade.

O ano de 1916 transcorreu sem grandes atos, sem que o movimento assumisse relevos oficiais especiais. Observa-se vivo e ardente através dos jornais operários e populares. Mas os primeiros meses de 1917 assinalam, no Rio de Janeiro, o recrudescimento da campanha contra a guerra, e da vida, que era, aliás, uma consequência imediata da guerra. Durante os meses de março e abril desse ano, a Federação Operária promoveu a realização de inúmeros comícios pelos diversos bairros da cidade, e a 18 de abril, numa grande assembléia em sua sede, foi aprovada uma mensagem, que se enviaria ao presidente da República, na qual se protestava contra a eventualidade da entrada do Brasil na guerra (já se falava muito nisso) e se surgissem medidas tendentes a aliviar a crise econômica e financeira, cujos efeitos recaíssem principalmente sobre as costas dos trabalhadores. A comemoração do Primeiro de Maio de 1917, no Rio de Janeiro, transcorreu igualmente sob o signo da luta contra a carestia, com impressionante desfile pelas ruas da capital.

E quando, finalmente, em outubro de 1917, o governo brasileiro, cedendo à pressão imperialista de um dos grupos em guerra, deliberou entrar no conflito, a classe operária e a intelectualidade progressista não se afastaram uma polegada da posição de luta pela paz mantida sem desfalecimento desde o início das hostilidades entre os dois grupos imperialistas. Um período progressista que então se publicava na capital do país – e que mantinha ligações de simpatia no movimento operário – publicou o seu editorial com um título que equivalia a uma reafirmação inequívoca dos sentimentos de todo o povo brasileiro – “O Brasil não quer guerra”.

Esses detalhes nos ajudam a compreender me-

lhor certos aspectos da repercussão da Revolução Russa de 1917 no Brasil. Pode-se imaginar como foi profunda entre nós a impressão sobre a política de paz inaugurada com extrema audácia pelo governo soviético desde o primeiro dia da tomada do poder.

Não é difícil compreender por que as notícias relativas à insurreição e à conquista do poder pelos operários e camponeses russos, guiados pelo Partido Bolchevique, eram acompanhadas com enorme interesse pelos trabalhadores brasileiros. A imprensa reacionária apresentava tais notícias de maneira caluniosa, deformando os fatos, torcendo o sentido dos acontecimentos e até mesmo inventando horrores para impressionar a opinião pública.

Mas os pequenos e pobres jornais brasileiros, publicados nas principais cidades, rebatiam infatigavelmente as mentiras e deformações veiculadas pela imprensa reacionária, a significação e a natureza dos fatos que se sucediam nos vastos domínios do Império Czarista. Deve-se recordar, neste sentido, um folheto de autor brasileiro, saído a lume, no Rio de Janeiro, em fevereiro de 1918, sob o título *A revolução Russa e a Imprensa*, no qual precisamente se defendia a Revolução de Outubro e se refutavam as mais grosseiras e furiosas calúnias divulgadas pelos jornais da reação.

Havia, sem dúvida, nos comentários a favor da Revolução, não poucas suposições e conceitos errôneos – que resultavam principalmente de interpretações doutrinárias ainda obscuras e mesmo confusas; mas, pouco a pouco as coisas se esclareciam e, já em 1919, os nossos periódicos operários e populares publicavam importantes e autênticos documentos sobre a Revolução, colhidos na imprensa operária da Europa e América. O semanário carioca *Spártacus*, por exemplo, estampou, em seu primeiro número, publicado em agosto de 1919, a “Carta aos Trabalhadores americanos”, de Lênin, e algumas semanas depois o fundamental trabalho, também de Lênin, “A democracia burguesa e a ditadura do proletariado”. O órgão da Federação das Classes Trabalhadoras de Pernambuco, a *Hora Social*, publicou, em novembro desse mesmo ano, o texto da primeira Constituição soviética.

Os intelectuais mais esclarecidos, com alguma compreensão da natureza do fenômeno revolucionário, manifestavam também suas simpatias pela Revolução Socialista de Outubro. À frente deles, com mais decisão, colocou-se um grande nome, Lima Barreto, que publicou em 1919 um artigo que ficou conhecido como “Manifesto Maximalista” que, como se pode imaginar, produziu enorme sensação.



Devo também recordar, com muita especial consideração, o nome de Afonso Schmidt, que escreveu então numerosos artigos e alguns folhetos em defesa da Revolução de Outubro. O veterano Schmidt aí está, quarenta anos depois, em plena atividade de escritor de vanguarda, glória das nossas letras e orgulho da minha geração.

Mas ainda há dois ou três escritores e jornalistas brasileiros da época, amigos e simpatizantes da Revolução, que marcaram igualmente, inclusive por cara afeição, ao seu tanto pitoresco das suas manifestações literárias e jornalísticas a favor dos bolcheviques.

Um deles, o paulista Nereu Rangel Pestana, que escrevia a pedidos de *O Estado de S. Paulo* sob o pseudônimo de Ivan Sibiroff, e chegou a publicar um periódico, por conta própria, que deu como título seu pseudônimo – Ivan Sibiroff. Nereu Rangel Pestana, pertencente à família de ilustres jornalistas de São Paulo, realizava, com seus artigos, uma dupla campanha jornalística: defendia a Revolução Russa e, ao mesmo tempo, vasculhava os bastidores políticos e financeiros das classes dominantes no estado, disso resultando um volume de ruidoso êxito, a que deu o título de *A Oligarquia Paulista*.

O outro jornalista, a que quero me referir, chamava-se Roberto Feijó. Ele residia no Rio de Janeiro e ali publicou uma série de Cartas em defesa dos bolcheviques, usando o pseudônimo de Dr. Kessler; e, com esse disfarce, fazia-se passar por um agente russo enviado ao Brasil. Aliás, Ivan Sibiroff utilizava também a mesma mistificação literária. Diga-se, porém, para desfazer dúvidas, que ambos utilizavam esse processo com absoluta honestidade de meios e propósitos, e com uma boa e alegre dose de ironia. Eram ambos, com efeito, homens de espírito e de bom humor, e empregavam a sua malícia, muito desinteressadamente, a favor das melhores causas democráticas e patrióticas.

Sem dúvida, porém, foi nos sindicatos operários e nos movimentos de massa que as demonstrações de



Capa do jornal *A Plebe* de 21 de julho de 1917, sobre a greve geral de 1917

solidariedade à jovem República Operária e Campesina atingiram mais extensão e possuíram mais importância. As assembleias sindicais eram sempre bem movimentadas e sempre que nelas se mencionava os exemplos das lutas revolucionárias dos trabalhadores russos, os presentes manifestavam com unânime entusiasmo, os sentimentos de fraternidade, admiração e apoio. Os sindicatos operários promoviam conferências, palestras e debates sobre assuntos relacionados com a Revolução Russa. Quando da intervenção das tropas imperialistas anglo-franco-japonesas, que sustentavam os generais contra-revolucionários – Denikin, Yudenitch, Wrangel, Koltchak e outros –, moções de protesto recebiam aprovação igualmen-



te unânime das assembleias e comícios onde eram apresentadas. Um sindicato, a União dos Metalúrgicos do Distrito Federal, chegou a proclamar uma greve geral de protesto dessa categoria profissional contra a intervenção imperialista e de solidariedade à República Operária e Camponesa.

Mas o principal da repercussão da Revolução de Outubro no movimento operário estava no tremendo impulso produzido no movimento – aqui e em todos os países – pela vitória da Revolução Socialista.

Todo o período de 1917 a 1920 caracterizou-se, entre nós, por uma onda irresistível de greves que, em muitos lugares, assumiram proporções grandiosas. Em primeiro lugar, a greve geral de São Paulo, em agosto de 1917: esta eclodiu antes de 7 de novembro, mas já sob o signo da revolução operária e camponesa que se processava na Rússia desde março e culminou com a tomada do poder naqueles dias que abalaram o mundo. A greve geral de 1917 em São Paulo abriu uma série de grandes greves de massa que se multiplicaram pelo país até 1920. Eram movimentos por aumento de salários e por melhores condições de trabalho, mas uma coisa se mostrava evidente – a influência da Revolução Russa para a combatividade e para as esperanças da classe operária. A maneira com a qual os trabalhadores da construção civil do Rio de Janeiro conquistaram a jornada de oito horas de trabalho, merece especial registro. O horário em vigor até então era de 9 a 10 horas, até mais, por dia. Depois de numerosas assembleias o sindicato dos trabalhadores da construção civil resolveu “decretar”, por conta própria, as oito horas diárias de trabalho em todas as obras da construção civil em andamento no Rio de Janeiro, o que se efetivou realmente a partir de dois de maio de 1919.

Não há dúvida de que outras muitas reivindicações pelas quais lutavam as massas trabalhadoras, nessa época, foram alcançadas total ou parcialmente. Mas é um fato que a natureza e o volume das vitórias alcançadas não estavam em proporção com o vulto e a extensão do movimento geral. Mas, ainda, as reivindicações formuladas, por aumento de salários, por melhores condições de vida e de trabalho etc, constituíram como que um fim em si mesmo, e não um ponto de partida para reivindicações crescentes do nível superior. É que, na realidade, só tratava de lutas mais ou menos espontâneas, isoladas umas das outras, sucedendo-se por força de um estado de espírito extremamente combativo que se generalizava entre as massas. Admiráveis exemplos de firmeza, de bravura, de abnegação se verificavam um pouco por toda parte, durante as greves e de-

monstrações de massa que se multiplicavam de maneira contagiosa, naqueles anos. Faltava, porém, um centro coordenador, um comando geral à altura das circunstâncias, em suma – uma direção política, que só um partido independente de classe poderia imprimir em todo o movimento.

A essa justa conclusão se chegava também por influência da Grande Revolução Socialista de Outubro – no nosso caso influência decisiva, e já com sua formulação teórica e prática acabada.

E assim nasceu o Partido Comunista do Brasil.

Estamos aqui há 40 anos de distância do sete de novembro de 1917. Cessa aqui o meu depoimento propriamente dito. Seja-me permitido acrescentar comentários que me parecem oportunos.

Evidentemente, uma revolução social da extensão da Revolução Socialista de Outubro – e tendo sobretudo em vista as condições históricas excepcionais em que ela se processou, num país como o antigo Império dos Czares e em consequência direta da primeira guerra imperialista – teria de produzir repercussões mundiais de caráter múltiplo e cuja amplitude viria a abarcar todos os domínios da vida social – econômicos, políticos, culturais e morais.

O fato é que a Revolução Russa abriu o mundo para uma era de reconstrução social, em que as grandes massas populares representam o fator decisivo. Por outras palavras: depois de 1917 abriu-se para o mundo a era do socialismo, de democracia, da liberdade e da paz. E hoje, a bem dizer, nada se faz no mundo que não tenha o seu ponto de referência na União Soviética. A favor ou contra, mas sempre a União Soviética.

E como o Brasil faz parte deste planeta, também nós estamos historicamente enquadrados nesse plano de desenvolvimento. Claro, de acordo com as nossas peculiaridades nacionais.

Malgrado todas as evidências neste sentido, não faltam, entretanto, aqueles que não compreendem, ou não querem compreender, os novos rumos da história. São precisamente aquelas que se obstinam inclusive em negar, ou mesmo desconhecer, o que é a URSS 40 anos depois de 1917, e o que é o mundo socialista dos nossos dias.

Mas não adianta grande coisa. A história caminha para frente, embora não em linha reta.

*Texto extraído do livro Viva, Astrojildo Pereira!, organizado por José R. Guedes de Oliveira, e editado pela Fundação Astrojildo Pereira e Abaré. Princípios agradece ao organizador do livro pela gentil autorização para a publicação desse texto.*



DEBATE

# Marx, Cristóvão Colombo e a revolução de Outubro

*Materialismo histórico e análise das revoluções*

O professor marxista italiano Domenico Losurdo, neste denso ensaio, analisa o impacto da Revolução Russa no século XX, revisita a elaboração teórica de Marx e Engels e polemiza com autores que criticaram ou negaram o legado da Revolução Russa a partir de parâmetros idealista-utópicos

DOMENICO LOSURDO



Cartaz: "Liberdade, igualdade e fraternidade", 1917

Ao traçar um balanço histórico da presença de Marx no século XX, trabalha-se, frequentemente, com duplas conceituais, como marxismo oriental/marxismo ocidental ou marxismo do século XX/marxismo originário (e a ser recuperado no futuro). O resultado é o mesmo: através de uma linha de demarcação espacial ou temporal, a história real da influência do grande pensador revolucionário (cujo cenário em primeiro lugar é o Oriente e o século XX) resulta contraposta à do seu significado "autêntico".



Tal abordagem já liquida a essência da lição de Marx e Engels, que insistiam constantemente sobre o fato de a teoria revolucionária desenvolver-se pelo confronto com o movimento histórico real, não hesitando em reconhecer a dívida – teórica também – por eles contraída para com a experiência, ainda que breve e contraditória, da Comuna de Paris. Hoje, pelo contrário, décadas e décadas de um período histórico particularmente intenso, que abrange a revolução de Outubro, a revolução chinesa, cubana etc., deveriam ser classificadas como simples mal-entendidos, sem significação e sem relevância em relação à “autêntica” teoria revolucionária, esta última já entregue, definitivamente, nos textos que apenas deveríamos redescobrir e repensar!

Mas o *Manifesto do Partido Comunista* ironiza duramente “este ou aquele renovador do mundo” que pretende contrapor sua doutrina de salvação à história profana, ao “movimento histórico que se desenvolve sob os nossos olhos” (MEW, IV, 474-5). Cabe lembrar, a este propósito, a análise desenvolvida por Engels sobre a tendência de fundo do socialismo utópico: este parece encarnar-se, em última análise, na figura do profeta que enuncia – aliás, reza – verdades fora do tempo e, com base nelas, pretende redimir a humanidade dos erros, das contradições, das lutas, das dores em que ela estaria imersa nessa perspectiva, o desenvolvimento histórico real aparece como fruto da ignorância da verdade da salvação revelada pelo profeta; de modo que se ele tivesse aparecido alguns tempos antes, a humanidade teria sido preservada de séculos de erros e sofrimentos (MEW, XIX, 191-2). Hoje também presenciamos análogos sermões, pronunciados por intelectuais neo-utopistas, segundo os quais, se a lição contida no *Capital* e em outros textos sagrados tivesse sido entendida em sua autenticidade, finalmente revelada – como no exemplo dado por Engels – a humanidade teria sido posta a salvo de décadas de história e de sofrimentos. Assim, uma teoria que se define materialista e histórica torna-se a verdade sapiencial, fora do tempo, a salvo de qualquer tipo de contaminação mundana e material.

É possível e necessária uma aproximação completamente diferente, que não separe a avaliação sobre os dois grandes pensadores revolucionários da história de seu extraordinário destino. Trata-se de começar pela revolução que faz referência a eles. A revolução de

Outubro fracassou? Sem dúvida, os objetivos perseguidos ou proclamados não foram alcançados. Pensamos em Lênin e nos dirigentes da Internacional Comunista que vislumbraram o delinear-se da república soviética mundial, e – em última análise – o desaparecimento das classes, dos Estados, das nações, do mercado, das religiões. Não apenas não chegou nem mesmo perto de tal objetivo, como não se marchou e nunca se conseguiu marchar nessa direção.

Estamos, portanto, diante de um fracasso evidente e total? Na realidade o *décalage* entre programas e resultados é próprio de cada revolução. Os jacobinos franceses não realizaram ou restauraram a pólis antiga; os revolucionários americanos não produziram a sociedade dos pequenos agricultores e produtores sem polarizar riqueza e pobreza, sem exército permanente e sem um forte poder central; ao transfigurar miticamente a sociedade bíblica, os puritanos ingleses não conseguiram ressuscitá-la.

O fato de Cristóvão Colombo partir à procura das Índias e descobrir a América pode servir como metáfora para compreender a dialética objetiva dos processos revolucionários. Marx e Engels realçam este ponto: ao analisar a revolução francesa ou a revolução inglesa, eles não começam pela consciência subjetiva dos protagonistas ou ideólogos que as invocaram e as prepararam ideologicamente, mas investigam as contradições objetivas que as estimularam e as características reais do continente político-social descoberto, ou iluminado, pelas transformações ocorridas; os dois teóricos do materialismo histórico sublinham, portanto, o *décalage* entre projeto subjetivo e resultado objetivo, explicando finalmente as razões do constituir-





se, e do necessário constituir-se, de tal *décalage*.

Por que deveríamos proceder de forma diferente para com a revolução de Outubro? Os que ao avaliá-la limitam-se a compará-la ao programa socialista ou comunista de Marx e Engels, assim como este se apresentava à consciência dos dirigentes bolcheviques, ignoram ou liquidam a lição do materialismo histórico dos autores aos quais declaram fazer referência. A metodologia elaborada por Marx e Engels deve ser aplicada também à revolução originada pela teoria deles.

### Revolução de Outubro e colapso do antigo regime

Tomando como suficientemente conhecido o entrelaçamento das condições objetivas que fundamentaram o Outubro bolchevique, vejamos as principais novidades por este criadas. Começamos pelo definitivo enterramento do antigo regime, ainda duro de morrer: o colapso dos Romanov segue os dos Hohenzollern (e das dinastias menores reinantes nos vários territórios do Império de Guilherme) e dos Habsburgo; o peso político e social exercido em diversos países ocidentais (entre os quais a Inglaterra) pela aristocracia da terra, até então monopolizadora ou hegemônica da Câmara Alta, resulta liquidado, ou drasticamente redimensionado.

Os movimentos revolucionários na Rússia de 1917 representam uma etapa importante também para a conquista do sufrágio universal que, antes desta data, não havia triunfado na França (mulheres excluídas), nem na Inglaterra, nem nos EUA, em

que a restrição censitária e racial dos direitos políticos continuava. Finalmente, no que diz respeito aos “direitos sociais e econômicos”, segundo Hayek, a teorização e a parcial introdução destes no Ocidente devem-se à influência, por ele considerada nefasta, da “revolução marxista russa”.

Mas esta última marca uma mudança epocal, sobretudo por chamar a quebrar os grilhões os escravos das colônias que, além de não possuírem direitos, eram usados também como força-de-trabalho coagida, ou como carne de canhão durante o confronto entre as grandes potências imperialistas iniciado em 1914. Não por acaso a Rússia bolchevique é excluída da “humanidade branca” – porque considerada alheia a esta e parte integrante de “todo povo de cor da terra” ou da “maré montante dos povos de cor” – através de uma extensa propaganda que inclui em suas fileiras autores como o alemão Oswald Spengler e o americano Lothrop Stoddard (que adquire rápida notoriedade internacional, chegando a ser elogiado por dois presidentes EUA).

A opressão colonial marcha junto com a postura de arrogância e desprezo em relação a essas classes, as quais o presidente americano Herbert Clark Hoover e o Ocidente liberal definem com tranqüilidade como “raças inferiores”. Algumas particularidades são ainda mais significativas do que os massacres. Nas regiões surrupiadas da China, é possível ver nos clubes e nos jardins exclusivos cartazes com avisos de proibição do ingresso de “cães e chineses”. Na Índia, ainda em 1919, após a chacina de Amritsar (“um massacre de gente inerte que nem pôde amparar-se diante do ataque feroz” das tropas), o governo inglês não se limitou às “públicas fustigações”: “A medida mais degradante tomada foi a ordem de andar ajoelhado, imposta a qualquer indiano que percorresse uma determinada rua da cidade onde uma doutora missionária, a senhorita Sherwood, havia sido agredida durante os motins. A humilhação de colocar mãos e joelhos no chão para voltar ou para sair de casa – pois muitas pessoas moravam nessa rua – não poderia ser esquecida nem perdoada”<sup>(1)</sup>. No próprio

coração do mundo capitalista, nos EUA, as “raças inferiores” são privadas, não só de direitos políticos, mas também dos mais elementares direitos civis: submissos à segregação racial e a relações de trabalho semi-servi, os negros frequentemente tornam-se vítimas de humilhações e linchamentos.

Compreende-se, portanto, o motivo da atenção prestada ao chamado feito dos bolchevi-





ques, estes “renegados” da raça branca, segundo a definição de Stoddard, aterrorizado pelo fato de certas palavras-de-ordem penetrarem nas “regiões negras dos Estados Unidos”. O nazi-fascismo apresenta-se como um movimento de reação, de reação extrema, contra aquela chamada aos povos colonizadores. Não por acaso ele triunfa, com modalidades diferentes, em três países que, tardiamente, chegam ao banquete colonial, vendo frustradas suas ambições, sentindo-se diretamente ameaçados pelo crescente anticolonialismo: assim, o Japão procura seu “espaço vital” na China; a Itália na Etiópia, na Albânia em alhures; a Alemanha na Europa oriental e nos Balcãs. À véspera do início oficial da Segunda Guerra Mundial, antes da agressão contra Polônia e URSS, Hitler desmembra a Tchecoslováquia e declara explicitamente a Boêmia-Morávia como um “protetorado” do Terceiro Reich: não se reivindicam apenas – de forma explícita – a linguagem e os institutos da tradição colonial, mas também o seu âmbito de aplicação que se estende, igualmente, à Europa oriental.

Decidido a rechaçar o movimento de emancipação dos escravos das colônias, o nazi-fascismo não pôde deixar de dar novo vigor e radicalizar a distinção entre raças “superiores” e raças “inferiores”, própria da tradição colonial. Os ideólogos nazistas, ou filo-nazistas excluem, da superior raça “nórdica” ou “ariana”, ou “ocidental”, negros, judeus e os que Hitler repetidamente define de “indígenas” da Europa oriental (a particular ferocidade e a barbárie da campanha ao Leste explicam-se pelo fato de ela ter sido programada como guerra colonial, pela qual, como explica Carl Schmitt, as normas tradicionais do *jus publicum europaeum* (direito público europeu) não têm valor.

Compreende-se bem, portanto, o desenvolvimento – no curso da luta contra o nazi-fascismo – de uma Resistência que investe um arco amplo de países, europeus e não europeus (como França, Grécia, Iugoslávia, Albânia, Tchecoslováquia, URSS, China), alguns dos quais – não poucos –, encontram-se, ou

têm sido reduzidos, na condição de colônia ou de semicolônia; e bem compreende-se também que em torno da Resistência se entranhe, imediatamente, um poderoso movimento de emancipação dos povos coloniais desenvolvida durante décadas.

Contemporaneamente caminha a emancipação das “raças inferiores” na metrópole capitalista: nas décadas de 60 e 70 do século XX, decaem nos EUA as últimas normas que sancionam a exclusão dos negros dos direitos políticos e a segregação racial ou que condenam penalmente a miscigenação os casamentos e as relações sexuais mistas que ameaçariam a pureza e a supremacia da raça branca.

Poder-se-ia dizer que o novo continente descoberto pela revolução de Outubro é o homem como tal, para além de qualquer discriminação de raça, censo, ou gênero, o indivíduo universal, considerado também titular de direitos econômicos e sociais. Uma conclusão de causar espanto para os acostumados a ver no individualismo um sinônimo da tradição liberal. Porém, a história dos países cuja tradição liberal é mais radicada, resulta interligada de modo inextricável com a história do instituto da escravidão: um dos primeiros atos de política internacional da Inglaterra liberal originada pela Revolução Gloriosa de 1688-89 é o de romper, com o Tratado de Utrecht, o Asiento, o monopólio espanhol do tráfico negreiro; dever-se-ia conhecer também o fato de só em 1865 ter sido abolida nos EUA a escravidão dos negros, os quais, por outro lado, mesmo depois disso, continuaram submetidos a formas de servidão ou semi-servidão.

As rígidas cláusulas de exclusão que caracterizam a tradição liberal e impedem a emergência do indivíduo universal haviam sido postas em discussão pela onda revolucionária jacobino-bolchevique. Quem representa melhor o “individualismo”? O jacobino negro Toussaint Louverture que, ao levar a sério a declaração dos direitos do homem, liderou a revolução dos escravos de São Domingos (“nenhum homem, vermelho, preto ou branco que seja, pode ser proprie-

(...)ao analisar a revolução francesa ou a revolução inglesa, eles não começam pela consciência subjetiva dos protagonistas ou ideólogos que as invocaram e as prepararam ideologicamente, mas investigam as contradições objetivas que as estimularam



dade de seu semelhante”), ou Napoleão Bonaparte (cujo golpe de Estado – pelo menos inicialmente – foi saudado e apoiado no ambiente liberal francês) que tenta re-introduzir a escravidão (“sou para os brancos, porque sou branco; não há outra razão além desta, mas esta é a boa”)<sup>(2)</sup>? Em Lênin isso encontra-se melhor expresso, ao chamar os “escravos das colônias” a quebrarem suas correntes, ou Mill e seus partidários na Inglaterra ou na França ao teorizar a “obediência absoluta” das “raças” assim ditas “menores”? Querer liquidar a época iniciada pela revolução de Outubro como o período de crise da democracia significa voltar a considerar os povos coloniais, os negros habitantes da metrópole capitalista, as mulheres, todos os excluídos pela tradição liberal como *quantité négligeable* (massa desprezível). Expressar-se nestes termos significa querer recolonizar a história que, afinal das contas, nunca conheceu uma descolonização acabada.

### O novo continente político-social e suas incertas fronteiras

O indivíduo universal (dentro de uma sociedade capitalista reformada) esgota a totalidade do novo continente político-social descoberto pela revolução de Outubro? Após a contribuição decisiva pela transformação do mundo, estariam os projetos de socialismo e comunismo destinados a ter o mesmo fim que o dileto ideal de pólis dos jacobinos? Deve-se levar seriamente em consideração uma conclusão dessa natureza. O historiador e sociólogo inglês Lawrence Stone observou, em 1969, que na Europa oriental o regime totalitário estava destinado à exaustão pela força modernizadora implícita em tal sistema e ao grande impulso dado ao sistema escolar e de ensino. A abertura do sistema de ensino às massas no passado excluídas e, em certa medida, a satisfação de suas mais elementares e imediatas necessidades, estimularam a formação de uma sociedade civil que não tolerava mais a sufocante pressão política que a oprimia. Seguindo tal hipótese desenvolver-se-ia na Europa oriental uma dialética análoga à desembocada na França pelo Termidor. Esgotada a função histórica de liquidação do antigo regime no plano nacional ou mundial, a própria realidade que emergiu da ação do jacobinismo e do bolchevismo deveria ter sido suficiente para varrer o terror e o totalitarismo.

Todavia, tal hipótese não parece convincente. Por enquanto, é preciso notar estamos diante de um processo histórico não terminado ainda. Os resul-

tados conseguidos a partir da revolução de Outubro têm sido postos hoje, grosseiramente, em discussão. Por certo, a restauração do antigo regime nunca é total, e presumivelmente as pretensões a um ou a outro trono reclamadas pelos descendentes dos Habsburgo, dos Savóia ou de outras dinastias estejam destinadas ao fracasso. Em outros campos, porém, o processo de restauração demonstra-se bem mais ameaçador. Isso se confirma, em primeiro lugar, pela explícita reabilitação do colonialismo atualmente em curso. Com um artigo do ilustre historiador liberal-conservador Paul Johnson, o *New York Times* exulta já no título: “Enfim volta o colonialismo, estava na hora”. Popper invoca o Ocidente para impor a “pax civilitatis” por meio de guerras, como a do Golfo, contra países que – segundo ele –, “liberamos, com muita pressa e muito simploriamente”: [é como] “largar uma escola maternal a seu próprio destino”.

Os povos do Terceiro Mundo novamente, como nos tempos de Kipling, voltam a ser considerados meio crianças, meio diabos. Segundo o filósofo liberal já elevado a responsável cultural do Estado-maior “ocidental”, na medida em que eles se revelarem rebeldes ou diabos, o Ocidente tem o direito e o dever de declarar contra eles a Cruzada e a guerra santa em nome da civilização e da paz. Não por acaso, o colapso da URSS coincidiu com a guerra do Golfo, desencadeada – como reconhecem hoje seus arautos – por “todas as potências industriais”, decididas em manter baixo o preço do petróleo, “sufocando a hipótese de mais uma crise do petróleo, que haveria freado o impulso de expansão do capitalismo ocidental” (Eugenio Scalfari, in *La Repubblica* 26/27 de janeiro de 1992); uma guerra em que os EUA não hesitaram em “exterminar os iraquianos, fugitivos e desarmados” (Giorgio Bocca, *La Repubblica*, 6 de fevereiro de 1992).

Na grande imprensa internacional, pode-se até ler – sem que isso provoque indignação – que os bombardeios das capitais do Oriente Médio ou do Sul do planeta foram decididos com base em sondagens de opinião e eleições: a destruição, ou a morte infligidas aos bárbaros tornam-se spot publicitários; tal invenção faria a felicidade de Goebbels! Nem as revelações acerca da possibilidade planejada pelo Estado-maior americano de um eventual emprego de bombas atômicas contra o Iraque (de qualquer forma, novas e misteriosas armas parece ter sido usadas, provocando conseqüências sobre os próprios soldados americanos) causam escândalo.

Por outro lado, Samuel P. Huntington, em uma revista próxima ao Departamento de Estado (*Foreign*



*Affairs*), concebe as relações internacionais em termos de “choque de civilizações” (*clash of civilisation*), que é também, ao mesmo tempo, um choque entre “kin-countries”, isto é, entre entidades definidas, em última análise, por vínculos tribais ou de parentesco histórico-natural. Não há espaço, nesta situação, para o individualismo. A involução em curso é confirmada também pela extinção na lista de direitos, inclusive formal, dos direitos econômicos e sociais. Compreende-se assim o excepcional sucesso nos EUA conseguido pelos livros que demonstram “cientificamente” a inferioridade dos negros, de seu quociente de inteligência em relação aos brancos. O desmantelamento do Estado de bem-estar social e a configuração da “questão social” em termos de simples problema de segurança a ser enfrentado por polícia e prisões, anda juntamente com a racialização dos – enquanto fracassados pela vida apesar do prodigioso desenvolvimento das forças produtivas – condenados à miséria e à marginalização.

Se nos EUA os negros representam o principal alvo, na Itália, Gianfranco Miglio extenua-se ao demonstrar os efeitos devastantes e irremediáveis produzidos pela canícula sobre os “parasitas dos sul”, na Itália, como no restante do planeta. Antes de haver sido inteiramente descoberto e conquistado, o novo continente político-social já corre o risco, portanto, de ser engolido pela maré contra-revolucionária. Este é um motivo a mais para investigar sua real configuração.

Se nos EUA os negros representam o principal alvo, na Itália, Gianfranco Miglio extenua-se ao demonstrar os efeitos devastantes e irremediáveis produzidos pela canícula sobre os “parasitas dos sul”, na Itália, como no restante do planeta. Antes de haver sido inteiramente descoberto e conquistado, o novo continente político-social já corre o risco, portanto, de ser engolido pela maré contra-revolucionária. Este é um motivo a mais para investigar sua real configuração.

### “Despotismo asiático” e totalitarismo

Falamos pouco, até o presente momento, sobre os desenvolvimentos internos do país originado pelo Outubro bolchevique. De que modo podemos caracterizar o regime que acabou por impor-se na União Soviética? Às vezes é afirmado como expressão de “despotismo asiático” ou oriental em geral. Tal tese ignora a grande força emancipadora desdobrada pela revolução bolchevique e por outras de inspiração comunista; sobrevoa de forma desvolta sobre o fato

de não poucos países do Terceiro Mundo conseguirem libertar-se do despotismo oriental ou imposto pelo Ocidente só em virtude da onda revolucionária proveniente do Outubro; não leva em consideração o fato de o próprio Lênin ter sido um dos mais lúcidos e implacáveis críticos do atraso asiático e o fato de ele mesmo ter tornado evidente o apoio frequentemente dado por esta ou aquela grande potência aos regimes políticos que entendiam eternizar tal atraso.

Compreende-se, portanto, o motivo da atenção prestada ao chamado feito dos bolcheviques, estes “renegados” da raça branca, segundo a definição de Stoddard, aterrorizado pelo fato de certas palavras-de-ordem penetrarem nas regiões negras dos Estados Unidos

(Na atualidade, com o apoio de quem a monarquia saudita pode contar para sobreviver?) Mesmo limitando nossa atenção ao desenvolvimento interno da União Soviética, vimos Lawrence Stone sublinhar o efeito modernizador do regime comunista. Mesmo com relação ao período stalinista, o horror é apenas uma face da moeda. A outra pode ser sintetizada por alguns números e dados retomados por autores insuspeitos: “o Quinto Plano Quinquenal para a educação representa um esforço organizado para o combate ao analfabetismo”; ulteriores iniciativas em âmbito escolar desenvolvem “uma inteira nova geração de operários especializados e técnicos e administradores tecnicamente preparados”.

Entre 1927-28 e 1932-33, a população da Universidade e dos Institutos superiores passou de 160 mil para 470 mil unidades; a porcentagem de estudantes de origem operária de  $\frac{1}{4}$  para  $\frac{1}{2}$ . “Edificam-se novas cidades, e reconstroem-se as antigas”; ao surgimento de novos gigantescos complexos industriais acompanha uma grande mobilidade vertical que marca “a ascensão na escala social de cidadãos capazes e ambiciosos de origem operária ou camponesa”<sup>(3)</sup>. Naqueles anos, inclusive em consequência da repressão feroz e em larga escala, “dezenas de milhares de estacovistas tornaram-se diretores de fábrica” e uma análoga gigantesca mobilidade vertical teve lugar entre as forças armadas<sup>(4)</sup>. Não se pode compreender o período stalinista sem ter em conta uma mistura de barbárie (um enorme gulag) com um exaltante progresso e promoção social nele presente. Trata-se de uma mistura que dificilmente podemos subsumir



de modo unívoco sob a categoria de despotismo asiático ou oriental.

Essa tese erra, principalmente, ao separar a história da União Soviética de seu contexto internacional. Mais do que aos antecedentes representados pela tradição asiática, o terror stalinista remete ao totalitarismo que se difunde, mundialmente, a partir da eclosão da Segunda Guerra dos Trinta Anos, quando ao Estado atribui-se, inclusive nos países liberais, “uma força ‘legítima’ sobre a vida, a morte e a liberdade” (Weber). Isso pode ser demonstrado pela mobilização total, pelos tribunais militares, os pelotões de execução e as dizimações. Convém refletir particularmente sobre esta última prática, amplamente usada pelo Estado-maior da Itália liberal e que elimina o princípio de responsabilidade individual.

É instrutivo analisar o que acontece nos EUA. Após Pearl Harbor, F. D. Roosevelt abandona nos campos de concentração cidadãos americanos de origem japonesa (inclusive mulheres e crianças), não em consequência de atos por eles cometidos, mas apenas pelo fato de eles serem suspeitos porque originários de tal grupo étnico (assistimos de novo à supressão do princípio de responsabilidade individual – um dos elementos constitutivos do totalitarismo). Em 1950 ratifica-se o Ato de McCarran, pela construção de seis campos de concentração em várias áreas do país, destinados a asilar prisioneiros políticos. Entre os promotores dessa lei há deputados destinados a tomarem-se ilustres na função de presidente dos Estados Unidos: Kennedy, Nixon e Johnson! Até o fenômeno da personalização do poder pode ser analisado em perspectiva comparada. F. D. Roosevelt chega à presidência sob a onda da grande crise e imediatamente é investido de amplos poderes, eleito por quatro mandatos consecutivos (apesar de ter falecido no início do quarto).

Originado no curso de uma guerra que envolveu total mobilização e enquadramento da população – inclusive nos países de consolidada tradição liberal e com uma colocação geográfica de relativa segurança (protegidos pelo mar ou pelo Oceano) – o regime soviético teve de enfrentar uma perma-

nente situação de exceção. Ao examinarmos o período entre 1917 e 1953 (ano da morte de Stalin), nós o observamos caracterizado por pelo menos quatro ou cinco guerras e por duas revoluções. A Oeste, após a agressão pela Alemanha de Guilherme II (até a paz de Brest-Litovsk) desencadeiam-se agressões primeiramente pela Entente e depois pela Alemanha hitleriana, e, finalmente, por uma guerra fria pontilhada de conflitos locais, correndo

a cada momento o risco de transformar-se em guerra quente, não apenas de grandes dimensões, mas envolvendo, ainda, o emprego de armas atômicas. A Leste, mediante a invasão da Manchúria, o Japão (só em 1922 retirou-se da Sibéria e em 1925 de Sachalin) avança em direção às fronteiras da URSS, estendendo sua ameaçadora disposição militar – antes já usada – nos enfrentamentos de fronteira em 1938 e 1939, antes do início oficial do segundo

conflito mundial. As guerras às quais acenamos, representam guerras totais, seja por não ter havido uma declaração de guerra (abstêm-se a Entente e o Terceiro Reich), seja por estarem vinculadas à guerra civil e à declarada intenção pelos invasores de derrubar o regime existente: a campanha hitleriana aponta de forma explícita ao extermínio dos inferiores orientais.

Às guerras, é preciso acrescentar as revoluções, isto é, a de Outubro e a revolução pelo alto representada pela coletivização e industrialização do campo desenvolvidas a partir de 1929. A ditadura de Lênin e a de Stalin – com características diferentes –, correspondem essencialmente às condições da guerra total e do Estado permanente de exceção ocorrido na União Soviética (isto é, num país atrasado e desprovido de uma tradição liberal).

### “Capitalismo monopolista de Estado” e “socialismo real”

Mas qual conteúdo social do regime se afirma após a revolução de Outubro? Mais do que nunca hoje existe uma tendência à esquerda de denominá-lo como “capitalismo monopolista de Estado”. Dei-

Após a contribuição decisiva pela transformação do mundo, estariam os projetos de socialismo e comunismo destinados a ter o mesmo fim que o dileto ideal de pólis dos jacobinos?



xamos de lado as dificuldades internas de tal categoria: até que ponto ela é conciliável com a categoria de mercado capitalista? Mais importante ainda é realçar o fato de a tese em questão reduzir a equívoco os gigantescos conflitos com que o mundo capitalista em seu conjunto tentou sufocar a União Soviética. Se as dezenas e centenas de milhões de pessoas que acreditaram estar envolvidas em lutas a favor ou contra o socialismo, se os diversos Estados, partidos e movimentos tivessem lido, por exemplo, Rossana Rossanda – ou outros autores empenhados em demonstrar que a revolução bolchevique nada mais fez se não abrir mais um capítulo da história do capitalismo –, décadas de gigantescos conflitos não teriam acontecido. Mais uma vez, substitui-se a figura de historiador ou de filósofo (no sentido marxista do termo) pela de profeta.

Certamente, não é difícil mostrar tudo que era longe de ser socialista, inclusive no plano das relações econômico-sociais, na URSS ou, em nossos dias, nos países que ainda fazem referência ao socialismo. Porém, é preciso notar que, já na definição dada por Marx, o socialismo se apresenta como algo híbrido, no sentido de – apesar da conquista do poder político pela classe operária decidida em realizar o comunismo – o “direito burguês” que regula a divisão e retribuição do trabalho continuar vigorando (MEW, XIX, 20-1). Até nas condições particularmente favoráveis – aliás, irrealistas – pressupostas pela *Crítica do programa de Gotha* (imediate coletivização dos meios de produção nos principais países capitalistas, a salvo de pressão externa e conflito internacional), não haveria lugar pela “pureza do socialismo”; acrescentamos apenas que a transição para o novo revela-se tanto mais complexa e tortuosa quanto mais atrasado for o país em que se desenvolve, e quanto mais desfavorável e dramático for o contexto internacional em que ele opera.

Segundo ressaltam Lênin e Mao Tsetung, na URSS e na China a transição implica a permanência de elementos capitalistas e pré-capitalistas. Surpreender-se com isto significa não ter compreendido a diferença entre revolução socialista e revolução burguesa. Esta última – sublinha Lênin – “nasce do feudalismo”, no sentido de que, antes da conquista do poder pela burguesia, “no seio do antigo regime criam-se progressivamente novas organizações econômicas, as quais transformam gradativamente todos os lados da sociedade feudal”. A burguesia vitoriosa, portanto, “tem apenas uma tarefa: quebrar, jogar fora, destruir todas as cadeias da velha sociedade” de modo a estimular ulteriormente

“o desenvolvimento do capitalismo”. A revolução socialista encontra-se numa “situação totalmente diferente”, pois “não herda relações [sociais novas] já prontas” e, portanto, só depois de conseguir a vitória política, pode pôr a questão da “passagem das velhas relações capitalistas para as relações socialistas”.

Convém prestar atenção na data (março de 1918) em que o dirigente bolchevique fez esta importante reflexão: o Outubro concretizou-se há poucos meses e as esperanças de o incêndio revolucionário se propagar no Ocidente e nos países capitalistas avançados ainda estão vivas. Todavia Lênin sublinha as peculiaridades e as dificuldades enfrentadas pela revolução socialista, que é chamada a introduzir as novas relações sociais, dura e progressivamente, em um contexto totalmente estranho a ela. Isto significa que durante toda uma fase histórica, cuja duração ainda não estava clara naquele momento, coexistem formas de propriedade e de economia completamente heterogêneas. Se as coisas estiverem assim, compreende-se a falta de originalidade e a dogmática posição dos que acreditam ser possível ler os fatos de Outubro como um capítulo particular da história do capitalismo, simplesmente esforçando-se em listar tudo o que existiu de não-socialista na União Soviética. A ladainha suplicante do capitalismo monopolista de Estado é apenas a tautologia de que a fase de transição é a fase de transição e, conseqüentemente, está repleta de elementos capitalistas. Ao comparar a sucessão de eventos históricos iniciados pelo Outubro com a definição de comunismo presente na *Ideologia Alemã* (“caçar de manhã, pescar à tarde, criar gado à noite, criticar após o jantar, caso se deseje; sem jamais se tornar caçador, pescador, pastor ou crítico”, MEW, III, 33), tudo parece distante anos-luz não apenas do comunismo, mas também da breve fase socialista de transição que deveria conduzir ao comunismo, pois esta última resultaria já impregnada, de certo modo, pelas relações sociais totalmente novas que é chamada a realizar. Mas dessa forma faz-se uso acrítico da utopia, no sentido de esta reduzir – por efeito de contraste – a uma massa informe sem algum valor o presente e o realmente possível.

Mais uma vez, com relação aos problemas examinados por nós, uma abordagem materialista não pressupõe a excomunhão – dada pela definição enfática e sagrada de socialismo e comunismo – do evento histórico real, mas um questionamento das condições e da concreta constelação histórica que



estimularam ou possibilitaram tal definição enfática do auspicioso regime social.

Ao traçar um balanço das revoluções inglesas e francesas, a seguinte indicação de Engels pode ser muito esclarecedora: “A fim de garantir as conquistas burguesas já maduras e prontas para serem colhidas, tornava-se necessário a revolução ultrapassar seu escopo (...) Parece ser esta uma das leis da evolução da sociedade burguesa” (MEW, XXII, 301). Não há motivos para subtrair a metodologia materialista da revolução que se inspirou em Marx e Engels. Afinal, toda revolução tende a apresentar-se como se fosse a última, ou melhor, como solução para toda contradição e, por conseqüência, como fim da história. Neste contexto devemos colocar a utopia da extinção do Estado, da religião, do mercado, de toda forma de divisão do trabalho. Porém, a ênfase posta no *décalage* entre consciência subjetiva dos protagonistas da revolução social e sistema social por eles produzidos, é coisa bem diferente da que reduz esse novo sistema social – ou início de novo sistema social – o sistema capitalista já existente. Uma coisa é sublinhar a diversidade entre a sociedade produzida pela revolução francesa e pelo terror jacobino e a pólis, outra é afirmar a identidade entre sociedade pós-revolucionária e antigo regime. É mais: o recurso à categoria de capitalismo de Estado parece orientado a suprimir o concreto processo histórico, no sentido de as mais diversas realidades políticas e os mais duros conflitos acabarem esmagados em uma noite em que todas as vacas são pretas. Na história moderna, a superação da concepção patrimonial do Estado (suscetível de transmissão por hereditariedade e de partição, segundo as vontades do proprietário à guisa de qualquer outra propriedade privada), representa um ponto de inversão. Porém, o que diríamos de um estudioso que – ao observar, na idade moderna, a permanência, ou melhor, o fortalecimento do Estado, e, ao mesmo tempo, o fato de o indivíduo continuar exposto e submisso a um aparelho de poder

(...) o regime soviético teve de enfrentar uma permanente situação de exceção. Ao examinarmos o período entre 1917 e 1953 (ano da morte de Stalin), nós o observamos caracterizado por pelo menos quatro ou cinco guerras e por duas revoluções

que o subjuga – formulasse a tese de que nada de novo se passou com o anoitecer da sociedade feudal e da concepção patrimonial do Estado?

Na realidade, tal anoitecer envolve enormes mudanças. Se, de um lado, evoca o espectro do Leviatã (deixa emergir o perigo novo de um poder político dotado de uma força e de uma capacidade de controle até então desconhecidas), de outro, constitui o pressuposto para a afirmação da figura moderna do indivíduo e do homem titular de direitos, desejoso de fazer valer sua própria vontade na configuração

da realidade política. Quem não quiser ficar preso ao ponto de vista místico do nihil sub sole novi<sup>(2)</sup> dever-se-ia empenhar em investigar as mudanças, os novos perigos (a ulterior dilatação do Leviatã) e as novas possibilidades de emancipação que o afirmar-se de um presumido capitalismo de Estado abranger: embora as relações de poder dentro da fábrica permaneçam intocadas, a superação da propriedade privada dos meios de produção dificulta a reprodução da burguesia como classe social, ainda mais pelo fato de pesar sobre ela o perigo de um poder político cujo direito e

tarefa de controlar os meios de produção tornam-se agora reconhecidos.

### Justificacionismo, abordagem ideológica e análise histórica concreta

É absurdo querer deduzir a priori pelo *Manifesto do Partido Comunista* o horror do gulag (operação cara à ideologia dominante). Absurda e mais ainda pusilânime torna-se a postura daquela esquerda que subcreve o costumeiro balanço maniqueísta do Século XX, limitando-se a protestar a inocência de Marx e Engels (e a própria!). Tal modo de proceder não leva em conta nem os mais altos pontos da tradição liberal. Tomamos como exemplo Hamilton que, em 1787, às vésperas da aprovação da nova Constituição federal, explica que a limitação do poder e a instauração do governo das leis teve sucesso em dois países de tipo insular, amparados pelo mar das ameaças



das potências rivais e concorrentes. Se o sistema de União fracassar e se emergir de suas ruínas um sistema de Estado análogo ao do continente europeu, na América também surgiriam fenômenos como o exército permanente, um forte poder central e até o absolutismo (“O Federalista”, n. 8).

Poderíamos repreender o autor liberal citado pelo silêncio sobre algumas cláusulas de exclusão constitutivas, desde o início, da liberdade americana (a proteção da lei contra o poder arbitrário, exclusão de negros e índios), mas não – com certeza – pela abstração ideológica mostrada pelos liberais atuais. Comparar de forma simplista, como estes últimos o fazem, EUA e Rússia, significaria dar prova de escassa concretude histórica e geopolítica do ponto de vista de Hamilton; mas pura loucura ideológica seria para ele a comparação entre a república norte-americana, protegida, do outro lado do Atlântico, e a URSS assediada ou ameaçada pela guerra civil e pela intervenção militar estrangeira.

Vejamos agora Adam Smith. Nas *Lições de Jurisprudência* ele observa que a escravidão pode ser abolida com mais facilidade sob um “governo despótico” do que sob um “governo livre”, em que “cada lei é feita pelos donos [de escravos], os quais nunca deixariam passar uma medida prejudicial a eles”. De fato, a escravidão é abolida só muitas décadas depois, e só em seguida a uma guerra sangrenta e a sucessiva ditadura militar imposta pela União sobre os Estados secessionistas e escravistas.

Olhando para a Europa oriental, Smith faz uma consideração análoga acerca da servidão da gleba, cuja supressão parece pressupor uma intervenção “despótica” do poder político central contra os barões, que agitavam palavras-de-ordem liberais e que, de qualquer modo – controlando os “livres” organismos representativos – conseguiam bloquear qualquer projeto de emancipação dos camponeses. Tudo isso não pode deixar de nos levar a pensar nos eventos históricos do “socialismo real”. Com seu realismo, Smith problematiza a fronteira entre liberdade e opressão. Quem representa a causa da liberdade nos EUA entre 1861 e 1865? Lincoln, que abole o habeas corpus, impõe a conscrição obrigatória e diante da grande rebelião provocada pela medida, envia um corpo amado contra Nova Iorque, sufocando pelo terror a sublevação? Ou a representam os estados do Sul que, chamando Locke e, em nome do direito ao autogoverno e à manutenção da própria identidade cultural e nacional, rechaçam, enquanto opressiva, a pretensão do governo central de interferir naque-

la peculiar forma de propriedade representada pela escravidão?

Com o olhar voltado tanto para a escravidão quanto para a servidão da gleba, as *Lições de jurisprudência* enunciam uma extraordinária conclusão: “A liberdade do homem livre é a causa da grande opressão dos escravos. E como eles constituem a parte mais numerosa da população, nenhuma pessoa dotada de humanidade desejaria a liberdade em um país que estabeleça esta instituição”. Que escândalo, aos olhos da atual apologética liberal, a preferência indiretamente expressa pelo “governo despótico”, o único capaz de eliminar o regime da escravidão e da servidão da gleba!

Os eventos iniciados pelo Outubro não podem ser julgados afastados dos dramáticos conflitos internacionais e internos em que ocorreram. Limite-me aqui a dar dois exemplos. Nas regiões asiáticas, os projetos de emancipação da mulher efetivados pela jovem União Soviética enfrentaram a violência selvagem dos clãs feudais resolvidos a perpetuar, por qualquer meio, uma condição feminina de tipo servil ou semi-servil. Nessa concreta e determinada situação histórica, a liberdade da mulher pressupõe o uso da mão-de-ferro sobre uma sociedade civil atrasada. Podemos dar mais um exemplo: a revolução de Outubro provoca na Rússia uma recrudescência da agitação anti-semita expressa em massacres sangrentos. Para combatê-la, o novo poder soviético se empenha em uma obra de propaganda capilar (Lênin pronuncia um discurso gravado em disco de modo a alcançar também os milhões de analfabetos), mas, ao mesmo tempo, elabora leis severíssimas, aliás, terroristas. Mais uma vez, pelo menos durante os primeiros anos do novo regime, a liberdade, ou melhor, a própria sobrevivência dos judeus, é garantida com mão-de-ferro contra a sociedade civil.

Tudo isso pode cheirar a “justificacionismo” inclusive por determinada esquerda. Mas pode ser interessante ver a posição de Marx com relação à revolução francesa. Em seus textos conseguimos uma contra-história da Inglaterra liberal que o sofisma de Talmon obstina-se ainda hoje a contrapor em preto e branco à da França revolucionária e jacobina. E, ao contrário, a Inglaterra é o único país em que formas de trabalho escravo continuaram a existir em pleno Século XIX (MEW, XXIII, 763) e cuja classe dirigente liberal conduz, na Irlanda, uma política tão brutal e terrorista a ponto de resultar “inaudita na Europa”, encontrando equivalente apenas entre os “mongóis” (MEW, XVI, 552). O próprio Gladstone, orgulho da Inglaterra liberal,



é protagonista do “terrorismo policial” que atingiu a seção irlandesa da Internacional (MEW, XVI, 136). Conhecemos bem as páginas em que Marx esclarece o quadro histórico concreto (Vandeia, intervenção de exércitos contra-revolucionários etc.) do Terror jacobino; é desnecessário também lembrar o desprezo – na onda de Hegel – nutrido e expresso pelo grande pensador revolucionário pela bela alma. Estamos então em presença de uma postura “justificacionista”? O justificacionismo é a dedução mecânica e sem resíduos de um comportamento político a partir de um determinado contexto histórico (contradições objetivas e brutalidade do adversário), é a negação do momento da escolha entre possíveis alternativas e, portanto, da responsabilidade subjetiva. Após ter esclarecido o quadro histórico real, Marx realça que o Terror origina-se também do descompasso entre o projeto político jacobino e a situação histórica. Seguindo a utopia fantástica da reconstituição da pólis antiga, Robespierre e outros lançam-se em uma empresa dom-quixotesca que, acreditavam, pudessem eliminar pela violência tudo o que não respondesse a seu modelo ou utopia e que, porém, acaba inevitavelmente re-emergindo através de relações econômicas e sociais modernas, bem diferentes das da pólis antiga, em que sua apaixonada inspiração estava fundamentada.

Em tal sentido, há, no Terror, um excedente de violência com relação à situação objetiva, e clara e nítida resulta a postura de crítica e de condenação expressa por Marx que, repetidas vezes, evidencia as debilidades, as ilusões, as miragens da ideologia jacobina – que, por sua vez, não é apenas produto de uma loucura individual, mas faz referência a um contexto histórico mais amplo. Por ter presente o quadro objetivo, Marx consegue individualizar a debilidade do projeto jacobino com precisão e radicalidade desconhecidas à explicação moralista, que se contenta em denunciar Robespierre ou Saint-Just apenas enquanto feras com sede de sangue.

Ainda que dentro da óbvia diversidade da si-

(...) a transição para o novo revela-se tanto mais complexa e tortuosa quanto mais atrasado for o país em que se desenvolve, e quanto mais desfavorável e dramático for o contexto internacional em que ele opera

tuação histórica, essa mesma abordagem torna-se fecunda também na análise da dialética desenvolvida a partir da revolução de Outubro. Não se trata, portanto, de eludir o momento da escolha, de situar tal abordagem em um espaço despojado de resistências, conflitos e contradições, mas de colocá-la em um contexto histórico concreto, e dramaticamente concreto. E ao depararmos com escolhas erradas ou trágicas e que liquidaram alternativas reais, torna-se necessário nos questionarmos sobre a ideologia que inspirou e condicionou tais escolhas.

Essa ideologia diminuiu ou aumentou sem necessidade o Estado de exceção? E de que forma o enfrentou?

### Releitura do Século XX, releitura do comunismo, releitura de Marx e Engels

Chamar em causa a consciência subjetiva dos protagonistas da revolução de Outubro e dos dirigentes do Estado por ela criados significa pôr em discussão a própria teoria de Marx e Engels. À luz desse critério metodológico, tentamos

traçar um balanço do “socialismo real”, começando pela segunda revolução, a que junta em um único e ininterrupto período histórico o Estado de exceção de 1917 e o da Segunda Guerra Mundial. A revolução que começou em 1929 foi necessária? Para Stalin – que considerou inevitável uma nova agressão por parte do mundo capitalista – não há dúvida. Uma opinião, naqueles anos amplamente difundida; ao ser condenado pelo Tribunal especial, Gramsci denunciou os preparativos de guerra pelo fascismo; por outro lado, logo após a assinatura do tratado de Versailes, o marechal francês Foch declara: “esta não é uma paz, é um armistício para vinte anos”<sup>(6)</sup>.

Observamos também o fato de historiadores americanos de renome reconhecerem hoje que a URSS conseguiu superar a prova posta pela agressão hitleriana, apenas em função da precedente coletivização da agricultura e da industrialização. Portanto, mais do que sobre a decisão de desencadear a segunda revolução, é preciso concentrar-se sobre as modalidades de sua condução. Não se trata



apenas do fato de ela ter sido imposta pelo alto. Vejamos a ideologia que a promove e a sustenta: aos olhos de não poucos bolcheviques, a relação entre cidade e campo se configura como uma relação entre Europa e Ásia, entre civilização e barbárie (a civilização, tradicionalmente coincidente com a cidade capitalista, é identificada, após o Outubro, com a cidade socialista). A industrialização forçada do campo, desde antes de ser posta em prática, é comparada ao processo de acumulação originária do capitalismo por um economista próximo à oposição trotskista, Preobrazenskij, que parece até indicar, como condição do desenvolvimento da indústria socialista, a “exploração” de uma espécie de “colônia” no interior da URSS, habitada pelas minorias nacionais presas às suas religiões e a seu “obscurantismo”. A segunda revolução desencadeada, iniciada em Moscou, acaba assim configurando-se como um tipo de guerra colonial, com os horrores próprios das guerras coloniais. Nesse momento ocorre a difusão, em larga escala, do universo concentracionário, atacando, não apenas inteiras classes sociais, mas também inteiras nacionalidades.

Sem dúvida tal horror chama à causa, gravemente, as responsabilidades dos dirigentes soviéticos. Mas este é apenas um aspecto, apesar de essencial. Logo após a revolução de Outubro, ao exortar o novo regime a “sufocar ao nascer com mão de ferro toda tendência separatista”, Rosa Luxemburgo ironiza as aspirações nacionais dos “povos sem história”, “cadáveres apodrecidos que emergem de seus sepulcros seculares”<sup>(7)</sup>. A primeira formulação é uma citação de Engels, que a usa em artigos publicados na *Neue Rheinische Zeitung*, (*Nova Gazeta Renana*) dirigida por Marx. Os dois grandes pensadores revolucionários não conseguiram pensar profundamente a questão nacional: não é difícil surpreender neles traços da visão, própria do pensamento liberal do tempo, do colonialismo como forma de exportação da civilização, a ser conduzida, inclusive com métodos apressados ou cruéis, nos territórios habitados por povos atrasados ou “sem história”.

A revolução que começou em 1929 foi necessária? Para Stalin – que considerou inevitável uma nova agressão por parte do mundo capitalista – não há dúvida

Ao descrédito da imagem do socialismo contribuiu a tragédia do Camboja, que voltava de uma brilhante luta de libertação nacional. Radicalizando ulteriormente tendências já afloradas no curso da Revolução cultural chinesa, Pol Pot pretende construir uma sociedade comunista sem mercado e sem moeda: uma tentativa que originou um terrível massacre. Mas, ainda, seria um erro chamar em causa exclusivamente os dirigentes dos khmer vermelhos. Há uma grande tradição atrás deles. Pensamos no assim chamado “comunismo de guerra” que segue de imediato a

revolução de Outubro. Em escrito de outubro de 1921, Lênin faz uma parcial auto-crítica. Reconhece o fato de naqueles eventos não terem agido exclusivamente os “impelentes problemas de caráter militar”, mas também “o erro de querer passar diretamente à produção e à distribuição sob bases comunistas. Resolvemos que os camponeses fomessem o pão necessário ao sistema de prealecimentos, e nós, por nossa vez, o distribuíamos aos estabelecimentos e às fábricas, obtendo assim uma produção e uma distri-

buição de caráter comunista”.

Em 1952 Stalin publica *Problemas econômicos do socialismo*, polemizando contra “alguns camaradas” que “afirmaram que o partido agiu erroneamente ao manter a produção mercantil após a tomada do poder e a nacionalização dos meios de produção de nosso país. Eles pensam que o partido deveria eliminar a produção mercantil”. Os apaixonados pela ortodoxia “marxista” de um comunismo miticamente transfigurado exigiram isto.

Finalmente, a patente contradição entre uma filosofia da história – que proclama como seu fim a extinção do Estado e de toda forma de poder político – e a realidade de um Partido-Estado – que exerce o poder de forma terrorista –, agiu como importante fator de estímulo no colapso da Europa oriental. Existe, entre esses aspectos, uma relação de contradição, mas também de secreta cumplicidade. Qual o sentido de empenhar-se onerosamente no processo de construção de um Estado socialista de direito se o Estado enquanto tal está destinado à dissolução? Não por acaso, logo depois da revolução de Outubro,



expoentes socialistas revolucionários proclamaram: “a idéia de Constituição é uma idéia burguesa”: assim, tornou-se impossível a passagem do Estado de exceção para uma normalidade constitucional, já previamente tachada de “burguesa”; e o mesmo Estado de exceção não pôde ser mais de algum modo regulamentado.

Um êxito paradoxalmente previsto, inclusive por Marx e Engels, que, ainda insistindo na extinção do Estado, ou na extinção “no atual sentido político” (as duas fórmulas não se equivalem e a oscilação é indício de uma ulterior perplexidade), pelo menos em uma circunstância observam que, forçado ao extremo, o antiautoritarismo, tornando impossível todo tipo de decisão fundada no consenso e controle democrático e segundo regras gerais, acaba por favorecer o exercício de um poder arbitrário por parte de uma pequena minoria: o auto-denominado “antiautoritarismo” inverte-se assim em “comunismo de caserna” (MEW, XVIII, 425).

A espera messiânica pela extinção do Estado desenvolveu um papel nefasto também em outro plano. Não se pode pensar uma sociedade socialista sem a presença de um setor mais ou menos amplo de serviços e de economia estatal (seja pública, socializada, ou controlada pelo Estado), cujo funcionamento se torna, portanto, determinante. A solução para tal problema pode ser outorgada à mitologia anarquista da chegada “do homem novo” que, espontaneamente, se identifica com a coletividade, sem a emergência de contradições e conflitos entre privado e público, ou entre indivíduos, ou ainda entre grupos sociais (trata-se claramente da secularização do motivo religioso, da “graça” que torna a lei supérflua); ou podemos buscar outra solução no sistema de regras, de incentivos (materiais e morais) e de controle que garantam a transparência, a eficiência e a produtividade do setor e também a competência profissional e a probidade dos responsáveis. Mas a fenomenologia do poder (anarquista) ao individuar exclusivamente no Estado, no poder central, na norma em geral o lugar do domínio e do aniquilamento, torna isto difícil, se não impossível. Produziu-se assim uma inversão da dialética da sociedade capitalista, assim como Marx a descreveu:

Os eventos iniciados pelo Outubro não podem ser julgados afastados dos dramáticos conflitos internacionais e internos em que ocorreram

“no socialismo real”, à anarquia da fábrica correspondeu o terror sobre a sociedade civil, um terror que, ao dissolver-se das razões do Estado de exceção, tornava-se cada vez mais intolerável, e cada vez menos acreditável transformava-se numa filosofia da história que prometia a chegada do comunismo ao dissolver-se do Estado, das identidades nacionais, do mercado etc.

Para concluir, além das graves responsabilidades subjetivas dos dirigentes comunistas, os três pontos e momentos de crise do “socialismo real” por nós examinados remetem a três graves debilidades teóricas de Marx e Engels – entre as quais subsiste uma estreita relação. Em todos os três casos, a utopia acríica de uma sociedade sem conflitos produziu um suplemento de violência estatal e opressão nacional. Refletimos sobre este último ponto. A espera de uma imediata superação das fronteiras e das próprias identidades nacionais, logo após o colapso do capitalismo, transformou-se em uma ideologia chauvinista.

Pensamos em particular na teorização, presente em Breznev, de soberania limitada para os países que compõem uma comunidade socialista internacional já fundados em uma única identidade seus singulares componentes. Observamos os momentos mais graves de crise e de descrédito do “socialismo real”: 1948 (ruptura da URSS com a Iugoslávia); 1956 (invasão da Hungria); 1968 (invasão da Tchecoslováquia); 1981 (lei marcial na Polônia a fim de prevenir uma potencial intervenção “fraternal” da URSS e conter um movimento de oposição que encontra amplo consenso, chamando inclusive à identidade nacional reprimida pelo Grande Irmão). Essas crises têm como elemento comum a centralidade da questão nacional.

A dissolução do campo socialista iniciou-se – não por acaso – na periferia do império, nos países há muito tempo impacientes com a soberania limitada que havia-lhes sido imposta; inclusive dentro da própria URSS, bem antes do obscuro “golpe” de 1991, o impulso decisivo para o colapso final veio com a sublevação dos países bálticos, aos quais o socialismo havia sido “exportado” em 1939-40: em certo sentido, a questão nacional, que favoreceu fortemente a vitória da revo-



lução de Outubro (à qual as nacionalidades oprimidas pela autocracia czarista e grande-russa deram forte contribuição), marcou também a conclusão do ciclo histórico por ela aberto.

Aqui manifesta-se toda a inconsistência das dicotomias que contrapõem o marxismo originário e ocidental – único, autêntico e digno de atenção – ao marxismo do Século XX e oriental. Mais do que em Marx e Engels, encontramos em Lênin uma compreensão mais pontual e aprofundada sobre a questão nacional como elemento essencial e constitutivo da questão democrática (o princípio da autodeterminação é a democracia aplicada às relações internacionais). Após a catástrofe da Hungria, Mao (Sobre as dez grandes relações) acusa a URSS de ter alterado, com sua política de industrialização forçada, não só a relação com os camponeses mas também com as minorias nacionais. Após a queda da URSS, Fidel Castro observou: “Nós socialistas cometemos um erro ao subestimar a força do nacionalismo e da religião” (a religião

é, ou pode ser, ela mesma, um elemento constitutivo da identidade nacional: pensamos no catolicismo na Polônia). Compreende-se bem por que o destaque da centralidade da questão nacional no âmbito do socialismo provenha de representantes do Terceiro Mundo (as vítimas do pseudo-universalismo ou “internacionalismo” das grandes potências coloniais). Isto vale até para estadistas distantes do movimento comunista, ainda que, pelo menos inicialmente, cheios de simpatia para com os eventos históricos iniciados com o Outubro. Após a invasão soviética da Hungria, Nehru observa: “Os eventos de 1956 demonstram que o comunismo, quando imposto de fora para dentro, não pode durar. Ou melhor, se o comunismo andar contra o sentimento nacional difuso, não será aceito”. O marxismo ocidental revelou-se, ao contrário, insensível a tal questão, apesar

de, obviamente, não faltarem exceções (em primeiro lugar Gramsci que, aliás, transforma em tesouro a lição de Lênin).

É preciso repreender os dirigentes e estadistas comunistas não pela infidelidade, mas pela excessiva fidelidade a Marx e Engels: ao tratar da questão nacional e camponesa, Stalin (e em maior razão Trotsky) revelou-se mais “marxista” do que “leninista”; no plano teórico, seu grave erro não está no fato de ele ter proposto para as calendas gregas a extinção do Estado e do mercado, mas de não ter conseguido pôr em discussão esta visão utópica da sociedade pós-

capitalista. De modo que não conseguiu impedir, e por vezes até mesmo contribuiu para estimular a dialética nefasta que transforma, no curso do “socialismo real”, a ortodoxia marxista em um voluntarismo carregado de obsessiva e estéril violência.

Presos dogmaticamente a uma utopia acrítica, os defensores da teoria do retorno a Marx apresentam como remédio ao colapso do Leste o que constituiu uma das causas decisivas de sua

falência. Reside aqui também a apressada catalogação em pequenos capítulos de história do capitalismo, das tentativas – mesmo confusas e com êxitos imprevisíveis – de construção de uma sociedade pós-capitalista ainda em curso em países como Cuba, China, Coreia, Vietnã.

Não há dúvida: para compreender a atual realidade do capitalismo, não é a Lênin ou a Mao que devemos recorrer, mas a Marx. É preciso dirigir-se a ele para compreender a realidade dos crescentes custos sociais produzidos pela apropriação privada do desenvolvimento das forças produtivas. As brilhantes análises de *O Capital* sobre a intensificação do trabalho e da exploração produzidas pelo desenvolvimento tecnológico capitalista falam sobre o hoje, falam de um Ocidente capitalista que conseguiu triunfar na Europa oriental e que faz também



Desenho Malakóvski



sentir fortemente seu peso sobre os países que se chamam ao socialismo. Durante um inteiro período histórico, a análise marxista será o espelho crítico não apenas do capitalismo propriamente dito, mas também do quanto de capitalista existir, inevitavelmente, em todo processo de transição para uma sociedade diferente. Assumir este ponto para liquidar como insignificante o evento histórico real iniciado pelo Outubro significa cometer um duplo erro: em primeiro lugar, a totalidade das contradições do sistema capitalista mundial se reduz à contradição entre capital e trabalho, embelezando, portanto, aquele sistema, como se não lhe pertencessem mais a prevaricação sobre os países mais débeis (sobretudo se ricos em matérias-primas), a tendência a sufocar a qualquer custo todo projeto de sociedade pós-capitalista que se delinear e, ainda, a rivalidade pela hegemonia entre as grandes

(...) a URSS conseguiu superar a prova posta pela agressão hitleriana, apenas em função da precedente coletivização da agricultura e da industrialização

potências; em segundo lugar, ao apagar a história real, confundem-se os tempos da pesquisa científica e os tempos da ação política, a longa duração de um modo de produção e as etapas concretas, postas em um concreto contexto histórico, de uma política de emancipação. Pensar realmente o socialismo ou o comunismo significa pensar a revolução de Outubro e a história real do Século XX e pensar novamente também Marx e Engels. E sem esse repensar criticamente não há possibilidade de restituir atualidade à força emancipadora de sua teoria.

*Domenico Losurdo, filósofo italiano e diretor do Instituto de Filosofia e Pedagogia da Universidade de Urbino. É autor de, entre outros, Liberalismo. Entre civilização e barbárie, Fuga da História?, Hegel e a tradição liberal, e Bonapartismo e Democracia. Traduzido do italiano por Silvia De Bernardinis*

**Observação do autor:** Não quis sobrecarregar o texto com detalhadas referências bibliográficas, as quais se encontram facilmente em outros meus trabalhos: Marx e il bilancio storico del Novecento, Roma, Bibliotheca, 1993; Il crollo del "socialismo reale" nell'Est europeo: rivoluzione democratica o restaurazione? in "Marxismo oggi", 2/1993, p. 107-144; Idee d'Europa e ideologie della guerra, in "Quaderni di storia", n. 43, gennaio-giugno/1996.

O texto "Marx, Cristoforo Colombo e la rivoluzione d'Ottobre" foi publicado como capítulo III in *Utopia e stato d'eccezione. Sull'esperienza storica del "socialismo reale"*, Laboratorio politico, Naples, 1996; versão francesa in J. Bidet (ed.), Congrès Marx International. Cent ans de marxisme. Bilan critique et perspectives, Paris, PUF, 1996; versão alemã in *Das Argument*, n. 2, 1996, p. 201-215; versão inglesa in *NST Nature, Society and Thought. A Journal of Dialectical and Historical Materialism* University of Minnesota, 1996, p. 65-86; versão em língua espanhola publicada na Colômbia, in *Marx y el siglo XXI. Una defensa de la Historia y del Socialismo*, Renán Vega Cantor (editor), Bogotá, Anthropos, 1999, p. 61-82.

## NOTAS

- (1) Cfr M. Brecher, Nehru. A Political Biography (1959), trad. italiana, Vita di Nehru, Milão, Il Saggiatore, 1965, págs. 89-90
- (2) Citado em F. Gauthier, Triomphe et mort du droit naturel en Révolution, Paris, PUF, 1992, p. 282.
- (3) R. C. Tucker, Stalin in Power. The Revolution from Above, 1928-1941, Nova York-Londres, Norton, 1990, p. 201, 102 e 324.
- (4) R. Medvedev. Lo stalinismo. Origini storia conseguenze, trad. italiano. Milão, Mondadori, 1977, p. 404.
- (5) Nada de Novo sob o Sol
- (6) Citado em H. Kissinger, Diplomacy, Nova Iorque, Simon & Schuster, 1994, p. 250.
- (7) Citado em R. Rosdolsky, Friedrich Engels und das Problem der "geschichtslosen Völker", in "Archiv für Sozialgeschichte", IV Bd., 1964, p. 143, nota.
- (8) M. Brecher, Nehru. A Political Biography, tr. it. cit., p. 47.



# *Desafios da democracia e da produtividade no socialismo*

POR ADALBERTO MONTEIRO E CAROLINA MARIA RUY

**Entrevista com o professor Luis  
Fernandes, presidente da Finep  
(Financiadora de  
Estudos e Projetos),  
e autor do livro  
*O enigma do  
Socialismo Real***





**Princípios** – Em seu livro *O Enigma do Socialismo* você apresenta a opinião de que os dois maiores desafios da União Soviética foram a edificação da democracia socialista e a produtividade da economia e do trabalho. Em sua visão, quais os acertos e os erros desses dois aspectos na experiência soviética?

**Luis Fernandes** – Em primeiro lugar não podemos abstrair da avaliação os fortes condicionantes históricos que marcaram a experiência soviética. A teoria marxista, no século XIX, esperava que as primeiras experiências socialistas surgissem nos países mais avançados do capitalismo, porque neles a produção fabril moderna estaria mais consolidada e, com isso, a própria contradição entre o capital e o trabalho mais aguçada. Com as condições geradas pela fase chamada por Lênin de etapa do imperialismo, ou fase monopolista do capitalismo, o contexto mundial se alterou e o processo histórico levou as primeiras experiências socialistas – em particular a primeira de todas, que é a experiência soviética –, a triunfarem em países que não compunham o centro do sistema capitalista.

Antes da Revolução de Outubro de 1917, as condições da Rússia eram bem diferentes das concebidas no século XIX pela teoria marxista clássica: um país semiperiférico que combinava uma acelerada industrialização e transição para o capitalismo nas cidades – iniciada havia poucas décadas – com o predomínio de estruturas econômico-sociais pré-capitalistas no campo, onde viviam mais de 80% da população. Assim, desde o primeiro momento, para além do desafio da construção do socialismo, a URSS teve de se deparar com os desafios da contínua industrialização da sua economia e do enfrentamento com o atraso da sua capacidade produtiva. Foi uma experiência que, mesmo tendo colocado na ordem-dia a superação do capitalismo, o fez tendo de

criar, simultaneamente, pré-condições do próprio desenvolvimento capitalista.

Deste ponto de vista, o maior êxito da URSS foi justamente o de ter viabilizado um processo de industrialização massiva e de ter sustentado durante décadas, nos marcos desse esforço de recuperação do atraso, os índices de crescimento econômico mais elevados do mundo.

Entretanto, as formas encontradas para enfrentar, nos marcos da transição socialista, os desafios

clássicos do desenvolvimento acabaram por esbarrar em seus próprios limites. A opção por estatizar quase que completamente as forças produtivas e mobilizar de forma centralizada e detalhista a sua operação se mostrou adequada para promover a industrialização na fase inicial do desenvolvimento soviético, mas uma vez instalado um complexo industrial integrado e completada a etapa do crescimento econômico extensivo, estes mesmos mecanismos deixaram de promover a contínua elevação da produtividade da economia e do trabalho. A partir daí houve uma tendência

declinante nas taxas de crescimento econômico e de produtividade do trabalho, e retornos decrescentes nos investimentos feitos de forma centralizada na economia soviética. Não era propriamente um quadro de estagnação, mas sim de tendência à estagnação nos marcos desse modelo de economia estatal de comando altamente centralizado.

O grande êxito desse modelo, que acabou se tornando a matriz das primeiras experiências socialistas no mundo, foi ter levado a URSS a se transformar de um país extremamente atrasado em grande potência mundial. E a grande limitação dessa experiência foi a de não ter conseguido superar as formas de seu esforço inicial de desenvolvimento e, com isso, não ter enfrentado e resolvido o problema da contínua elevação da produtividade no socialismo.

Do ponto de vista da edificação democrática,



500 anos de Arte Russa



mais uma vez, devemos examinar o contexto histórico específico do qual emergiu a revolução soviética. A Rússia, recém-saída do czarismo, possuía reduzida experiência de vida democrática, ainda que em termos liberais. O triunfo das encadeadas revoluções de 1917 se deu na seqüência de prolongada luta de resistência contra o absolutismo czarista, em que, progressivamente, forças políticas situadas mais à esquerda foram assumindo a liderança do processo, em meio à destruição e à crise provocadas pela Primeira Guerra Mundial. Tudo isso legou importantes limitações e barreiras para a edificação de novas formas democráticas nos escombros do antigo Império Russo. As formas institucionais que inspiraram a construção do novo Estado Soviético – que procuravam reproduzir o que Marx havia resgatado e ressaltado na experiência da Comuna de Paris – acabaram por não ensejar a capacidade de mobilização concentrada necessária para lidar com os grandes embates militares, políticos e geopolíticos que a URSS teve de enfrentar desde o seu início. Essa situação gerou uma tendência à sobreposição dos mecanismos democráticos de tipo comunal por uma crescente fusão do partido com o Estado, onde a estrutura vertical hierárquica do Partido Bolchevique passou a nuclear o Estado, o que acabou tolhendo o potencial democrático dessa primeira experiência socialista.

Em suma, o grande êxito da URSS foi a sua própria criação e sobrevivência, e o papel transformador que ela passou a desempenhar no mundo. Destacamos, aqui, o seu papel crucial na derrota do nazismo na II Guerra e na promoção dos processos de descolonização, a partir do seu apoio decisivo aos movimentos antiimperialistas. A URSS ajudou a moldar o mundo como nós o conhecemos ao desarticular e deslegitimar a prática do colonialismo, e ao consolidar o reconhecimento do direito dos povos à autodeterminação. Isso representa um profundo e inegável legado democrático para toda a humanidade.

Contudo, o pleno desenvolvimento do potencial democrático do socialismo na URSS acabou sendo tolhido, em parte pelas circunstâncias históricas já mencionadas, em parte pela cristalização de uma leitura parcial e dogmática da própria teoria marxista, transformada em doutrina oficial de Estado.

*Princípios – Em seu livro O Enigma do Socialismo você afirma que “a ausência de um exame profundo sobre os dilemas e impasses da configuração do Estado socialista pela teoria marxista acabou sendo fatal para o desenvolvimento das próprias experiências*

*socialistas no século XX”. Então, houve uma deficiência na leitura? Ou no marxismo não há uma teoria sobre o Estado?*

**Luis Fernandes** – Marx tem uma teoria do Estado própria e, como qualquer teoria, ela deve ser desenvolvida, não se trata de uma verdade completa e acabada. A principal contribuição de Marx para a teoria política reside justamente na associação de uma visão realista – que reconhece no Estado um órgão de dominação caracterizado pelo monopólio coercitivo e administrativo territorializado – com uma aguda compreensão do papel desempenhado por esse monopólio da violência na produção e reprodução da clivagem da sociedade em classes. Contudo, as indicações trazidas pela teoria marxista clássica do século XIX sobre a institucionalidade política de experiências socialistas que abrissem caminho para a superação desta clivagem classista da humanidade nunca foram muito detalhadas. E nem poderiam ser pois Marx e Engels não vivenciaram essa experiência e tomaram como referência a efêmera e fracassada experiência da Comuna de Paris, que se desenrolou em contexto histórico muito específico.

Nas poucas reflexões por eles desenvolvidas, procurando indicar os rumos do que seria uma sociedade socialista, já há indicações a sugerir que a simples generalização de formas de democracia direta e participativa poderia não dar conta dos dilemas da construção institucional do Estado numa transição socialista.

*Princípios – Esse pode ter sido um dos motivos da derrocada da URSS?*

**Luis Fernandes** – O não desenvolvimento da teoria marxista para lidar com os novos desafios apresentados pelas primeiras experiências socialistas certamente é um fator crucial. Estes desafios se apresentavam tanto na dimensão política, quanto econômica e cultural. Do ponto de vista econômico, a experiência soviética não logrou estruturar um novo mecanismo econômico capaz de alavancar a contínua elevação da produtividade do trabalho uma vez concluído, com sucesso, o esforço de montagem de uma base industrial abrangente. No capitalismo, esse mecanismo é a própria anarquia da produção, que obriga as empresas a buscarem a constante elevação da sua produtividade para enfrentar e desarticular suas concorrentes, a um elevado custo social. A URSS não conseguiu gerar um mecanismo análogo a essa “destruição criativa”, a não ser nas áreas de fronteira tecnológica do confronto geopolítico com



o mundo capitalista: indústria bélica, indústria aeroespacial, programa nuclear etc. Fora dessas áreas, manteve-se uma grande distância entre o conhecimento gerado nos institutos de pesquisa e a sua incorporação e generalização no sistema produtivo. Em suma, não se logrou estruturar um mecanismo indutor da inovação na economia como um todo, o que acabou ensejando uma tendência crescente à estagnação econômica, como mencionei antes.

Isso contribuiu para compor um quadro de “crise de legitimação” no seio do próprio poder soviético. A legitimidade desse poder não era referida ao processo democrático da escolha dos seus dirigentes, e sim à superioridade histórica do socialismo em relação ao capitalismo. Segundo a versão de doutrina marxista então dominante, essa superioridade se materializava no desempenho econômico. Quando este começou a dar sinais de perda de dinamismo face aos novos pólos ascendentes no mundo ca-

pitalista, instalou-se um processo não só de corrosão gradativa da legitimidade do Estado soviético, como de crise ideológica de seus dirigentes. Generalizou-se um questionamento interno em relação à capacidade de superação de tal quadro, agravado pela intensificação da corrida armamentista fomentada pelo governo Reagan nos anos '80 e que culminou na capitulação completa de Gorbachev ao final do período da perestroika. Neste ponto, a “crise de legitimação” se transformou em crise geral e resultou no desmantelamento do antigo campo socialista e na própria dissolução da União Soviética.

*Princípios – Depois da derrocada, partidos e movimentos enfrentaram uma crise geral de perspectiva. Em sua opinião, em que grau houve a superação dessa crise?*

**Luis Fernandes** – Este é um tema para debate. No meu entender, na medida em que o capitalismo socializa cada vez mais os processos de produção de riqueza, o socialismo é uma necessidade histórica cada vez mais premente para lidar com as contradições dessa forma de produção. Contudo, do ponto de vista político, o quadro ainda continua desfavorável para o socialismo como alternativa imediata. Antes, existiam dois sistemas mundiais em oposição no sistema internacional. O mundo estava polarizado por dois modelos sociais e políticos antagônicos, cada qual

com o seu sistema mundial próprio. Com a derrocada do campo socialista isso deixa de existir. O que temos, hoje, são experiências socialistas isoladas, não integradas em um bloco sistêmico mundial. Nesse contexto, está no centro da agenda justamente a luta contra as profundas assimetrias geradas pelo capitalismo no sistema internacional. O que entra na ordem-do-dia para países que se confrontam com essa



*Maksim Górkki - avião de propoganda soviético - A indústria aeroespacial teve grande avanço*

Foto de Vasile Kuptsov, 1994

concentração de riqueza e poder no mundo é uma agenda de desenvolvimento nacional, de conteúdo antiimperialista em sua essência, mas não imediatamente socialista. Ocorreu uma espécie de depuração das forças socialistas – boa parte delas, na verdade, deixou de ser socialista –, muitas inclusive mudando o nome dos partidos, o que foi particularmente sentido no antigo movimento comunista. Por outro lado, pela própria lógica do capitalismo, multiplicaram-se os movimentos contra-hegemônicos. O mundo não caminhou para a unipolaridade após a derrocada do socialismo, ele caminha para uma crescente multipolaridade. Este é o contexto em que as forças que ainda reivindicam o socialismo podem atuar. Coloca-se como necessidade imediata uma agenda muito mais antiimperialista e nacional-desenvolvimentista do que propriamente socialista, embora contradito-



riamente, a necessidade histórica do socialismo seja cada vez mais forte no mundo.

*Princípios – Nessa linha, como você avalia a experiência de países como Cuba, Venezuela, Vietnã e China?*

**Luis Fernandes** – São experiências distintas. Cuba vive as circunstâncias do cerco movido por uma potência à qual encontra-se praticamente encostada geograficamente. Isso impõe condições extremamente adversas e não permite que ela se envolva em experimentações tão amplas quanto as de outros países socialistas, porque o imperativo da sobrevivência é muito forte. Essas condições marcam profundamente a trajetória cubana e ressaltam, igualmente, seu sucesso. Quando se iniciaram a derrocada do antigo campo socialista e o colapso da URSS, há dezoito anos, ninguém apostava na possibilidade de sobrevivência de Cuba. Predominava a sensação de que em muito pouco tempo o socialismo cubano se dissolveria. Boa parte da legitimidade da experiência socialista de Cuba advém justamente de seu enraizamento nacional numa lógica antiimperialista.

Já o caso de China e Vietnã se dá em um contexto diferenciado, pois esses países não estão subordinados ao mesmo tipo de cerco ou a uma ameaça geopolítica tão próxima. Tanto a China, que apontou o caminho, quanto o Vietnã, que reproduziu uma política semelhante, trataram de enfrentar o desafio da produtividade que não fora adequadamente confrontado na URSS. O que marca essas duas experiências é a opção por preservar múltiplas estruturas econômico-sociais e formas de propriedade, ainda que sob o predomínio de formas socializadas, e a concorrência entre essas formas de propriedade – mesmo entre empresas estatais – como mecanismo para promover a elevação contínua da produtividade do trabalho e o desenvolvimento sustentado da economia. No que se refere ao desempenho econômico, pode-se ressaltar o sucesso de ambas as experiências, sobretudo a da China, que vem sustentando ao longo de um quarto de século índices de crescimento econômico sustentado sem precedentes. Seu desempenho é superior até mesmo ao da industrialização acelerada da URSS, que enfrentou muitas oscilações no seu crescimento econômico, sem mencionar a destruição provocada pela invasão e ocupação nazista na Segunda Guerra. A experiência chinesa, assim, apresenta lições importantes para o desenvolvimento e atualização da teoria marxista.

Já a experiência da Venezuela talvez tenha mais

relevância para as forças socialistas e de esquerda que atuam em regimes democrático-liberais mais consolidados. A Venezuela procura empreender um processo de transição para o socialismo conduzido inteiramente dentro da legalidade democrática. Seu projeto é o da conquista e preservação da hegemonia dessa perspectiva transformadora nos marcos do que é, em última instância, um Estado de direito burguês. Esta é uma experiência em curso, e não se pode dizer ainda qual será o seu desenlace. Entretanto, para as forças socialistas atuantes na maior parte do mundo, talvez ela seja portadora uma lição política mais abrangente, mostrando ser possível acumular forças e estruturar um projeto transformador contra-hegemônico combinando mobilização de massas e atuação política nas instituições representativas de Estados democrático-liberais. Em circunstâncias históricas diferentes, é esse mesmo caminho que vimos trilhando no Brasil e em outros países da América Latina.

*Princípios – Que perspectiva você vê hoje para o avanço do projeto socialista?*

**Luis Fernandes** – Penso que o projeto socialista tem de se enraizar nos principais movimentos de contestação e questionamento dos interesses e forças hoje dominantes no mundo. Uma vez que está na ordem-do-dia, nos países em desenvolvimento, uma agenda eminentemente antiimperialista e de promoção do desenvolvimento nacional, as forças socialistas têm de se enraizar nacionalmente, a partir de suas particularidades históricas, para se constituírem na força mais avançada de luta contra essas iniquidades e, a partir daí, serem as maiores promotoras dos projetos nacionais de desenvolvimento. Para mim, esse é o grande desafio, sobretudo em países em desenvolvimento como o nosso. Essa é a grande agenda que pode abrir caminho para transformações socialistas no mundo. Temos, ainda, a referência dos importantes sucessos alcançados pelas experiências socialistas que mencionamos antes. Embora sejam experiências socialistas isoladas, elas têm grande repercussão e impacto no mundo, sobretudo a China. Mas acredito que o principal é encontrar, no curso da vida política de cada país, o caminho para acumular forças e viabilizar transformações mais amplas. Mesmo tendo outras referências, cada país tem de enraizar a alternativa socialista nas particularidades da sua formação econômico-social nacional.

*Adalberto Monteiro é o editor de Princípios e Carolina Maria Ruy é secretária de redação (interina).*





**Emprego, qualidade de vida e desenvolvimento.**  
Quem entende de combustível sabe o que movimenta o Brasil.



O Brasil está aprendendo que crescimento só é bom quando chega para todos. A ANP faz a sua parte. Incentiva o investimento para que se produzam mais petróleo, gás natural e biocombustíveis, para que cresçam as reservas do País e para a manutenção da auto-suficiência em petróleo. Cada passo nessa direção significa defesa dos interesses nacionais: mais segurança energética, empregos e vida melhor para milhares de brasileiros. Esse trabalho segue com a 9ª Rodada de Licitações, que abre novas oportunidades para quem quer investir e também para quem vive aqui.



27 e 28.11.07 - Rio de Janeiro / RJ - Brasil - [www.brasil-round9.gov.br](http://www.brasil-round9.gov.br)



Ministério de Minas e Energia





# *Portinari:*

## *50 anos dos painéis Guerra e Paz, na sede das Nações Unidas*

PEDRO DE OLIVEIRA

No último dia 25 de setembro, em Nova Iorque (EUA), o presidente do Brasil, Luiz Inácio Lula da Silva, ao discursar perante a Assembleia Geral da ONU, referiu-se ao cinquentenário dos painéis *Guerra e Paz*, de Cândido Portinari, dizendo que

a mensagem do artista é singela, mas poderosa: “transformar o sofrimento na esperança e a guerra em paz é a essência da missão das Nações Unidas”



*Lula, com João Portinari e o Secretário-Geral da ONU, Ban Ki Moon, em 25 de setembro*

*À direita, painel “Guerra”*







**D**as mãos do artista brasileiro Cândido Portinari nasceram as imagens que denunciaram a violência e exaltaram o amor e o entendimento. A temática da Paz permeou toda a sua vida. Através de sua obra, Portinari lutou tenaz e corajosamente em favor da paz e contra todas as formas de injustiça.

Essa luta foi travada não só com o pincel, mas também em sua militância política, como comunista, registrada em incontáveis ações ao longo de toda a sua vida. Como exemplo de tal determinação, em 1949, Portinari – convidado a participar, em Nova Iorque, da Conferência Cultural e Científica para a Paz Mundial – teve seu visto de entrada negado pela Embaixada Americana. Impossibilitado de comparecer, ele enviou mensagem que afirmava em seu trecho principal: “(...) A luta pela paz é uma decisiva e urgente tarefa. É uma campanha de esclarecimento e de alerta que exige determinação e coragem. Devemos organizar a luta pela Paz, ampliar cada vez mais a nossa frente anti-guerreira, trazendo para ela todos os homens de boa vontade, sem distinção de crenças ou de raças, para assim unidos os povos do mundo inteiro, não somente com palavras mas com ações, levarem até a vitória final a grande causa da Paz, da Cultura, do Progresso e da Fraternidade dos Povos (...)”. Essa mensagem de Portinari, no limiar do Século XXI, preserva forte atualidade, pois o mundo sofre guerras e ameaças provocadas, sobretudo, pelo imperialismo norte-americano.

Já intoxicado pelo uso das tintas e, mesmo diante da ameaça à sua própria vida, Portinari não recuou, aceitando o desafio mortal e enfrentando o seu trabalho maior: os painéis *Guerra e Paz*, pre-

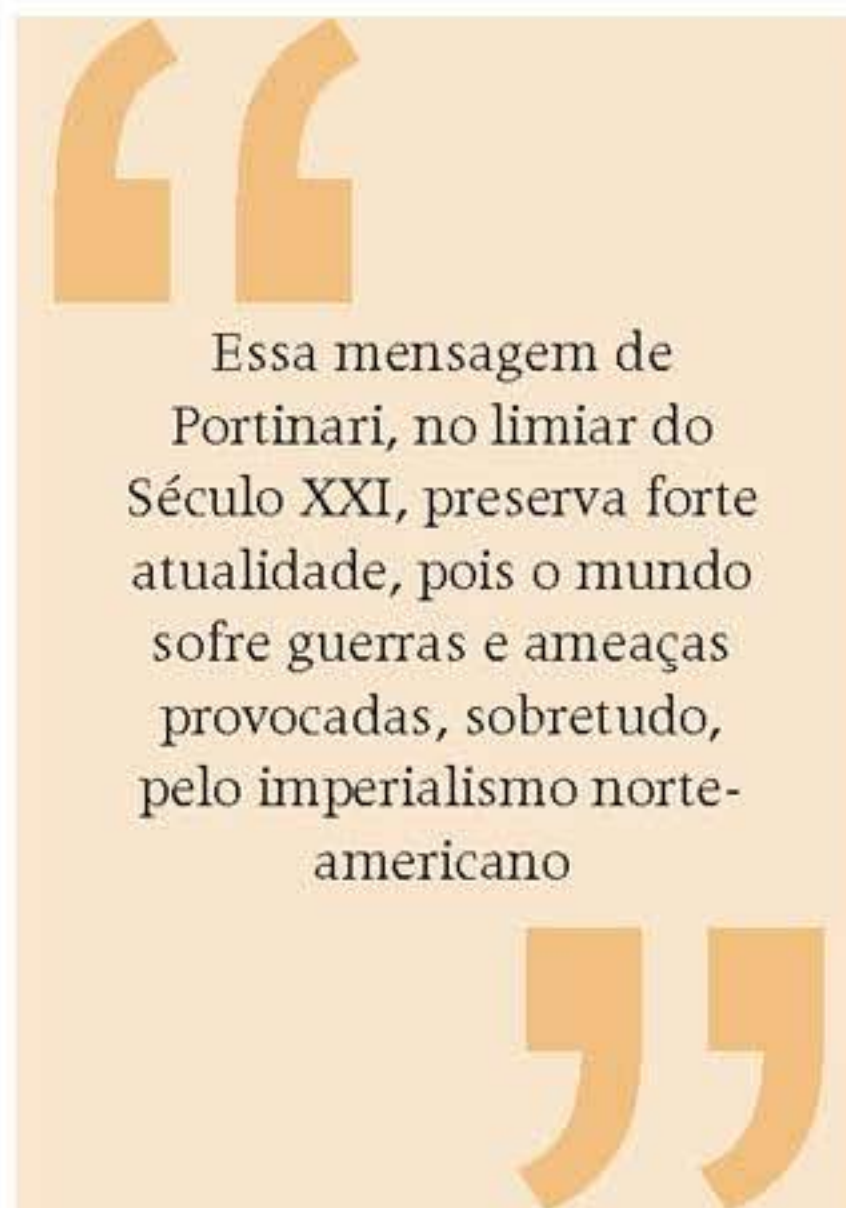
sentes do governo brasileiro para a sede da ONU em Nova Iorque. Sua obra mais universal, e mais profunda também, em seu majestoso diálogo entre o trágico e o lírico, entre a fúria e a ternura, entre o drama e a poesia. E o mais letal para ele que, em nove meses, cobriu, pincelada a pincelada de tintas proibidas pelo médico, dois paredões de quatorze metros de altura e dez metros de frente, na entrada do prédio das Nações Unidas. Após 4 anos de estudos preparatórios, em 5 de janeiro de 1956,

Portinari entregou-os para serem doados à ONU. Esses painéis, de 14m x 10m cada um, foram pintados a óleo sobre madeira compensada naval.

No dia 27 de fevereiro do mesmo ano, o presidente da República do Brasil – na época, Juscelino Kubitschek –, inaugurou a exposição dos painéis, no Teatro Municipal do Rio de Janeiro, despertando intensa curiosidade – o próprio artista e seus auxiliares ainda não tinham tido oportunidade de vê-los na sua íntegra, pois devido às grandes dimensões sua execução fez-se por segmentos, cada um medindo 2,20m x 5m.

Agora, na abertura da 62ª Assembléia Geral das Nações Unidas, em 25 de setembro último,

o presidente Luiz Inácio Lula da Silva encerrou seu pronunciamento às delegações e participantes dos 192 países-membros com as seguintes palavras: “Ao entrar neste prédio, os delegados das Nações Unidas podem admirar uma obra de arte doada pelo Brasil à ONU há 50 anos. Estou me referindo aos murais que representam a Guerra e a Paz, pintados por um grande artista, Cândido Portinari. O sofrimento tão expressivamente retratado no mu-



Essa mensagem de Portinari, no limiar do Século XXI, preserva forte atualidade, pois o mundo sofre guerras e ameaças provocadas, sobretudo, pelo imperialismo norte-americano

*À direita, painel “Paz”*







ral sobre a guerra traz à mente a responsabilidade crucial das Nações Unidas em conter o risco do conflito armado. O segundo mural nos lembra que a paz é muito mais do que a ausência da guerra. Ela implica bem-estar, saúde e respeito pela natureza. Ela clama por justiça social, liberdade e a superação do tormento da fome e da pobreza. Não por acaso aqueles que entram no prédio se deparam com o mural retratando a Guerra, enquanto aqueles que saem têm diante de si o mural Paz. A mensagem do artista é singela, mas poderosa: transformar o sofrimento na esperança e a guerra em paz é a essência da missão das Nações Unidas. O Brasil continuará a trabalhar para materializar estes altos anseios”.

Antes do início da Assembléia Geral o presidente Lula ofereceu ao Secretário-Geral da ONU, Sr. Ban-Ki-Moon, um exemplar do livro *War and Peace – Portinari*, recém-editado pelo Projeto Portinari, que relata a história e o significado dos murais, reproduzindo 119 estudos e maquetes criados por Portinari no processo de conceber e pintar *Guerra e Paz*, além de fotografias e documentos históricos.

Fazem parte desse livro, além dos estudos referidos, esboços e as duas maquetes, que poderão ser vistos junto aos documentos históricos. Trata-se de textos e imagens que contextualizam a obra, como, por exemplo, a carta do Secretário-Geral das Nações Unidas, U Thant, publicada no jornal *O Globo* de 09/02/1962, por ocasião da morte de Portinari: “Os afrescos murais de Portinari que ocupam um lugar de honra na sede das Nações Unidas dão aos objetivos da organização mundial sua mensagem edificante. Sua morte

priva não somente o Brasil, mas todo o mundo artístico de uma personalidade excepcional”.

É preciso lembrar que o projeto da sede das Nações Unidas também teve a participação direta de outro grande artista brasileiro, o arquiteto Oscar Niemeyer, também membro do Partido Comunista que, junto a Le Corbusier, teve o projeto arquitetônico aprovado por uma comissão internacional de arquitetos dirigida por Wallace Harrison, em 1947.

Entre outros reconhecimentos por suas ações, Portinari recebeu, em 1950, a Medalha de Ouro da Paz, no II Congresso Mundial dos Partidários da Paz, em Varsóvia, na Polônia. Dois anos mais tarde, ele criou, para o Conselho Mundial da Paz, o cartaz *A Paz vence a Guerra*.

Para avaliar o papel que o pintor Cândido Portinari desempenhou em nosso país, podemos lembrar as palavras do poeta Carlos Drummond de Andrade, em carta dirigida ao artista por ocasião do sucesso de sua exposição em Paris, em 1946: “Foi em você que conseguimos a nossa expressão mais universal, e não apenas pela ressonância, mas pela natureza mesma de seu gênio criador, que ainda que permanecesse ignorado ou negado nos salvaria para o futuro”.



*Inauguração dos painéis do Portinari na ONU*

*Pedro de Oliveira é jornalista e membro da comissão editorial de Princípios*

\* Inácio Arruda, senador pelo PCdoB do Ceará, sugeriu que o ano de 2007 seja, oficialmente, considerado o ano do cinquentenário dos painéis “Guerra e Paz”.





# Prefeitura de Olinda e PAC. Trabalhando para o povo.

A Prefeitura de Olinda, com os incentivos do Pac - Programa de Aceleração do Crescimento -, está trabalhando duro para desenvolver a cidade ainda mais. Prova disso é que 80 mil moradores de 9 áreas diferentes de Olinda serão beneficiados com o programa de habitação, urbanização e saneamento. E o trabalho não pára por aqui. Confira o que vem pela frente.

- Implantação de sistemas de macro e microdrenagem.
- Implantação de sistema de coleta e tratamento de esgoto sanitário.
- Complementação e melhoria do sistema de distribuição de água.
- Complementação e adequação do sistema viário.
- Implantação de equipamentos sociais e áreas de lazer.
- Construção de moradias para a população que habita em áreas de risco, sujeitas a inundações ou deslizamentos.
- Educação ambiental e trabalho social.



# O marxismo e o capitalismo no século XXI



Marx - 1867



Engels - 1864

**Na atualidade o aspecto principal da luta anticapitalista continuará sendo, provavelmente por muitas décadas, a luta antiimperialista**

JOÃO QUARTIM DE MORAES

**I** Até a eclosão, em 1914, da primeira grande guerra europeia, a II Internacional, como lembrou Luigi Cortese, previa o curso histórico provável da revolução proletária com muito otimismo: “a lógica da transição para o socialismo estava

incluída na própria lógica do desenvolvimento capitalista que, em certo sentido, a garantia, e a revolução socialista eclodiria da plenitude daquele desenvolvimento”<sup>(1)</sup>. Esse otimismo era partilhado pelos marxistas, inclusive por Lênin, quando publicou “Notas críticas sobre a questão nacional”, arti-



go escrito entre outubro e dezembro de 1913.

Nele enfatiza:

“a tendência histórica universal do capitalismo à destruição das barreiras nacionais, a assimilar as nações, uma tendência que se torna de década em década mais vigorosa e constitui um dos fatores principais para a transformação do capitalismo em socialismo”.

Acrescenta: “O marxismo substitui a cada nacionalismo o internacionalismo, a fusão de todas as nações numa unidade superior, que se desenvolve sob nossos olhos, com cada novo quilômetro de ferrovia, com cada novo trust internacional, com cada nova associação operária”<sup>(2)</sup>.

Essa visão da história tinha recebido sua formulação original em 1848, nas páginas fundadoras do *Manifesto Comunista*, em que Marx e Engels oferecem “a exposição geral das condições efetivas de [...] um movimento histórico que se desenvolve sob nossos olhos”.

Nossos olhos enxergam cento e cinquenta e nove anos a mais de história mundial do que os daqueles dois gênios do pensamento revolucionário, quando redigiram o *Manifesto* solicitado pela Liga dos Comunistas. Mas, retomando o que diziam os homens do Renascimento em relação aos gênios da Antigüidade, vemos mais longe do que eles porque estamos como pigmeus postados no ombro de gigantes. Naquele momento, era perfeitamente plausível a perspectiva de que, ao tomar o poder político e se tornar classe dirigente das sociedades em que mais se desenvolvera o modo de produção capitalista, a classe operária dos países europeus avançados emanciparia os trabalhadores e aboliria em escala mundial a opressão de classe em todas suas formas. Obviamente esse desfecho não estava datado, mas esperava-se que tardaria algumas décadas e não vários séculos. Hoje, sabemos que essa expectativa não se confirmou.

Não é entretanto por um ato de fé que, neste início do século XXI, continuamos a considerar o *Manifesto* uma referência fundamental para o combate contra a ordem do capital. Permanece inteiramente válida a análise da expansão planetária da burguesia e do caráter historicamente determinado das relações capitalistas de produção, cujos limites decorrem da subordinação do desenvolvimento das forças produtivas à lógica objetiva da valorização do capital. Amplia-se e aprofunda-se a contradição social fundamental entre os que vivem (ou tentam viver) da venda de sua força de trabalho e os que

desfrutam das multiformes modalidades, notadamente das financeiras, da exploração capitalista. A solução para essa contradição está expressa no programa máximo do *Manifesto*: a emancipação social em escala internacional exige que os meios de produção, a ciência e a técnica se tornem, por meio da ruptura revolucionária da ordem do capital, patrimônio comum da humanidade.



Foram muitos os fatores que frustraram a expectativa de um triunfo revolucionário do proletariado europeu num tempo histórico relativamente curto. Engels apontou o primeiro deles numa carta a Marx de 7 de outubro de 1857:

“[...] o proletariado inglês se emburguesa cada vez mais; parece que esta nação, burguesa entre todas, quer chegar a ter, ao lado de sua burguesia, uma aristocracia burguesa e um proletariado burguês. Evidentemente, por parte de uma nação que explora o universo inteiro, isso é até certo ponto lógico”.

Um quarto de século depois, em outra carta a Marx (de 11 de agosto de 1881), ele se referiu “às piores trade-unions inglesas, que se deixam dirigir por homens comprados pela burguesia”; no ano seguinte, em carta a Kautsky, de 12 de setembro de 1882, desenvolveu as mesmas observações, apontado, com lucidez muito rara entre os socialistas daquela época, os efeitos perversos do “monopólio colonial” sobre o movimento operário inglês:

“Você me pergunta o que pensam os operários ingleses da política colonial. A mesma coisa que eles pensam da política em geral. Não há, aqui, partido operário; só há radicais conservadores e liberais. Quanto aos operários, eles desfrutam com a maior tranqüilidade [...] do monopólio colonial da Inglaterra [...] sobre o mercado mundial”.

Entretanto, em 1871, a Comuna de Paris tinha concretizado, com trágica grandiosidade, a primeira experiência histórica da tomada do poder pela classe operária. Ela o tomou, mas não conseguiu conservá-lo: isolados na capital, os “communards” foram massacrados pelo mesmo exército que acabara de capitular diante dos prussianos. Longe, entretanto, de “enterrar o proletariado militante”, a Comuna – notou Engels em 1895, último ano de sua vida<sup>(3)</sup> –, foi o ponto de partida de sua “mais poderosa ascensão”, principalmente na Alemanha, para onde deslocou-se o centro de gravidade do mo-



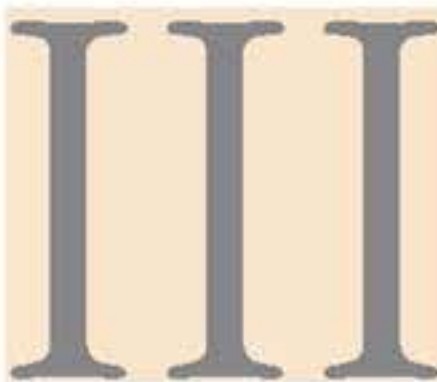
vimento operário. Reconheceu, porém, claramente que as expectativas do *Manifesto* tinham sido “desmentidas pela História”, na medida em que se comprovou que “o nível de desenvolvimento econômico no continente (europeu) não estava de modo algum maduro para a abolição da produção capitalista”. Essa constatação retificou a perspectiva histórica da tomada do poder pela classe operária, mas não a dinâmica objetiva que iria colocá-la na ordem-dia: a revolução socialista eclodiria onde e quando o desenvolvimento capitalista tivesse atingido sua plenitude. Com a ressalva, porém, apontada por Engels nas cartas acima referidas: o “monopólio colonial” exercido pela Inglaterra tendia a associar os trabalhadores do país capitalista mais desenvolvido à pilhagem do planeta, desviando-os do combate revolucionário, cuja linha de frente se deslocava para o continente europeu.

Ao se abrir o século XX, o acúmulo das descobertas científicas, o pujante desenvolvimento da tecnologia e das forças produtivas, com o conseqüente aumento exponencial da produtividade do trabalho nos ramos mais dinâmicos da indústria, suscitaram um otimismo que contagiou o movimento operário europeu organizado nos partidos da II Internacional. Esse vôo utópico foi muito curto. Desde o início dos anos 1910, a guerra foi sendo anunciada por sintomas inconfundíveis: carreira armamentista, aumento da duração do serviço militar, proliferação do nacionalismo xenófobo etc. França e Grã-Bretanha, de um lado, “impérios centrais” de outro, preparavam-se para decidir, em campo de batalha continental, quem ficaria com a parte do leão no mercado mundial e no botim colonial. A II Internacional mobilizou-se amplamente na luta pela paz e pela fraternidade dos povos. Mas não logrou impedir a orgia de sangue e de destruição em que chafurdou a “civilização” européia.

Só um punhado de dirigentes marxistas revolucionários manteve-se firme na luta contra a guerra após seu desencadeamento. Lênin, o mais célebre deles, compreendeu que a plenitude do desenvolvimento capitalista coincidia com uma crise que estava ameaçando a essência mesma da civilização moderna<sup>(4)</sup>, tomando-a indiscernível da barbárie moderna. Na primavera de 1916, em pleno dilúvio de chumbo e fogo que mudou brusca e catastroficamente o curso da história, ele preparou *Imperialismo, estágio superior do capitalismo*, em que, desmistificando as ilusões do marxismo amolecido da II Internacional, expõe uma visão nova, relativamente à do *Manifesto*, das conseqüências da expansão mun-

dial do capitalismo. Mostrou que essa expansão, em vez de tornar o planeta econômica e socialmente homogêneo, trazendo os povos ditos atrasados para a civilização moderna, aprofundava a divisão do mundo entre países imperialistas e países explorados pelo imperialismo. É o que uma passagem do capítulo VIII (cujo título é “O parasitismo e a putrefação do capitalismo”) enfatiza:

“O imperialismo é uma imensa acumulação de capital-dinheiro num pequeno número de países [...]. Daí o extraordinário desenvolvimento da classe ou, mais exatamente, da camada dos que vivem de rendas financeiras (rentiers) [...], que estão totalmente alheios à participação numa empresa qualquer e cuja profissão é a ociosidade. A exportação de capitais, uma das bases econômicas essenciais do imperialismo [...] confere uma chancela de parasitismo ao conjunto do país que vive da exploração do trabalho de alguns países e colônias d’além-mar [...]” (grifos nossos)<sup>(5)</sup>.



A hora mais sombria é a que precede a aurora. A lúcida e audaciosa política dos bolchevistas mudou o curso da história em outubro de 1917. Essa grande revolução dirigida por Lênin comportava, entretanto, pelo menos

dois componentes fortemente heterodoxos: o partido de vanguarda (organização revolucionária “de tipo novo” relativamente à Liga dos comunistas em cujo nome Marx e Engels tinham redigido o *Manifesto*) e a aliança da classe operária com o imenso campesinato russo, sobre a base de um programa que garantiu aos camponeses a paz e a terra, livrando-os da hecatombe nas trincheiras da “Grande Guerra” e da exploração dos grandes agrários.

Considerada mero desvio de rota relativamente ao curso da revolução proletária previsto no *Manifesto*, a retificação bolchevista reativou a expectativa de que, rompido o elo mais fraco do capitalismo, o proletariado logo conquistaria o poder nos países economicamente mais avançados: o grande rio da história voltaria a seu curso normal. Quatro ou cinco anos depois, entretanto, no mesmo momento em que morria o fundador do bolchevismo, a vaga revolucionária do proletariado europeu quebrava-se nas muralhas da reação.

Desde então, a dinâmica principal da luta revolucionária deslocou-se para o Oriente, onde sob a dire-



ção de Mao Tse-tung, os comunistas chineses levaram adiante, em duas décadas de heróicos e grandiosos combates, uma revolução nacional e agrária que livrou da opressão e da miséria um quinto da população mundial. A gloriosa vitória da União Soviética sobre a Alemanha hitleriana – numa Europa onde os comunistas tinham constituído a espinha dorsal da resistência ao nazi-fascismo – abriu, mais uma vez, a perspectiva concreta de repor a história no curso previsto pelo *Manifesto*. Mas uma vez mais, também, a história concreta seguiu, na segunda metade do século XX, um curso distinto. O imperialismo estadunidense contribuiu decisivamente, juntando os dólares do plano Marshall com a intoxicação da guerra fria, reforçada pela chantagem nuclear, para uma nova estabilização burguesa no ocidente europeu. Foram as lutas de libertação nacional na Ásia, na África e na América Latina que levaram adiante o combate revolucionário, transformando a geografia política do planeta.

A derrota e o desmantelamento do bloco soviético provocaram a ruptura, em favor do bloco capitalista agrupado na OTAN, da correlação internacional de forças, abrindo brecha para um novo surto de agressões coloniais. Mas não só os povos periféricos sofreram as conseqüências perversas da contra-revolução burguesa de 1989-1991. Enquanto tinha durado o “perigo comunista”, as burguesias dos países imperialistas, principalmente europeus, aceitaram

Só um punhado de dirigentes marxistas revolucionários manteve-se firme na luta contra a guerra após seu desencadeamento. Lênin, o mais célebre deles, compreendeu que a plenitude do desenvolvimento capitalista coincidia com uma crise que estava ameaçando a essência mesma da civilização moderna

as conquistas sociais dos trabalhadores. A derrota do comunismo soviético permitiu-lhes desencadear, pela brecha aberta na década anterior por Reagan e Thatcher, ataque frontal ao “Estado de bem-estar”, ao qual o movimento operário tem resistido, com êxito variável. Mas a influência largamente majoritária dos partidos social-democratas sobre os grandes sindicatos europeus bloqueia a luta anticapitalista, sobretudo no terreno eleitoral. Em curto prazo, não se vê como pôr fim à alternância, sem alternativa de fundo, de governos neoliberais e social-democratas, ambos levando adiante, estes mais moderadamente, a mesma política de redução dos “custos sociais” da valorização do capital.

A contestação da ordem mundial imposta pelo capital financeiro provém, nesse começo do século XXI, dos povos e dos Estados que lutam contra a hegemonia estadunidense. Para eles, a grande tarefa histórica das próximas décadas é o desenvolvimento das forças produtivas e a distribuição a toda a sociedade dos frutos do progresso material. O aspecto principal da luta anticapitalista continuará sendo, provavelmente por muitas décadas, a luta antiimperialista. A conexão dessas duas lutas há de ser assegurada pelo movimento operário em aliança com o campesinato revolucionário, apoiados pela juventude e pela inteligência socialistas.

*João Quartim de Moraes é professor de Filosofia da Unicamp.*

### Notas

- 1 Luigi Cortese “Lenin e il problema dello Stato”, in *Lenin e il Novecento*, Domenico Losurdo e Ruggero Giacomini, organizadores, Nápoles, La Città del Sole”, 1997, p. 244.
- 2 Cf. Lênin, *Oeuvres*, Paris-Moscú, tomo 20, 1959, p. 21.
- 3 Na introdução a uma nova edição de *As lutas de classe na França de Marx*.
- 4 Cortese, *ib.*, p. 244.
- 5 Cf. Lênin, *Oeuvres*, Paris-Moscú, tomo 22, 1960, p. 298.



# A nova luta pelo Socialismo

RENATO RABELO

**A trajetória da concepção estratégica de Karl Marx e Friedrich Engels e da experiência concreta de Vladimir I. Lênin para alcançar o socialismo, até os ensinamentos básicos da experiência de construção do socialismo no século XX. Por fim, os elementos das condições atuais da luta transformadora, revolucionária**

**E**m termos resumidos, na visão de Marx e Engels, o socialismo só poderia vingar principalmente nos países capitalistas mais desenvolvidos, no seu estágio de elevada produtividade do trabalho e de avançada inovação científica e tecnológica. À medida que o socialismo se afirmasse no coração do sistema capitalista – países de maior nível de desenvolvimento capitalista – a nova formação política, econômica e social arrastaria os demais países nos seus diversos níveis de desenvolvimento. Além disso, na reflexão de Marx, o socialismo deveria ser um longo período histórico para se alcançar o comunismo, somente sendo possível esse estágio – transição do socialismo ao comunismo – quando se atingisse um nível extraordinário das forças produtivas, de automação do trabalho e superação do mercado. O homem e a mulher participariam cada vez menos diretamente da produção material, onde o nível espiritual e civilizacional da sociedade alcançaria um patamar histórico nunca experimentado.

Da prática revolucionária do século XX, revelando as limitações da visão histórica e teórica da experiência socialista na União Soviética, podemos dizer hoje que estava distante da realidade a conclusão do 18º Congresso do Partido Comunista da União Soviética (PCUS), realizado em 1939, às vésperas da II Grande Guerra, sobre a caracterização da etapa socialista nesse país: “Terminamos mais outra etapa histórica da revolução comunista na URSS. Concluímos no fundamental toda uma época de trabalho construtivo, para entrar em uma época nova, a da passagem gradual do socialismo ao comunismo (grifo do





Nem toda a mídia  
é marrom. Visite

[www.vermelho.org.br](http://www.vermelho.org.br)



autor). (...) O terceiro Plano Quinquenal será uma das etapas mais importantes na solução deste magno problema: a passagem ao comunismo completo". Naquela altura, no ano de 1939, vendo a partir da ótica atual, não se poderia considerar ainda a existência na URSS de um socialismo avançado. Viviam-se uma etapa de transição ao socialismo, com todo seu cortejo econômico e social, cercado pelo mundo de capitalismo avançado na Europa e nos Estados Unidos.

No período histórico vivido por Marx e Engels, não estava na ordem-do-dia a existência da revolução proletária, predominando ainda os ecos da revolução burguesa, o começo das lutas operárias e o primeiro grande ensaio da revolução proletária, concretizado pela Comuna de Paris em 1891. Os autores da doutrina marxista não chegaram a elaborar uma reflexão sistemática da teoria revolucionária proletária, muito menos a considerar a possibilidade de uma transição ao socialismo em países capitalistas mais atrasados.

Coube a Lênin desde o início do século XX, e ao movimento comunista em curso, a elaboração de uma nova teoria da revolução proletária, na fase da ampla internacionalização do capital, do predomínio do capital financeiro (fusão do capital bancário com o capital industrial) e do surgimento do imperialismo, das guerras imperialistas; o crescimento da classe operária, sua maior organização e elevação de sua consciência social e política.

Diante da nova realidade, a revolução não se desencadearia necessariamente onde o capitalismo fosse mais desenvolvido. A internacionalização do capital financeiro e a formação de um mercado mundial levavam o capitalismo a ser compreendido num sistema mundial, onde as economias nacionais se tornaram os elos de uma única corrente. A correlação de forças favorável à revolução não estava restrita ao nível de cada país, mas também relacionado com o sistema capitalista mundial que, na sua totalidade, estava maduro para uma transição ao socialismo. Então, a revolução poderia irromper no elo mais débil da corrente capitalista, ou seja, onde as contradições se acumulassem e se acirrassem, onde a classe dominante burguesa fosse mais fraca e, mesmo o proletariado não sendo muito numeroso, poderia contar com aliados numerosos no campo e nas cidades. E a lei absoluta do desenvolvimento desigual do capitalismo poderia levar a revolução à vitória, como também permitir o início da construção do socialismo em um só país ou grupo de países.

## Ensinamentos básicos da experiência de construção do socialismo no século XX

A crise das experiências socialistas mais importantes do século XX, e a sobrevivência do capitalismo, jogaram os comunistas e as forças revolucionárias diante de um imenso desafio de resistência, análise crítica e autocrítica e renovação. No caso do PCdoB, desde o seu 8º Congresso, em 1991, emerge uma visão nova que procura levar às últimas consequências a metodologia leninista: "análise concreta da situação concreta", ou como afirmava Deng Xiaoping em outra época, "liberar a mente e conhecer a realidade". Passos importantes foram dados para um acerto de contas com a velha concepção dogmática e reducionista. Em função dessa interpretação, duas lições básicas se impuseram: 1) não há um caminho universal, modelo único de transição ao socialismo e de como construí-lo em cada país, mas podem existir diversas experiências socialistas com suas características próprias; 2) a transição do capitalismo ao socialismo é um período histórico determinado objetivamente, com suas leis e etapas, que se caracteriza pela luta entre a nova e a velha sociedade, e conforme o nível de desenvolvimento de cada país. Nos mais atrasados, pode ser um período histórico longo, considerando-se as condições em que predomina o capitalismo no mundo.

O esforço para superação da visão dogmática levou à compreensão de que a construção socialista não era apenas ato de vontade, impulso revolucionário. Não é a realidade que tem de se amoldar ao ideal, mas o contrário. É fundamental o domínio das leis do desenvolvimento da sociedade e a ligação com o movimento social e político avançado em curso. A nossa concepção programática estava presa a noções abstratas e preceitos esquemáticos que encerravam uma limitação teórica sintetizada em torno de três eixos tácitos: 1) inevitabilidade de duas etapas da revolução em países dependentes como o Brasil; 2) existência de um modelo único de socialismo; 3) trânsito direto à construção socialista após a conquista do poder político. Desse modo, procurava encontrar em nosso caminho nacional identidade com a revolução de outubro na Rússia e com a revolução chinesa, afastando-se da realidade brasileira, que conta com uma formação histórica e trajetórias política, econômica, social, cultural completamente distinta dos países em que se buscava identidade.

No âmbito do PCdoB, a superação de uma orientação rígida e esquemática abriu caminho para uma visão estratégica e programática voltada para o



o estudo da particularidade da realidade brasileira, o nível da batalha política em curso e a identificação de um caminho próprio da transição do capitalismo para o socialismo, nas condições do Brasil. No movimento comunista no pós-II Grande Guerra prevalece uma orientação padronizada, em que o modelo de socialismo a ser seguido era o resultante apenas da experiência na União Soviética. Fica encoberta a experiência mais importante para os países de capitalismo atrasado, no que concerne à luta da transição ao socialismo no período de 1919 a 1923, na Rússia, no qual Lênin começa uma reflexão sistemática dessa fase preliminar de construção da nova sociedade. E também o estudo e dissecação das trajetórias das “democracias populares”, da “democracia de novo tipo”. A reflexão de Lênin teve na Nova Política Econômica, (NEP, na sigla em inglês), o ensaio de maior monta, que vai além de uma exigência objetiva imposta pelo curso da revolução em um país atrasado, chegando a definir estratégia e leis gerais da transição. Mas isso durante pouco tempo, porque ele morre em 1924. A sua idéia central é que o poder político socialista governa a transição, que pode ser um longo período, sobretudo num país de capitalismo mais atrasado, onde vai se combinar elementos socialistas e capitalistas, entre público e privado, planejamento e mercado, destacando-se o capitalismo de Estado sob a direção do novo poder, tendo como objetivo primordial alcançar um maior desenvolvimento das forças produtivas e da produção material em proveito da prevalência progressiva dos componentes socialistas. Em suma, a transição do capitalismo ao socialismo obedece a leis objetivas que se não forem compreendidas e respeitadas podem provocar o fracasso da revolução. Trata-se, assim, de um processo histórico de transição no âmbito de uma economia mista, com um poder político voltado para o rumo da construção de nova sociedade – a sociedade socialista. Esse período determinado objetivamente que deveria orientar os

Então, a revolução poderia irromper no elo mais débil da corrente capitalista, ou seja, onde as contradições se acumulassem e se acirrassem; a transição do capitalismo ao socialismo obedece a leis objetivas que se não forem compreendidas e respeitadas podem provocar o fracasso da revolução

partidos comunistas fora do poder nos países capitalistas caiu no esquecimento do movimento comunista sob a égide da União Soviética.

Em virtude do grande esforço para superação da visão esquemática, da pesquisa e estudo empreendidos desde começo da década de 1990, sob a direção de João Amazonas, o Partido – já na sua 8ª Conferência Nacional, realizada em 1995 –, define uma nova linha estratégica, cuja essência se situa no objeto e objetivo do novo programa partidário: “O presente programa não aborda a construção geral

do socialismo, mas os problemas relacionados com a primeira fase da transição (grifo do autor) do capitalismo para o socialismo”. E mais: “A fase da transição preliminar do capitalismo ao socialismo realizará gradativamente as transformações indispensáveis. Nesta primeira fase não haverá confiscação total, expropriação generalizada. As medidas radicais, ligadas às exigências iniciais da construção socialista, terão cunho parcial”. Da experiência da construção do socialismo no século XX deve-se considerar a particularidade do curso objetivo da construção do “socialismo em um único país” e atrasado do ponto do capitalismo, cercado por este, sob a condição de cer-

cos militares, guerras, ameaça nuclear e corrida armamentista. A revolução proletária não se estendeu além da Rússia, foi derrotada nos países ocidentais nos anos 1920. É evidente que tal condição real impôs uma característica abrupta e forçada no processo revolucionário na Rússia e posteriormente na URSS, e até uma uniformização do modelo soviético para os países de democracia popular após a II Grande Guerra, passando dessa maneira por cima dos aspectos da transição ao socialismo que levassem em conta as peculiaridades de cada país. Apesar do contexto original, muito adverso, não se pode concluir que tudo seria inevitável, provocando a crise crescente e depois a derrocada da União Soviética.

Na verdade, o modelo econômico predominante



na União Soviética demonstrou ser inadequado na fase do desenvolvimento de maior importância para o avanço a um novo patamar do sistema econômico e social socialista – a fase do desenvolvimento intensivo. Mais especificamente, não conseguiu enfrentar a competição com o capitalismo, com sua revolução técnico-científica e, em comparação com este, suplantar a produtividade média do trabalho. Mas, por outro lado, entrou numa fase de estagnação relativa. Essa situação tornou evidentes questões centrais limitadoras de cunho estrutural, na relação entre planejamento e mercado, entre formas de propriedade e na condução dos processos produtivos.

Esse resultado do desenvolvimento do modelo econômico tem sua inter-relação também com um modelo rígido político-institucional predominante, que conteve o desenvolvimento e florescimento de uma democracia socialista, da formação de uma república socialista avançada, da edificação de um Estado de direito de feição socialista com base na nova sociedade em construção. A fusão do partido com o aparato estatal, o avanço da burocratização – levando ao distanciamento entre o poder e o povo, impedindo a construção de instituições políticas e jurídicas representativas da soberania do povo, inovadoras e sólidas – demonstrou a fragilidade da superestrutura política e institucional que terminou prevalecendo. Desse modo, se tornou um aparato político sem consistência, impotente, não sendo capaz de conter a crise que se acumulou, esboroando-se rapidamente.

Do ponto de vista da história pode ser ainda prematuro um balanço mais profundo das experiências de construção do socialismo no século XX. É preciso, além disso, salientar que em comparação com os séculos anteriores, no século XX é que foram libertados milhões de homens e mulheres da opressão e do domínio imperialista e colonial, da opressão política e social; alcançadas imensas conquistas de independência nacional, de direitos políticos e sociais para os trabalhadores e a maioria dos povos; e derrotado os regimes de ditadura terrorista aberta do capitalismo: o fascismo e o nazismo. Os comunistas e o movimento operário, sua luta pela construção de uma nova sociedade, socialista, foram as forças protagonistas e de vanguarda para o alcance dessas históricas conquistas. Questionaram o capitalismo, na competição capitalismo versus socialismo instaurada no século passado, a responder aos anseios sociais dos seus povos, levando-o a adotar sob pressão popular tentativas reformistas para amainar a exploração do capital.

## As condições atuais da luta transformadora, revolucionária

O campo socialista instaurado no século passado teve uma vida efêmera, do ponto de vista do relógio da história: 72 anos. A derrocada do campo socialista foi assim vista, em 1992, por João Amazonas, um experimentado e mais destacado dirigente do Partido Comunista do Brasil, que viveu durante longo período do movimento comunista do século XX: “Vivemos uma situação de generalizado abalo das convicções progressistas de transformação radical da sociedade. Estendem-se o ceticismo, o desalento, as vacilações acerca da justeza das teorias de Marx, Engels, Lênin. Voltam à cena políticas velhas e ilusórias utopias de reforma do capitalismo, como saída para os irreparáveis desajustes originados da decomposição desse sistema”. Seguiu-se a esse tremor de terra, o desafio de levantar do chão, o projeto socialista. Inevitavelmente ressurgem novas e promissoras forças, produto da realidade objetiva e não da simples vontade revolucionária. Reinicia-se, assim, do ponto de vista objetivo e subjetivo, uma nova etapa de acumulação estratégica de forças, a retomada do processo revolucionário. A esse desafio é que se denomina nova luta pelo socialismo. Algo distinto da jornada empreendida no século passado.

Podemos afirmar que – objetiva e subjetivamente – está em marcha uma nova luta pelo socialismo. De forma mais específica, hoje se encontram os meios que podem se desenvolver em jornadas de acumulação de forças pela retomada do processo revolucionário em novas condições. Esse período, de nova luta pelo socialismo, instaurou-se evolutivamente a partir da queda dos governos do Leste europeu e da dissolução de União Soviética, no triênio 1989-91. Estamos seguros de que para os comunistas e as correntes revolucionárias a nova luta pelo socialismo tem sua causa nas contradições inconciliáveis e grandes paradoxos do capitalismo, pelo abismo maior das desigualdades e o aprofundamento da crise social, pela impossibilidade de uma democratização mais profunda da sociedade e de um desenvolvimento ecologicamente sustentado nos marcos do sistema capitalista. O imperialismo continua a ser o maior fator das guerras. A nova luta pelo socialismo surge com o fim de um ciclo revolucionário, numa etapa de defensiva geral, que permite a extração de lições para um novo empreendimento revolucionário, num processo crescente de acumulação e construção de novas forças políticas avançadas e da organização progressiva de vasto e diversificado movimento social.



O desaparecimento da URSS, por um lado, modifica o equilíbrio estratégico de forças no plano mundial, ensejando o surgimento de uma única superpotência – EUA – localizada no vértice de cima da pirâmide geopolítica global. Para os destinos da revolução, que não depende exclusivamente da correlação de forças de cada país, uma redução do poder ou neutralização da força da superpotência hegemônica, permite, por outro, aos povos e nações serem mais livres. Na evolução desse sistema de forças global, no início do século XXI se exacerba uma tendência de competição mundial pela hegemonia.

Nesse sentido, não somente as contradições inter-imperialistas (EUA, União Européia, Japão) no campo econômico e político assumem novos contornos competitivos. Mas, sobretudo é preciso situar uma tendência nova em desenvolvimento: a importância econômica e política crescente de países emergentes como China, Índia, Rússia,

Brasil, África do Sul, que poderão em progressão mudar o equilíbrio estratégico de forças planetário. Os EUA procuram enfrentar essas tendências atuais recorrendo mais ainda o seu poder militar, sendo sua hegemonia cada vez mais sustentada em meios bélicos. Além disso, se recrudescer e se amplia a luta antiimperialista dos povos e países, voltada contra a agressão e a política de guerra do governo Bush, seu hegemonismo expansionista no mundo.

É nesse contexto da disputa pela hegemonia mundial, por uma nova ordem mundial, mais equitativa e solidária, do crescimento da luta antiimperialista pela paz, soberania, democratização, desenvolvimento, que pode ensejar a abertura de uma nova etapa revolucionária com suas características hodiernas. A nova luta pelo socialismo, para o seu êxito, depende do desenvolvimento, da atualização e renovação da teoria revolucionária. A teoria revolucionária não é a mesma para qualquer período histórico, ela surge da singularidade de cada tempo e do mesmo modo – por ser a sistematização da prática política e revolucionária – orienta o movimento revolucionário de determinada época. Em termos gerais a teoria revolucionária da época de Marx não é a mesma da época de Lênin e, esta, adquiriu conformação própria na China, no Vietnã e em Cuba. A teoria revolucionária para as condições contemporâneas se define no

A nova luta pelo socialismo, para o seu êxito, depende do desenvolvimento, da atualização e renovação da teoria revolucionária

bojo do pensamento político avançado deste período histórico atual, partindo das condições concretas do sistema capitalista e mundial, do nível do movimento democrático, progressista e revolucionário em curso. O domínio da realidade concreta, livrando-se do voluntarismo arraigado antes chegou a vaticinar e orientar o movimento revolucionário no sentido de que no século XX se daria a “crise geral e definitiva do capitalismo e da vitória final do socialismo”. O alcance de novo auge revolucionário – superação política, econômica e social do sistema capitalista – requer um período de acumulação estratégica no sentido revolu-

cionário, que passa necessariamente pelo aprendizado político próprio da maioria do povo, dos trabalhadores, percorridos em diferentes e variadas situações.

A elaboração da teoria revolucionária proletária contemporânea advém do desenvolvimento das novas formas que assumam a construção política, econômica e social nos países que

mantiveram a perspectiva socialista – República Popular da China, República Socialista do Vietnã, República de Cuba, República Popular Democrática da Coreia – e da luta nas condições atuais dos trabalhadores e seus aliados pela conquista do poder político e a superação do capitalismo.

Hoje os países que mantêm o objetivo do alcance socialista, sobrevivendo à derrocada do sistema soviético, mantiveram suas instituições políticas originárias do processo revolucionário, democrático-popular, conformando o andamento de uma economia nacional mista num mundo de predominância total do capitalismo. Assim, têm procurado plasmar componentes e formas que liberem o desenvolvimento das forças produtivas, para resistir a “modernização capitalista” neoliberal, adotando métodos capitalistas e formas de capitalismo de Estado, sobretudo, em países que acumulavam grande atraso no seu desenvolvimento como China e Vietnã. Nestes países o processo de construção do socialismo deve exigir longo curso de transição, podendo levar demorada fase histórica até a conquista de um socialismo desenvolvido, no sentido da visão marxista. São experiências insólitas, originais em que não se pode prever o seu desdobramento no rumo do objetivo socialista almejado. Mas foi a forma encontrada por esses países, depois de inevitável balanço teórico e prático,



a fim de enfrentar a crise do socialismo do século passado, sendo experiências novas, não definitivas, que levam em conta as peculiaridades de cada nação e que podem ser fomentadas ou corrigidas, não se submetendo como dantes a uma uniformização central. Na América Latina, sobretudo na América do Sul, as forças revolucionárias e progressistas atravessam significativa experiência no ascenso da luta antiimperialista, democrática e patriótica, que surgiram como produto da profunda crise provocada pela aplicação na década de 1990 das políticas liberalizantes nesse continente. As diversas experiências apesar da sua diversidade nacional têm uma convergência: resultam da combinação da luta social em diferentes níveis de radicalidade, com a formação de frentes conduzidas por líderes patrióticos e democráticos, que galvanizam amplo apoio político e social em defesa da soberania nacional, da democracia e do progresso social, conquistando o centro do poder nacional pela via eleitoral – luta social e política crescente e vitória eleitoral.

Dessas experiências sul-americanas o exemplo mais avançado é o da Venezuela. Sob a direção de Hugo Chávez, à frente do movimento bolivariano, esse país, pela junção de vários fatores políticos e sociais, concentrou múltiplas contradições que abriram caminho para a deflagração de uma revolução de caráter democrático e patriótico. A Constituinte convocada no bojo desse processo revolucionário promulgou nova Constituição nacional que transforma a antiga superestrutura político-institucional, democratizando o país. Agora, a nova Constituição é reformada, num passo adiante, para dar início à nova fase definida de “transição ao socialismo”, ou como caracteriza Chávez, de “socialismo do século XXI”. Essa marcha de profunda mudança política foi capaz de democratizar as forças armadas, mobilizar e organizar o povo em torno dos seus anseios fundamentais, conduzir a economia sob a égide do novo poder democrático e patriótico, fortalecendo o Estado nacional. Um conjunto de fatores originais contribuiu para o êxito dessa recente experiência revolucionária: uma coalizão política básica se formou, constituindo-se na pilastra-mestra do novo regime em formação, a aliança povo-forças armadas; por ter a Venezuela uma das maiores reservas de petróleo do globo, à medida que o curso político consolidou a soberania do país sobre essa imensa riqueza, o processo revolucionário encontrou sua base de financiamento, livrando-se do isolamento econômico que seria inevitável no mundo de globalização neoliberal. O desenvolvimento dessa experiência e de outras de

cunho democrático e patriótico, como Bolívia, Nicarágua, Equador e as demais, incluído aí o curso político no Brasil, pode ser componente importante para definição da teoria revolucionária moderna.

Nas condições do Brasil, o segundo governo Lula, em meio às contradições de um importante país “emergente” no mundo de globalização neoliberal, se encontra na transição para um projeto nacional de desenvolvimento, que leva em conta a distribuição de renda num país profundamente desigual e faz ingente esforço pela integração do continente sul-americano. O governo Lula abriu um novo ciclo político no país, permitindo avanço no processo de democratização da sociedade, compondo um governo nacional de feição de centro-esquerda, com participação de forças democráticas, progressistas e de esquerda, onde o Partido Comunista do Brasil está incluído. A partir das condições políticas atuais, nos marcos do governo Lula, o PCdoB tendo como perspectiva uma concepção estratégica de acumulação de forças no sentido revolucionário, procura intervir através de três vertentes inseparáveis e inter-relacionadas: participação no parlamento em todos os níveis, no governo Lula e nos governos democráticos nos estados e municípios através da composição de frentes políticas democráticas e progressistas; ligação crescente e sistemática com o movimento social organizado nas cidades e no interior, e camadas pobres da população; participação ativa e permanente no debate de idéias através da ampliação de seus próprios meios de comunicação e na luta pela democratização da mídia. Nesses três leitões de intervenção a política do Partido é única, variando formas e métodos de atuação, na busca da concretização de reformas progressistas que alcance liberdades políticas mais amplas e nos aproxime realmente da conquista de um poder político, com vasto apoio, comprometido com uma transição de sentido socialista. A participação no parlamento e nos governos democráticos permite a ampliação da influência política do Partido; a ligação mais extensa e profunda com o movimento social eleva o prestígio do Partido e contribui no sentido de transformar o movimento popular em geral na verdadeira força-motriz das mudanças mais profundas; a participação crescente na luta de idéias aumenta a autoridade do Partido na luta teórica e ideológica, sendo esta a fonte necessária para fundamentação e elevação da convicção por uma alternativa pós-neoliberalismo nas condições atuais.

*Renato Rabelo é presidente do Partido Comunista do Brasil.*



# Um leninismo para o nosso tempo



Lenin no 1º aniversário  
da Revolução Socialista -  
Novembro de 1918

*Partido: consciência,  
sujeito e instrumento*

JOSÉ CARLOS RUY E WALTER SORRENTINO

**A Revolução Russa de 1917 deixou o rico legado das idéias de Lênin sobre o partido revolucionário como instrumento do proletariado para a conquista de uma sociedade nova. Passados cem anos da publicação de *Que fazer?* as idéias leninistas continuam atuais? Em que sentido?**

**U**m enigma ronda o movimento comunista no início do século XXI: quem é o personagem da revolução em nosso tempo? Qual o sentido da busca de uma sociedade avançada e que tipo de programa poderá mobilizar as amplas massas? Que tipo de instrumento político é necessário? Em suma, o leninismo, esta herança deixada pela revolução russa de 1917, mantém sua validade?

**I**A herança do pensamento de Lênin é muito conhecida. Sua obra canônica, *Que fazer?*, escrita em 1902, sistematiza a teoria de partido e seu princípio organizativo: o centralismo democrático. Essas idéias se desenvolveram ao longo do tempo e, nos vinte anos seguintes – entremeados pela mudança civilizatória



que representou a Revolução de 1917 – foram seguidamente flexibilizadas pelo próprio Lênin, respondendo a conjunturas históricas concretas que o partido dirigido pelo revolucionário russo enfrentou em cada momento.

Recuperar o significado vivo dessa herança é uma necessidade que se impõe, cujo fundamento é a compreensão do partido como o ponto mais alto do desenvolvimento da consciência de classe do proletariado. Consciência que é resultado concreto da evolução histórica e das formas particulares pelas quais as contradições de classe vão sendo resolvidas em cada sociedade particular. Essa consciência se desenvolve desde a percepção pelo trabalhador da opressão na fábrica e nos locais de trabalho, e percorre várias etapas em seu desenvolvimento: da basilar consciência sindical, de caráter meramente econômico, corporativo, à consciência política que leva o proletariado à busca de formas organizativas adequadas para poder interferir nos rumos do Estado e do governo.

Mas, mesmo aqui, o desenvolvimento ainda não chegou a seu ponto alto, que é a compreensão da necessidade de fundação de “um novo tipo de Estado”, como dizia Gramsci, de uma nova forma de governar e de organizar a sociedade. Esta é a consciência socialista, que não se sustenta na solidão individual, mas sim quando se solidifica numa organização que exprima a vontade revolucionária coletiva. E leva a uma ação política unificada. Esta organização é o partido revolucionário do proletariado, no qual a consciência de classe ganha materialidade, capaz de sensibilizar as mais amplas massas para intervir no processo político e histórico.

O pensamento leninista sobre partido ficou engessado desde a década de 1930, reduzido a uma leitura estrita de *Que fazer?*, gerando – a partir das contradições enfrentadas no esforço pioneiro de construção do socialismo na URSS – a confusão entre partido, classe e Estado proletário. O centralismo democrático foi transformado em instrumento de Estado e de governo, ferramenta para o domínio da direção sobre o partido, comprometendo a livre adesão à disciplina partidária e eliminando o espírito de debate e de pesquisa que sempre fez a riqueza do marxismo como pensamento avançado.

A herança leninista tem duas dimensões: ela é simultaneamente histórica e universal.

Histórica porque ligada a uma realidade concreta específica, com tarefas próprias, correspondendo também ao nível de consciência revolucionária existente. A organização partidária e o pensamento

avançado que a anima decorrem de realidades que são, de certa forma, únicas e irrepetíveis. E por isso particulares, historicamente determinadas, que não se prestam a modelagem fixa.

Universal porque parte da compreensão de que o capitalismo, em todos os lugares, não resolve suas contradições nem atende às necessidades humanas de forma completa e para todos. Ele é uma forma transitória que faz parte da história da humanidade. Não é nem eterno nem natural, mas suscetível de superação quando passa a enterrar o desenvolvimento da sociedade e se torna um empecilho para o avanço civilizatório. A universalidade, aqui, corresponde à compreensão da necessidade de sua superação, tarefa histórica que adquire feições diferenciadas de acordo com as realidades próprias de cada nação e cada povo, e que exige uma consciência teórica avançada, baseada na ciência social avançada, para abrir caminho a uma nova formação econômico-social. Outro aspecto da universalidade da contribuição leninista é precisamente a noção de vanguarda, isto é, de uma consciência teórica para dirigir os passos rumo ao socialismo que, sem ela, será inalcançável: ele não é um fatalismo histórico inevitável, mas o resultado da luta dos trabalhadores e dos oprimidos.



É nessas convicções que se baseia a visão do proletariado como parceiro de um novo patamar civilizatório, para além do capitalismo e a caminho do socialismo. Não há aqui nenhuma virtude teleológica – isto é, ligada a um fim que se realiza por si próprio –, mas a compreensão de que o desenvolvimento histórico cristaliza-se numa parte da sociedade – no proletariado, e em sua vanguarda revolucionária – como a consciência dos limites históricos do sistema social existente e da necessidade de superá-lo. Daí decorrem questões políticas imediatas e concretas, tangíveis politicamente e na luta concreta das forças em confronto.

O caminho para enfrentar essas questões é marcado por avanços e recuos, percorrido em um ritmo determinado pela luta de classes e pela correlação de forças existente. Ele é condicionado pela compreensão mais ou menos clara – que a classe dominada tem de sua própria situação – da possibilidade e necessidade de superar a dominação, e de sua capacidade de descortinar uma forma superior de organização social.

Ao longo do século XX o cenário político, econômico e social mudou muito; aquela foi uma época



de revoluções, guerras mundiais, de início da construção do socialismo e também de sua derrocada. A sociedade, as formas de organização política – os governos e Estados –, mudaram nesse período. O proletariado também já não é o mesmo da época de Marx, ou de Lênin, ou da luta contra o nazi-fascismo na primeira metade do século XX, nem das grandes jornadas da década de 1960.

Uma das raízes dos problemas contemporâneos da luta de massas, constituídos pela fragmentação política e desmobilização dos trabalhadores, está na crise do sistema instaurado depois da 2ª guerra mundial, marcado pela participação das organizações partidárias e sindicais dos trabalhadores nos governos burgueses e nos parlamentos, e pela formação de um campo socialista mundial.

A experiência socialista soviética, que nasceu na revolução de 1917, consolidou-se após enfrentar fortes contradições e ameaças externas. Ela emergiu da 2ª guerra mundial, em 1945, como a indicação segura da existência de um caminho alternativo ao capitalismo e ao imperialismo. A tendência democrática crescia no mundo e o futuro era encarado como um cenário de avanço civilizatório. As organizações políticas dos trabalhadores correspondiam a esse otimismo, e à consciência de classe socialista e revolucionária – pelo menos em termos retóricos – que animava as massas.

Ela tinha, entretanto, limitações severas, que iam desde a fossilização e ossificação do pensamento avançado na própria União Soviética e nos países e organizações políticas ligados a ela, até as ilusões reformistas decorrentes da participação política dos trabalhadores nos marcos do sistema capitalista. Ilusões que contaminavam a consciência proletária com pragas como o corporativismo, por sua busca limitada de ganhos econômicos e sociais no contexto do capitalismo; e o pragmatismo, pela ênfase na tática presa à participação institucional a qualquer custo. Ambos marcados pela minimização – ou mesmo renúncia – do objetivo estratégico maior da luta revolucionária, a conquista do socialismo.

É preciso recuperar o significado vivo da herança leninista, cujo fundamento é a compreensão do partido como o ponto mais alto do desenvolvimento da consciência de classe revolucionária do proletariado

Tudo isso começou a mudar na década de 1950, quando o sistema socialista deu os primeiros sinais de uma crise que se aprofundou com a derrocada da URSS e da experiência socialista européia quase trinta anos mais tarde, no início da década de 1990. Comemorada pelos loquazes porta-vozes do capitalismo como um pretenso “fim da história”, ela teve forte impacto negativo para a luta dos trabalhadores. A “desconstrução” da consciência socialista avançou desde então, influenciando diretamente nas concepções organizativas hoje prevalentes. A fragmentação, o individualismo, o irracional, o imediato, a ênfase no particular, no efêmero e no presente, ocuparam o lugar da visão do todo, do coletivo, do geral e do futuro.

Generalizou-se a descrença na possibilidade de compreensão do processo histórico e também na capacidade – e necessidade – de intervenção consciente e organizada na história. A luta política organizada em torno de um programa claro e conscientemente assumido foi substituída pelo movimentismo e por seu programa parcial e específico.

Para muitos analistas, o retrocesso na consciência de classe do proletariado resultou em mudanças técnicas na esfera do mundo do trabalho. Eles desconsideraram as conseqüências políticas da evolução ocorrida nas últimas décadas. Antes, a contradição entre o capital e o trabalho era visível na oposição tangível entre a burguesia e seus serviços mais diretos e o conjunto do proletariado, que se confundia com o operário de macacão sujo de graxa, operando no chão de fábrica.

Hoje, essa contraposição tem mais nuances. Ao lado do núcleo duro do proletariado, formado pelo operariado propriamente dito, há um conjunto de outros trabalhadores assalariados dotados de conhecimento técnico, renda, escolaridade avançada, estilos de vida que os aproximam da pequena burguesia. Mas que tem com aqueles a mesma destituição da propriedade e dos meios de produção, restando-lhes unicamente a força de trabalho, que precisam vender para o capitalista para que tenham seus meios de vida.



**I** Esta realidade é o pano de fundo para a atualização da herança leninista para a atualidade. Propostas políticas avançadas devem partir de condições reais e concretas. Isto é, a linha política é radicalmente historicizada, e não naturalizada. Mesmo porque não existem propostas naturais ou contingentes, como dizem os filósofos (no sentido de não determinadas). A política – como a história – resulta da ação humana concreta, sendo determinada pela forma como a luta de classes e as contradições sociais vão sendo resolvidas. É condicionada, nesse sentido, pela correlação de forças em cada época. Correlação que decorre, também, do nível de consciência de classe do proletariado e de sua organização em um partido político de classe, capaz de dirigir-se ao conjunto da sociedade, aos oprimidos e de todos aqueles que estão em contradição com o capital e com sua lógica dominante.

No ambiente de fragmentação que reflete a atomização societária do capitalismo na época atual, uma consciência de classe avançada encontra obstáculos para formular um projeto nacional transformador que, ultrapassando o corporativismo, possa propor soluções avançadas para as contradições da vida moderna. Então: se o partido é a forma concreta, objetiva, da consciência de classe, qual o partido adequado a ser o portador desse projeto avançado?

O partido, escreveu o revolucionário italiano Antônio Gramsci, é o príncipe moderno. Ele referia-se ao herói renascentista de Maquiavel, artífice das mudanças políticas do final da Idade Média e protagonista da construção de um mundo novo.

Em nosso tempo não há lugar para esse tipo de herói individual – este é o sentido do registro de Gramsci. O moderno príncipe, escreveu em *Cadernos do Cárcere*, não pode ser um indivíduo concreto, mas uma organização da vontade coletiva reconhecida e afirmada parcialmente na ação. “Este organismo já está dado pelo desenvolvimento histórico e é o partido político”. Afirma-se aí a noção de que a política está entre as formas mais elevadas da consciência social, instrumento para a transformação da sociedade. Mas Gramsci resgata também o princípio leninista do centralismo democrático como princípio diretor da organização política do proletariado, compreendido como cimento de uma realidade viva, e não burocrática, ou fossilizada, que leva a uma unidade sem sentido, a uma “justaposição mecânica de ‘unidades’

singulares sem conexão entre si”, como um “saco de batatas”.

**I** Isto nos leva de volta à questão inicial: Em que sentido a herança do pensamento de Lênin mantém sua atualidade? Existe ainda lugar para um partido baseado no centralismo democrático? Remete também ao debate sobre estratégia, que se revela em três dimensões, em nosso tempo.

Primeira: o esforço para romper radicalmente com o naturalismo e o contingente, em busca de uma política baseada na compreensão de que ela resulta da ação consciente de classe.

Segunda: diz respeito ao tipo de luta que se impõe nesta fase. Ela tem duas facetas: uma é seu caráter geral anticapitalista, e se dirige contra a ordem burguesa e seus representantes. A outra se volta contra a influência das idéias dominantes alheias à classe que vigoram entre os trabalhadores, manifestadas na recusa à participação política e na apologia do movimento e seus objetivos pontuais e fragmentários, que caracterizam o corporativismo contemporâneo.

Terceira: volta-se à necessidade de elaboração de um programa avançado que permita ao conjunto dos trabalhadores e a suas organizações políticas – principalmente a seu partido revolucionário, de classe – falarem para o conjunto da sociedade, apresentando-se como portadores de um projeto global de mudanças para superar os limites do capitalismo e levar a humanidade a um novo rumo civilizatório. Para isso, é preciso abandonar radicalmente o corporativismo e pensar a sociedade como um todo.

Este ponto nos remete a outro, enfatizado já nas primeiras décadas do século XX pelo dirigente e teórico italiano Antônio Gramsci: a questão da hegemonia. Ela já havia freqüentado as preocupações de alguns teóricos russos importantes, mas Lênin é que deu a ela sua elaboração mais acabada: para ganhar a supremacia sobre outros contendores no campo progressista, o proletariado revolucionário precisa formular um programa que ofereça uma perspectiva avançada a todas as forças em oposição ao capital. Conquistar a hegemonia, nesse sentido, alçar-se à condição de dirigente do conjunto das forças avançadas, ganhar sua confiança a partir da capacidade de formular um programa reconhecido por todos e, por isso, defendido por todos.

Nas sociedades onde vigora a democracia burguesa e o conjunto de forças em contradição e oposição



com o capital é múltiplo, e muitas vezes conflitante, esta questão – como Gramsci notou –, tem importância central. Nessas sociedades, os programas e objetivos devem ser formulados de comum acordo entre as várias forças políticas para serem adotados por elas, tornando a luta efetiva e eficaz. Uma consciência de classe capaz de abarcar todos estes desafios e encontrar um caminho organizativo para enfrentá-los – é preciso insistir – não surge como os cogumelos depois de um dia de chuva, aparentemente a partir do nada. Ao contrário, ela precisa se fazer ainda mais uma consciência política, tornar o proletariado portador de um projeto político transformador para a sociedade, no rumo do socialismo.

Esta é outra lição fundamental da herança leninista. A consciência de classe se desenvolve e se fortalece na luta política. Em conexão com o pensamento científico mais avançado, ela dá o salto para a consciência socialista: é a ciência social avançada – o marxismo – que elude as brumas da propaganda capitalista e rompe o naturalismo que o vê como destino inexorável da humanidade. E preconiza um desenvolvimento que, para ocorrer, precisa ultrapassar os limites do sistema atualmente existente.

A experiência histórica das décadas finais do século XX é elucidativa a respeito dos problemas que precisam ser equacionados. O retrocesso da consciência política de classe foi fruto da perda de ligação da representação política (desde mandatários até partidos e sindicatos) com interesses de classe e do povo; com a separação entre os interesses futuros (o socialismo) e interesses imediatos (pragmatismo), descaracterizando qualquer projeto programático transformador, que seja marcado por essa fusão entre a teoria social avançada com o movimento concreto, real, da política proletária.

**V**

O desafio para o marxismo de nosso tempo é resgatar e reafirmar a herança leninista atualizando-a. Os princípios teóricos se mantêm, mas a organização prática é historicizada. E por isso mesmo, precisam ser desenvol-

A visão do proletariado como protagonista da superação do capitalismo decorre da compreensão de que o desenvolvimento histórico cristaliza-se numa parte da sociedade como a consciência dos limites históricos do sistema social existente

vidos para dar conta da realidade contemporânea.

O debate sobre a questão do partido político do proletariado precisa se confrontar com a singularidade do tempo presente, da situação estratégica atual da luta pelo socialismo. O papel do Partido Comunista só pode ser pensado consequentemente em função de um programa e estratégia, e estes estão em curso de atualização. Da mesma forma, a teoria de partido também precisa ser atualizada, no sentido de fazê-la corresponder à realidade contemporânea, às novas relações e vivências sociais, à irrupção de novas manifestações de consciência, espontâneas e semi-espontâneas, anticapitalistas, ambientalistas, humanistas.

Esta é uma situação muito original com respeito à tradição do século XX. Por um lado, este ainda é um quadro de defensiva estratégica; por outro, acumulam-se fatores de resistência e construção de

alternativas que, no caso latino-americano, vêm abrindo caminho pela via eleitoral e institucional, juntamente com a luta social, ainda carente em menor ou maior medida de intervenção em função de um projeto político mais definido.

Este é um tempo de retomada de nova onda de luta por um socialismo renovado. Para impulsioná-la é imperioso atualizar a teoria da revolução, em busca de caminhos de transição ao socialismo; forjar um pensamento

avançado – marxista e nacional – em ligação com o pensamento científico avançado da época; e constituir um projeto político exequível, base para convicções políticas transformadoras. Em suma, é um período estratégico que combina de forma nova a questão de reformas e rupturas, da processualidade na acumulação de forças, atuando no seio da democracia liberal e das instituições do Estado vigente, articulando lutas políticas, sociais e de idéias no seio da sociedade. O manancial da experiência soviética e o séquito de revoluções socialistas e anticoloniais feitas no século XX é muito rico em ensinamentos de acertos e erros, mas seu papel para referenciar a atual experiência é relativo.

Hoje, é preciso compreender um processo complexo de acumulação estratégica de forças, median-



linhas originais e articuladas – a luta política-eleitoral-institucional em amplas frentes políticas, mesmo que em condições de força não hegemônica; a luta social, impulsionando sua intervenção política; e a luta de idéias, aglutinando forças do pensamento avançado. Visa-se a um movimento ao mesmo tempo político e social, para buscar construir uma hegemonia de idéias e forças avançadas no rumo de transformações sociais mais profundas.

Parte dessa luta é forjar um Partido Comunista como vanguarda e ao mesmo tempo como parte das forças avançadas nesse rumo. Partido ousado no anseio transformador, de ação política para reunir e catalisar forças e convicções, e conferir-lhe bases sociais de massa capaz de transformar esse anseio em projeto político de transição do capitalismo para o socialismo. Partido que compreenda que sem uma consciência teórica avançada, sem a consciência de que vivemos uma crise de desenvolvimento do marxismo, e sem repor a centralidade dessa consciência para o avanço do movimento transformador, não se constituirá uma força de vanguarda à altura do desafio histórico deste tempo.

Em meio a tantas exigências novas, não é tempo entretanto de re-invenção de pressupostos sobre o partido político revolucionário. Não é necessário retroceder nas lições essenciais da luta política de classes. O leninismo enquanto teoria do partido político do proletariado mantém sua universalidade: partido forjado a partir da consciência teórica avançada para a luta por uma nova sociedade; de representação política e social dos trabalhadores, de seus interesses imediatos e futuros; assentado numa organização política de caráter militante capaz de forjar democraticamente sua unidade na ação política. Por isso, um Partido Comunista, bem orientado, segue sendo força decisiva e indispensável para a transformação social.

É preciso afastar o temor das respostas originais, rompendo com um papel testemunhal e nostálgico sobre o processo político em curso nesta realidade plena de transformações. O ideal se regula pela realidade social e esta haverá de maturar, tendo por base profundos avanços do conhecimento, da ciência e da tecnologia, que revolucionam a sociedade contemporânea, as forças produtivas e as relações sociais. Esses caminhos, ainda não claros nas experiências que se percorrem para o pensamento e ação de um partido revolucionário, haverão de maturar. Aliás, quanto mais claro se tornar um caminho exequível para a transição ao socialismo em cada país mais se tornará premente um pensamento de partido maduro para o nosso tempo.

Essas respostas adaptativas precisarão fazer frente aos velhos e novos dilemas, nas condições do presente. Uma resposta dogmática, ossificando o pensamento de partido, produto de condicionamentos entranhados, mesmo quando invoca Lênin, leva a uma postura defensiva frente às mudanças necessárias. Jamais poderá dar conta das tarefas que estão postas, justamente porque encara a experiência de socialismo e de partido a partir de um modelo fixo e imutável e naturalizado. A primeira experiência socialista teve sucesso inicial, mas fracassou, e o fracasso do papel do PCUS esteve entre as causas multilaterais desse insucesso justamente por não ter compreendido isso.

De outra parte, avulta a praga do pragmatismo, encarnação nova do velho liberalismo, produto da consciência e luta política no nível em que está posta na atualidade, representando pressões pelo rebaixamento do papel estratégico do partido e que tira o movimento do eixo central de esforços por constituir uma força de vanguarda que não perde de vista os objetivos de fundo em face do imediato e contingente. Leva à prostração ante o sistema capitalista e à acomodação ante suas contradições, apresentando-o falsamente como solução definitiva e não ultrapassável para os problemas da humanidade.

E, desde sempre, a luta por constituir esse partido precisa superar o corporativismo, em sua velha e nova forma, que limita os horizontes de formulação de um pensamento político nacional transformador. Em síntese, lutar decididamente por fazer da classe dos trabalhadores uma classe capaz de pensar o conjunto da nação, superar a perspectiva estreita dos seus interesses imediatos para se tornar a classe dominante na sociedade.

São as respostas do tempo presente: construir a hegemonia de forças avançadas no movimento transformador, e originalidade de formas assumidas pelo movimento, para formular um caminho nacional ao socialismo que enriqueça o cabedal da experiência revolucionária do século XX, que teve em Lênin e na revolução soviética um dos pontos mais altos na experiência social humana por ousar abrir caminho a uma sociedade sem explorados nem exploradores.

*\*José Carlos Ruy é jornalista, editor do Jornal "A Classe Operária" e membro da Comissão editorial de Princípios e Walter Sorrentino é médico, é Secretário Nacional de Organização do Comitê Central do PCdoB.*



# Comemorar Outubro abrindo caminho para a nova Primavera dos Povos

JOSÉ REINALDO CARVALHO

**No limiar do século XXI o reposicionamento da luta pelo socialismo não é possível ser fatalista e captar apenas a ofensiva do imperialismo. Melhoram as condições para a luta dos povos e aparecem os primeiros sinais de que o imperialismo não é invencível**

**A** Grande Revolução Socialista que derubou a velha Rússia dos czares foi sem dúvida o mais importante acontecimento da história mundial até o momento, o fato mais destacado na evolução social e política da humanidade. Pela primeira vez o proletariado – tendo à sua frente o Partido Comunista e unido às demais camadas populares, principalmente o campesinato – tomou-se a força dirigente e iniciou a construção do poder dos trabalhadores e da sociedade socialista.

Outubro de 1917 confirmou a tese de Marx e Engels, baseada na análise científica da sociedade e da história, de que o capitalismo não é eterno. Sob o influxo de contradições antagônicas, num dado momento inevitavelmente a evolução econômica e

política da sociedade apresenta questões agudas e têm lugar situações revolucionárias que, num quadro de amadurecimento das condições subjetivas, resultam na vitória da revolução. Já em 1848, o Velho

Continente foi de ponta a ponta revolvido pelos movimentos que entraram para a história como a “Primavera dos Povos”, quando o proletariado fez seu batismo de fogo na luta política e pela primeira vez formulou bandeiras de luta próprias, entrelaçando a luta nacional, a luta democrática e a luta social. A era dos Impérios coloniais da Santa Aliança dava sinais de exaustão e o capitalismo nascente já se revelava incapaz de cumprir o desiderato da liberdade, da igualdade e da fraternidade. Principalmente no que toca à emancipação social, já em meados do século 19, a bur

Arquivo CEDEM





guesia revelava todas as suas limitações. Por isso, no documento fundador do socialismo científico, o *Manifesto Comunista*, publicado em 1848, Marx e Engels diziam: “De todas as classes que neste momento estão enfrentando a burguesia, somente o proletariado é a classe verdadeiramente revolucionária”. Um quarto de século depois, em Paris, ocorria a primeira tentativa de tomada revolucionária do poder pelo proletariado, durante as jornadas heróicas da Comuna. E na Rússia, doze anos antes da vitória da Revolução de Outubro, as massas populares fizeram uma experiência fundamental – a Revolução democrática contra a autocracia imperial czarista.

Outubro de 1917 foi a confirmação da opinião de Lênin de que, com a passagem do capitalismo à etapa imperialista, abria-se a época da revolução socialista, devido ao amadurecimento das contradições objetivas: entre o proletariado e a burguesia, entre o imperialismo e os povos e nações oprimidos, além das contradições entre as potências imperialistas pelo domínio do mundo. A Revolução socialista de 1917 criou uma nova situação política no mundo. Foi extraordinária a sua influência política e ideológica. A União das Repúblicas Socialistas Soviéticas foi a força principal na vitória sobre a maior e mais agressiva potência militar da burguesia imperialista – a Alemanha hitlerista. A vitória do socialismo estimulou as lutas dos trabalhadores no mundo capitalista, obrigou a burguesia a fazer concessões ao movimento sindical e operário. O século 20 foi fortemente marcado pelo socialismo vitorioso na União Soviética e sob a influência desta foi transformado no século das revoluções antiimperialistas, democráticas, populares e socialistas. O século das lutas pela libertação nacional e social dos povos, das lutas anticoloniais, democráticas, pela paz e a justiça, objetivos estes que se confundem com os grandes valores e ideais da Grande Revolução Socialista de Outubro. A principal lição que ficou de 1917 foi a de que somente a revolução pode abrir caminho à conquista da libertação, das transformações sociais e políticas progressistas. Há 90 anos era sepultada a colaboração de classes como estratégia do movimento operário e popular. Obviamente, aquele momento é irrepetível na circunstância e na forma e por certo a questão da Revolução social, da tomada do poder político pelos trabalhadores, da construção da nova sociedade não se apresenta nos dias de hoje com os mesmos termos da época da Revolução de 1917. Há problemas novos e complexos a reequacionar, à luz duma teoria enriquecida e do estudo concreto

da realidade contemporânea.

### Socialismo, necessidade objetiva

O ciclo aberto em 1917 foi truncado com a degenerescência do socialismo e interrompido com o fracasso das primeiras experiências de construção do socialismo, uma derrota histórica que criou uma nova situação no mundo e produziu uma importante mudança na correlação entre as forças progressistas e as conservadoras. Atualmente, os povos estão confrontados por uma brutal ofensiva do imperialismo, sobretudo o norte-americano, para impor sua dominação através do militarismo e da guerra. Nesse quadro, tornou-se uma noção corrente que o socialismo e a revolução sofreram um golpe fatal e doravante já não há chance para a luta revolucionária. Para nós, os comunistas, contrariamente a esse senso comum, a luta pelo socialismo continua na ordem-do-dia, porque corresponde a uma necessidade objetiva da evolução da sociedade. E não nos iludimos quanto à possibilidade de esse salto histórico se processar espontaneamente ou por dádiva das classes dominantes. As forças que lutam pelo socialismo têm em conta as novas condições históricas, que o socialismo não pode ser construído abruptamente. O exame atento da história mostra que a construção do socialismo e a evolução rumo a uma sociedade sem classes, o comunismo, serão obras de muitas gerações. É preciso também ter presente que não há modelo para a construção do socialismo. A adoção do modelo único foi um grave erro, uma posição anticientífica. O socialismo é universal enquanto teoria geral e aspiração de libertação da classe operária em todo o mundo. É universal enquanto transformação, em moto-perpétuo, de uma época de opressão numa época em que a humanidade será livre e realizará suas aspirações de justiça e progresso. Mas o socialismo será resultado de uma luta multifacética de cada povo, em circunstâncias históricas e políticas bem delimitadas, o que exigirá das forças revolucionárias e do Partido Comunista de cada país a elaboração de novos e originais programas e formulações estratégicas e táticas.

### Contra-revolução e crise da civilização

A passagem do 90º aniversário do maior acontecimento da história da humanidade enseja à atual geração de lutadores pelo socialismo reflexões de sentido prático. Não está ainda plenamente configurada a correlação de forças que levará a humanidade



à nova “primavera dos povos”. Mas tampouco essa correlação forma-se por geração espontânea, cabendo às forças revolucionárias adotar linhas estratégicas, procedimentos táticos e métodos de ação consonantes à necessidade de abordar, nas novas condições, a luta pelo socialismo em todo o mundo. Diante do capitalismo-imperialismo mundializado, das políticas neoliberais, das políticas de guerra, da natureza reacionária do sistema político e econômico burguês, ganha relevo a questão: encontra-se na ordem-dia a tarefa de lutar por melhorias no capitalismo, de combater as “deformações” da globalização ou de elaborar estratégias, táticas e métodos revolucionários que conduzam os trabalhadores em todo o mundo à luta pelo socialismo como único caminho para superar os inarredáveis impasses em que a humanidade está confrontada sob o atual sistema? O grande paradoxo da presente época é que o capitalismo atingiu um nível tal de desenvolvimento, um tamanho grau de expansão, que alcança todos os rincões do planeta; um grau antes inimaginável de desenvolvimento de suas capacidades, mantendo sua essência de perseguir o lucro máximo, o que obtém através da exploração e opressão das massas trabalhadoras e da espoliação das nações dependentes. E permanecendo como um sistema que produz crises e estagnação. O capitalismo dos nossos dias beneficia apenas as grandes burguesias parasitárias dos países imperialistas. É, assim, inevitável a eclosão de lutas, em que os fatores de classe se entrelaçam com os nacionais. É nesse contexto que ressurgem em nossos dias a luta pelo socialismo.

No 11º Congresso do seu Partido, realizado em outubro de 2005, os comunistas brasileiros puseram em relevo os retrocessos econômicos e sociais da presente época, desnudando o caráter retrógrado do capitalismo, suas lancinantes contradições, que conduziram a civilização a uma crise, pondo a descoberto a disjuntiva da época. Ou a humanidade luta contra o capitalismo e abre novamente o caminho da história para a construção de um ordenamento econômico e social superior, ou sucumbirá inapelavelmente na

A Revolução socialista de 1917 criou uma nova situação política no mundo. A União das Repúblicas Socialistas Soviéticas foi a força principal na vitória sobre a maior e mais agressiva potência militar da burguesia imperialista – a Alemanha hitlerista

barbárie. Segundo o documento aprovado pela unanimidade dos congressistas comunistas, os retrocessos desta época manifestam-se no aprofundamento das assimetrias entre os países ricos imperialistas e os países dependentes e no agravamento das contradições de classe. A idéia-força do desenvolvimento independente é substituída pela imposição das regras da globalização capitalista, baseadas na espoliação de países e povos, na super-exploração das massas trabalhadoras, no corte dos direitos sociais e na devastação do meio-ambiente. Num cenário econômico em que se acentuam os fatores de instabilidade e de crise, em que se evidenciam os desequilíbrios estruturais da economia norte-americana, sua tendência para o declínio e a exacerbação do parasitismo, são nulas as possibilidades de regeneração do sistema capitalista

num sentido socialmente progressista. Atualmente vivemos uma fase destrutiva e regressiva do capital em suas relações com o trabalho. O desemprego, a precariedade, a informalidade, o corte de direitos laborais e previdenciários se transformaram em verdadeira pandemia. Essas constatações chamam a atenção para uma questão fundamental. O desenvolvimento nacional independente já não é possível nos marcos do capitalismo. O pressuposto do desenvolvimento é o socialismo, a existência de um novo poder,

em mãos das classes emergentes da sociedade – as classes trabalhadoras – capaz de empreender transformações econômicas e sociais estruturais, a partir da legitimidade alcançada na luta por um novo ordenamento social e político.

A 90 anos do grandioso acontecimento ocorrido na velha Rússia, o mundo do início do século 21 exibe os traços de inaudito retrocesso. Cada vez mais fica patente que o desaparecimento do socialismo na URSS e nos países do Leste europeu no início dos anos 1990 foi uma contra-revolução, cujas consequências nefastas continuam a se fazer sentir. O ciclo político aberto na última década do século 20 é conservador e contra-revolucionário. O principal vetor do quadro político é a abrangente e brutal ofensiva do imperialismo, o que cobra elevado preço aos



povos, em termos de liberdade, soberania nacional, segurança e direitos sociais. Os principais instrumentos dessa ofensiva são as políticas econômicas neoliberais, a militarização, a guerra e o exercício de uma política externa unilateralista e securitária por parte dos Estados Unidos, que ignora os organismos multilaterais, a não ser quando se trata de instrumentalizá-los, assim como vilipendia o direito internacional, tornado letra morta. Em que pese a utilização demagógica e também instrumental da “democracia” e da “defesa dos direitos humanos”, as liberdades políticas são aviltadas pela hipertrofia do estado policial, pela proliferação de leis que consagram o terrorismo de Estado, pela violação dos direitos humanos. Isto evidencia que o sistema capitalista já não tem condições de assegurar a democracia política e a democracia social. O pressuposto destas é o revolvimento e a superação das atuais estruturas e superestruturas da sociedade. A conquista de direitos políticos e sociais plenos, que garantam o poder político para os trabalhadores e a emancipação social, não emanarão de um “aperfeiçoamento” do sistema burguês nem serão dádivas das classes dominantes – aliás, cada vez mais reacionárias –, mas da supressão do próprio sistema capitalista e de sua superação pelo socialismo. Em grande medida, a estratégia do imperialismo visa a impedir o fortalecimento das nações que buscam caminho próprio de participação na vida internacional e de desenvolvimento econômico. Quase duas décadas transcorridas desde o desaparecimento da URSS, os EUA se supõem em condições de perseguir seus objetivos de impor a tirania global e exibem de maneira ameaçadora seu poderio militar e nuclear superdimensionado, com mais de meio milhão de soldados norte-americanos fora do território dos Estados Unidos, seja nas ocupações de países, como o Iraque, o Afeganistão e a antiga Iugoslávia, seja nas mais de 700 bases militares espalhadas em todos os rincões do planeta, com seus gastos militares de cerca de meio trilhão de dólares, ultrapassando a soma dos orçamentos militares dos dez países de maiores gastos militares do mundo, e seus planos de instalação dos escudos antimísseis,

A principal lição que ficou de 1917 foi a de que somente a revolução pode abrir caminho à conquista da libertação, das transformações sociais e políticas progressistas

incrementando a escalada nuclear.

Como expressão dessa ofensiva para impor seu domínio no mundo, o imperialismo estadunidense elaborou teorias para exercer a primazia de seus interesses sobre a vida internacional. Está vigente e em pleno funcionamento o projeto para “o novo século americano”, consubstanciado na estratégia de segurança nacional, que consagrou o princípio da guerra global e infinita, da guerra preventiva, da “recriação” e “punição” aos países conside-

rados como integrantes do “eixo do mal”, segundo critérios arbitrários. Tudo isso demonstra que outra aspiração fundamental da humanidade, a paz, não pode ser alcançada nos marcos do capitalismo e do sistema de dominação imperialista. Somente o socialismo pode fazer renascer as possibilidades de paz, convivência harmônica entre as nações e cooperação internacional. Sob o sistema atual, serão sempre grandes os riscos de conflitos. Evitar o apareci-

mento de um concorrente global, uma potência multidimensional que exerça no cenário internacional o papel de contrapeso ao hegemonismo estadunidense é o escopo da política externa do imperialismo. Isto implica uma atitude de permanente vigilância em relação à China e à Rússia, a tentativa de subordinar a Europa aos seus interesses e o esforço para impedir o surgimento de países líderes regionais, assim como o esmagamento das experiências revolucionárias.

### Um recomeço, preparando a nova Primavera dos Povos

Os fatores estruturais e conjunturais mencionados acima trazem para a ordem-do-dia a necessidade de reiniciar a luta por alternativas de fundo, com caráter popular e que representem uma ruptura com o estado atual de coisas no mundo. Para as forças antiimperialistas, revolucionárias, progressistas, partidárias do socialismo, trata-se de retomar a luta pelo socialismo nas novas condições do século 21. Naturalmente, o movimento revolucionário vive ainda sob o impacto das derrotas sofridas pelo socialismo no início dos anos 1990, as quais produziram significativa mudança nas correlações de força e de-



bilitaram o fator subjetivo. O começo dos anos 1990 foi marcado pelas derrotas generalizadas da revolução e do socialismo, pela degenerescência de partidos comunistas e forças revolucionárias, num ambiente de desmoralização, descrédito e fracasso. Esse ambiente não está totalmente superado, mas vivemos um recomeço, uma nova transição. Porque a última década, principalmente de 1995 até os dias de hoje, foi marcada por um novo despertar, um renascimento das lutas. E esse renascimento foi implicando também o surgimento de uma série de novas forças políticas, novos movimentos e novas formas de coordenação entre si. Na percepção do novo momento de lutas, ganha relevo o fato de que os Estados Unidos estão sofrendo derrotas em seus empreendimentos bélicos no Iraque e no Afeganistão, no Líbano e na Palestina. Encontram-se politicamente isolados, sofrem seguidas derrotas diplomáticas e, apesar da brutalidade e das ameaças de desencadear novos ataques "preventivos", não conseguem impor sua vontade. Simultaneamente, cobra força a luta pela paz, remonta a luta social e operária nos países capitalistas desenvolvidos, aumenta a resistência operária contra o corte de direitos e o definhamento do Estado de bem-estar.


A América Latina é cenário de importantes mudanças. Aqui está em formação um promissor quadro político, vão-se abrindo perspectivas e amadurecendo as condições para transformações políticas e sociais de vulto. Além da resistência heróica de Cuba, que derrota a cada dia o bloqueio imperialista, a América Latina vê triunfar a Revolução Bolivariana, com acentuado caráter antiimperialista. Depois de uma década, desde a primeira vitória eleitoral de Hugo Chávez, em 1998, o programa da revolução vai tomando novos contornos, à medida que são proclamados objetivos socialistas. Além disso, forças democráticas, patrióticas e populares, genericamente designadas como de esquerda ou centro-esquerda, assumiram os governos de vários países, formando objetivamente um contrapeso ao hegemonismo estadunidense na região, promovendo reformas econô-

micas, políticas e sociais. Por caminhos novos, nunca dantes percorridos, as camadas populares vão sendo provadas em novas experiências políticas, elevando a consciência democrática e antiimperialista, acumulando força política e organizativa para lutas de maior envergadura no futuro.

Na passagem do 90º aniversário da Grande Revolução Socialista, o panorama político vem experimentando transformações. Significa que um novo surto revolucionário está em curso? Que a Revolução Socialista voltou a ser uma questão candente a exigir solução imediata? Que começou a "Primavera dos Povos" do século 21? Ainda não. Ainda. Significa, entretanto, que melhoram as condições para lutar, que se intensifica a acumulação revolucionária de forças, que aparecem os primeiros sinais de que o imperialismo não é invencível. No reposicionamento da luta pelo socialismo, não se pode ser fatalista e captar apenas os sinais da ofensiva do imperialismo. É preciso perceber as novas potencialidades revolucionárias que estão despertando. O caminho que percorrerá a nova luta pelo socialismo não será fácil nem retilíneo. Esta luta se confronta em cada momento, em cada batalha, com um colossal sistema de dominação que não cederá pa-

cificamente as suas posições. Se os trabalhadores e os povos querem um novo sistema político, econômico e social, liberdades, soberania e direitos, paz e segurança, terão de encetar a luta política de classes, na qual hão de ter firmeza diante da força, sabedoria em face do engodo, uma elevada consciência política-ideológica, força organizativa, tirocínio tático-estratégico e capacidade de combate. A celebração do 90º aniversário do glorioso Outubro é uma feliz ocasião para cultivar esses valores.

Arquivo CEDEM



*José Reinaldo é jornalista, secretário de Relações Internacionais do Partido Comunista do Brasil, diretor do Cebrapaz (Centro Brasileiro de Solidariedade aos Povos e Luta pela Paz).*



# Por uma sociedade socialista harmoniosa

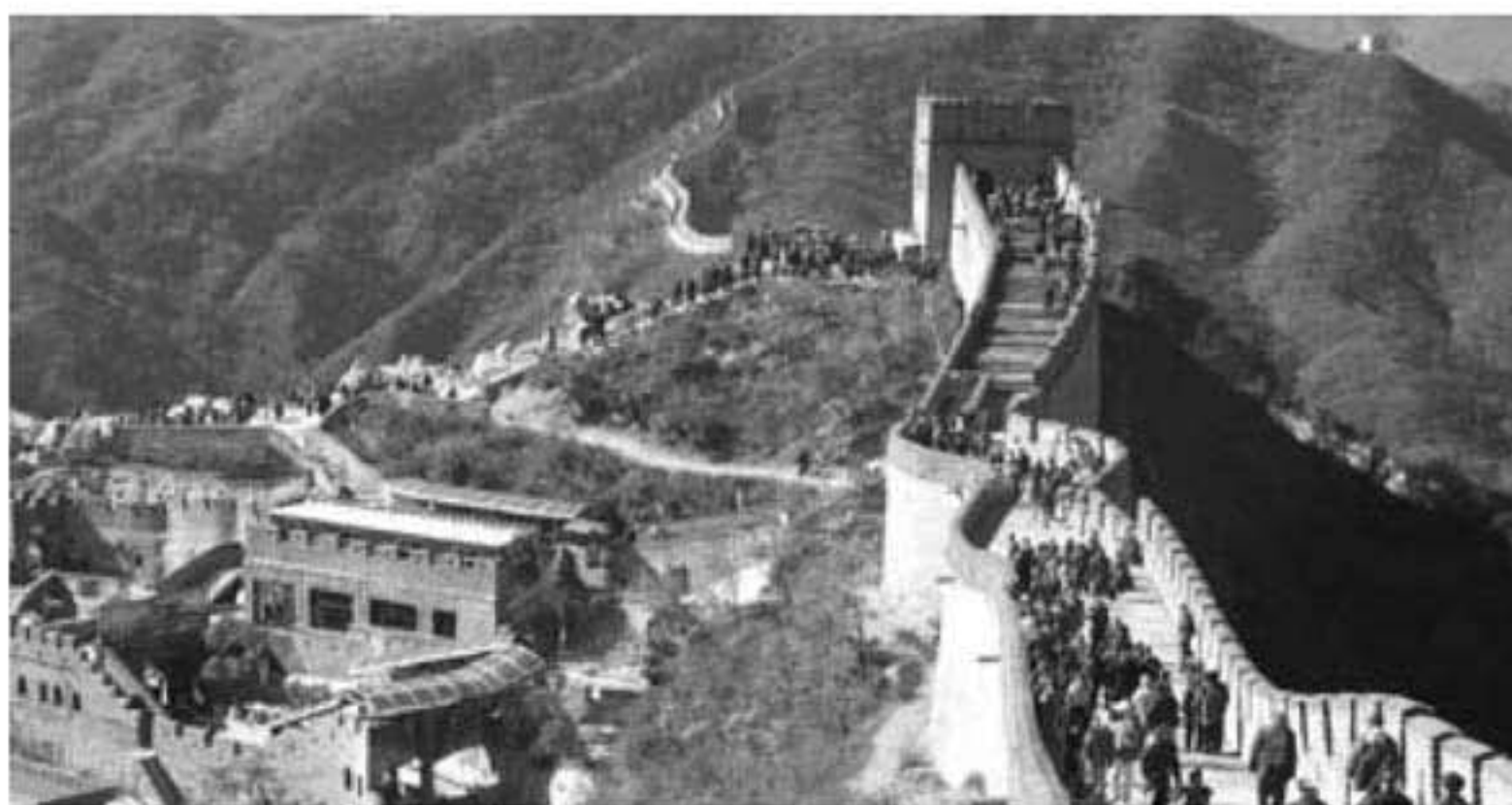
HU JINTAO

O discurso de Hu Jintao, secretário-geral do Partido Comunista da China, que *Princípios* publica a seguir, foi pronunciado



na Academia Central do PCCh em 25 de junho. Tem grande importância para a compreensão da atual realidade chinesa, pois, nele, o dirigente antecipou os principais assuntos debatidos no 17º

Congresso dessa organização realizado em outubro deste ano





O socialismo com características chinesas é uma bandeira do desenvolvimento e do progresso na China contemporânea e uma bandeira da luta em unidade de todo o Partido, de todos os povos e de todas as etnias existentes na China. Devemos constantemente preservar a teoria de Deng Xiaoping e o importante pensamento da “tripla representatividade”<sup>(1)</sup> como um guia, aprofundar a implementação do conceito científico do desenvolvimento<sup>(2)</sup> e a sustentação e o desenvolvimento do socialismo com características chinesas.

A emancipação da mente<sup>(3)</sup> é uma demanda essencial da linha ideológica do Partido e uma arma mágica que temos para tratar as novas situações e problemas que surgirem no caminho do esforço contínuo para criar uma nova fase na nossa causa, que deve ser firmemente sustentada. A reforma e a abertura essenciais para o mecanismo institucional de libertação e desenvolvimento das forças produtivas e o revigoramento, através da inovação contínua, constituem uma força motivacional poderosa para o desenvolvimento do socialismo com características chinesas e devem ser firmemente impulsionadas. O desenvolvimento científico e a harmonia social – requisitos básicos para o desenvolvimento do socialismo com características chinesas e demandas intrínsecas para alcançar um crescimento econômico e social saudável e rápido – devem ser postos em prática com firmeza. A construção de uma sociedade próspera, por todas as partes do nosso país, é uma meta do nosso Partido, que o nosso país trabalhará para que seja alcançada até 2020. Nela repousam os interesses fundamentais dos povos de todas as etnias de nosso Estado e pela qual devemos lutar com todas as forças. Alcançar firmemente nossas metas tem importância vital de interesse geral para a manutenção de um desenvolvimento sem entraves.

Nas circunstâncias internas e internacionais atuais nosso país enfrenta oportunidades de desenvolvimento sem precedentes – e da mesma forma desafios sem precedentes. Temos muitas condições favoráveis, assim como fatores desfavoráveis. O ponto importante é que fazemos nosso trabalho. Devemos nos orgulhar e estar confiantes de que a maior tendência de desenvolvimento no mundo de hoje está na China contemporânea. Devemos alcançar o desenvolvimento do nosso país e atender às novas expectativas das massas populares. Acrescentar conscientemente

à prática e à experiência do nosso Partido na administração do país a formulação científica e amplas políticas, programas e linhas gerais que – de acordo com os requisitos dos tempos e dos desejos populares – levam o povo a continuar a construção de uma sociedade próspera, com modernização socialista acelerada de todas as esferas, para realizar a elevada missão que nos foi conferida pelos novos tempos.

A reforma e a abertura são uma nova e grande revolução promovida pelo povo sob a liderança do Partido em contraste com o cenário de fundo dos novos tempos. Nos últimos 29 anos deste novo período, nosso país alcançou tantas realizações na reforma, na abertura e na modernização socialista que chamaram a atenção de todo o mundo.

Os fatos vêm eloqüentemente provando que a reforma e a abertura estão no caminho que devemos seguir para o desenvolvimento do socialismo com características chinesas e a realização do grande rejuvenescimento da nação chinesa. Desde o início da reforma e da abertura, nosso Partido lidera o povo no caminho do socialismo com características chinesas. Este rumo está correto e apto a levar a China ao desenvolvimento e ao progresso, principalmente porque temos mantido o princípio do socialismo com as nossas peculiaridades à luz da realidade concreta. Devemos continuar a aprofundar a exploração, a pesquisa e a experimentação com o socialismo com características chinesas e lutar para ampliar o rumo próprio como estamos levando adiante.

Todo o Partido – e especialmente seus principais quadros – devem manter em mente as nossas condições nacionais básicas de estar na etapa primária do socialismo e reconhecer claramente a importância e a natureza árdua e longa do nosso comprometimento para construir uma sociedade próspera em todas as regiões, realizar a modernização básica do país e consolidar e desenvolver o sistema socialista. Devemos acentuar nossa resolução de nos focar intensa e calorosamente na construção e no desenvolvimento, no crescimento de nossa conscientização de que não podemos nos desviar da realidade, ponderando as questões e tenazmente trabalhando para alcançar a missão histórica de maneira profunda.

O desenvolvimento da China está em novo marco histórico, novo século e período. Devemos analisar cientificamente as novas oportunidades e desafios na participação de todo o povo na globalização econômica; compreendendo profundamente as novas tarefas e contradições enfrentadas – enquanto se de





envolvem em várias áreas em contraste com o cenário de fundo de profunda industrialização, urbanização, mercantilização e internacionalização. Devemos aprofundar a implementação do conceito científico do desenvolvimento; promover mais conscientemente o desenvolvimento científico e fazer tudo o que for possível para ampliar a perspectiva brilhante de desenvolvimento do socialismo.

Por um longo período, as três gerações centrais da direção partidária com o camarada Mao Tsetung, o camarada Deng Xiaoping e o camarada Jian Zemin, respectivamente, como núcleo, levaram nosso Partido continuamente a explorar, experimentar e estudar as maiores questões a nós apresentadas na construção do socialismo, alcançando grandes conquistas. Desde o 16º Congresso do PCCh, o Comitê Central herdou e desenvolveu o importante pensamento da liderança coletiva dessas três gerações para desenvolver e impulsionar o entendimento científico do desenvolvimento.

O avanço da compreensão de conceito científico do desenvolvimento é algo de suma importância: colocar o povo em primeiro lugar é seu tema central, e toda a coordenação pelo desenvolvimento sustentável é um requisito básico. O desenvolvimento tem um significado decisivo para a construção de uma sociedade próspera e a aceleração da modernização socialista simultânea à liberação e ao desenvolvimento das forças produtivas sempre foram tarefas fundamentais do socialismo. Devemos perseguir firmemente a construção da economia – uma tarefa central – e preparar uma sólida fundação para o desenvolvimento do socialismo com características chinesas. Todo o empenho e o trabalho devem ser em benefício do povo. Devemos sempre realizar, salvaguardar e desenvolver questões de interesse fundamental das amplas massas populares, tratando-as como o ponto de partida e o objetivo de todo o trabalho do Partido e do país. Devemos ser capazes de desenvolver para o nosso povo, confiar nele para alcançar o desenvolvimento e deixá-lo repartir os frutos desse desenvolvimento.

A implementação do conceito científico do desenvolvimento requer que sempre mantenhamos firmemente uma linha básica de “uma tarefa central e dois pontos básicos” (o desenvolvimento econômico e a implementação da reforma e da abertura política), construindo ativamente uma sociedade socialista harmoniosa <sup>(4)</sup>, levando adiante as reformas e a abertura política. Além disso, fortalecer e melhorar conscientemente a construção do Partido. Manter resolutamente a linha básica partidária é a

mais confiável garantia de a nossa causa ser capaz de resistir a testes e perigos potenciais e podermos chegar a nosso destino. Não podemos vacilar em momento algum.

Para alcançar e promover o desenvolvimento rápido da economia nacional, o aspecto mais importante é atingir um novo e significativo progresso na mudança do modelo de desenvolvimento econômico e aperfeiçoar a estrutura da nossa economia de mercado socialista. Mudar o modelo de desenvolvimento econômico é um importante princípio baseado na nossa experiência com toda a compreensão das leis do desenvolvimento econômico do nosso país, assim como uma importante estratégia de colocar na frente, à luz da realidade, o desenvolvimento econômico. Devemos entender mais profunda e conscientemente as leis que regem tal desenvolvimento econômico e adotar medidas mais efetivas como uma solução maior para ampliar a qualidade e os benefícios desse desenvolvimento. Devemos aprofundar a implementação da estratégia de rejuvenescimento do país por meio da ciência e da educação, acelerar o ajuste estratégico da economia nacional, fortalecer conscientemente a agricultura como a base da economia nacional, construir intensamente recursos para a conservação do meio ambiente e uma sociedade amigável e ecológica, continuar a implementar uma estratégia global para o desenvolvimento regional. Precisamos manter e aperfeiçoar o sistema econômico fundamental por meio do qual a propriedade pública permaneça predominante e que diferentes formas de propriedades desenvolvam-se lado a lado. Devemos encorajar, apoiar e orientar o desenvolvimento do setor público da economia. Criar um novo arranjo das mais diversas formas de propriedade, competindo passo a passo – com uma promovendo a outra. Devemos aprofundar as reformas financeiras, tributária e fiscal, bancária e o planejamento estrutural para criar um sistema regulador e controlador que permita o desenvolvimento científico. Devemos ampliar os padrões de abertura da nossa economia e desenvolver novas margens competitivas para a nossa participação na cooperação e competição econômica internacional sob as condições da globalização econômica.

O desenvolvimento da democracia socialista tem sido sempre uma meta do nosso Partido. Desde o início da reforma e da abertura, temos sempre pressionado para priorizar a reforma política estrutural de maneira ativa, mas prudente, no ritmo do processo global de reforma e desenvolvimento, e temos alcançado grande sucesso na construção da democracia socialista. A reforma política estrutural do país deve



aderir à correta orientação política, deve ser priorizada continuamente ao lado do desenvolvimento econômico e social, e deve ser diretamente proporcional ao contínuo avanço do entusiasmo popular pela participação política. Devemos manter firme a liderança do Partido, fazendo dos nossos cidadãos os donos do país, regulamentar o Estado por meio de leis, manter a harmonia, continuar a impulsionar a auto-especialização e o auto-desenvolvimento do nosso sistema político socialista. Devemos continuar a expandir ordeiramente a participação dos nossos cidadãos na arena política, aperfeiçoar o sistema democrático, enriquecer a forma da democracia e ampliar o canal democrático. Devemos envidar todos os nossos esforços para tomar decisões mais científicas e democráticas e coerentes com os sistemas de apoio intelectual e de informação. Devemos desenvolver as raízes da democracia e garantir que o povo possa exercer seus direitos democráticos diretamente e de acordo com a lei. Implantar da forma mais abrangente o plano básico de conduzir nosso país de acordo com a lei, fortalecer o espírito legal e salvaguardar a justiça e a igualdade social. Acelerar as reformas da estrutura de gerenciamento administrativo e reforçar o gerenciamento social do governo e as funções do serviço público.

O fortalecimento da construção cultural socialista é um ponto essencial para os nossos esforços para satisfazer o crescimento espiritual e as necessidades culturais das massas populares e toda a implementação do desenvolvimento estratégico do nosso Partido e do país. Devemos impulsionar consciente e proativamente um grande desenvolvimento cultural e a prosperidade e melhores garantias para os direitos e interesses culturais do nosso povo. Devemos construir com vigor um sistema de valores socialistas e fortalecer a base ideológica comum de todo o Partido e dos povos de todas as etnias na China para lutar pela unidade. Devemos cultivar fortemente a prática social civilizada e lançar as massas para promoverem a construção da civilização espiritual avançada. Devemos fazer avançar bravamente a criação cultural, impulsionar a reforma cultural estrutural de maneira global e revigorar ao máximo a iniciativa de grande parte dos trabalhadores da área da cultura para inovar, assegurando total expressão do vigor criativo cultural de nossa sociedade, continuidade da inovação cultural para produzir resultados; e que a cultura contemporânea chinesa torne-se mais colorida, mais atraente e mais influente.

A aceleração da construção da sociedade está estreitamente ligada aos interesses das amplas massas

populares e deve receber muita atenção. Para fortalecer a construção da sociedade, devemos focalizar as questões de maior preocupação para o nosso povo e que estejam relacionadas com os problemas e os interesses mais realistas da população chinesa. Devemos aplicar os frutos do desenvolvimento econômico para promover melhores condições de vida para o povo chinês. Devemos dirigir atenção especial ao desenvolvimento prioritário da educação, implantando a estratégia que expanda o emprego; fazer a reforma profunda do sistema de distribuição de renda; estabelecer um sistema de segurança social que abranja os moradores na área urbana e rural; estabelecer um atendimento médico e um sistema público de saúde; melhorar o nível geral de saúde de todo o povo chinês; aperfeiçoar o gerenciamento social; e garantir a estabilidade e a unidade social.

Nosso Partido deve liderar o povo, alcançar novas vitórias na construção de uma sociedade próspera em todas as partes e criar uma nova situação na construção do socialismo com características chinesas. O mais importante é avançar na construção do Partido. Devemos manter o princípio de que o Partido deve exercer controle sobre os seus membros e reforçar uma disciplina estrita, continuar a avançar com nosso grande empenho na construção do Partido. Devemos promover um estudo profundo do marxismo-leninismo, do pensamento de Mao Tse-tung e da teoria de Deng Xiaoping, assim como a importante política de desenvolvimento do Partido da “tripla representatividade”, e devemos estudar profundamente o conceito científico do desenvolvimento. Devemos fortalecer a construção orgânica do Partido e uma qualidade melhor dos nossos quadros de direção, os quadros das fileiras do partido e todos os membros. Devemos continuar a impulsionar ativamente – mas com prudência – a construção de uma democracia interna, manter o centralismo democrático, as condições dos membros do Partido como seus componentes principais, e aperfeiçoar a democracia interna, o sistema democrático partidário e jogar um pleno papel no vigor criativo do Partido. Devemos fortalecer a construção do estilo ideológico, de formação, de trabalho, de direção, o estilo de vida dos quadros. Otimizar vigorosamente a formação, opor-nos ao formalismo, à burocracia, à prática fraudulenta, perdulária e extravagante e habilitar os camaradas – e especialmente os quadros de direção de todos os níveis – para estarem mais conscientes na manutenção do espírito da busca da verdade, do espírito prático, mantendo conscientemente o propósito de servir ao povo calorosamente e



manter a linha de massas do Partido. Devemos insistir no exercício do poder popular, sentir como o povo sente e trabalhar em prol de seus interesses, ouvindo sempre com muito cuidado a voz das massas, refletindo genuinamente seus desejos, preocupando-nos verdadeiramente com seus sofrimentos e alcançar feitos melhores e mais concretos para o povo.

Os comitês do Partido em todos os níveis devem compreender completamente a longa, complicada e árdua luta contra a corrupção; combatê-la e promover um governo limpo da maneira mais proeminente; manter o princípio de atender os problemas imediatos e as causas subjacentes; usando tanto a punição como medidas preventivas, enfatizando sempre a prevenção, para estabelecer um sistema salutar para enfraquecer e prevenir a corrupção, um sistema que dê igual ênfase à educação, às regras e aos regulamentos e à supervisão. Ao dar passos resolutos para acabar com a corrupção, devemos dedicar atenção à tentativa de curar permanentemente o problema, dedicando toda a atenção à prevenção e à construção institucional. Devemos fortalecer o trabalho de tornar mais honestos e autodisciplinados os quadros da direção do Partido e investigar e tratar eficientemente as violações das leis e da disciplina.

A formidável missão e árdua tarefa de todos os camaradas do Partido é manterem-se preparados contra as adversidades em tempos de paz e intensificar a consciência da adversidade e do perigo. Devemos controlar a arrogância e a impulsividade, mantendo uma vida modesta e uma luta efetiva e árdua. Devemos caminhar em direção ao estudo e trabalhar diligentemente. Devemos fortalecer a unidade, manter em mente os interesses do nosso país como um todo, e permanecer sóbrios ideologicamente, determinados politicamente e sempre realizadores no nosso estilo de trabalho. Todos os camaradas do Partido devem reunir-se e permanecer mais próximos ao Comitê Central do Partido trabalhando unidos para o sucesso do 17º Congresso Nacional, para nova vitória na construção de uma sociedade próspera em todas as partes do nosso país e na criação de uma nova situação na construção do socialismo com características chinesas. Esperamos que nossos camaradas conscientemente estudem e compreendam em profundidade o espírito deste discurso.

*Hu Jintao é presidente da República Popular da China e secretário-geral do Partido Comunista da China.  
Fonte: Agência Xinhua Domestic Service.*

### Notas da redação

- (1) O conceito de "tripla representatividade" foi formulado por Jiang Zemin, anterior secretário-geral do PCCh, e apareceu pela primeira vez em 2000, numa reunião do Partido em Guangdong. Segundo a definição de Zemin, no 16º Congresso, as três representatividades são as seguintes: "(1) o Partido deve representar sempre o que se exige para o desenvolvimento das forças produtivas avançadas da China; (2) [representar] o rumo pelo qual deve marchar sua cultura avançada; e (3) [representar] os interesses fundamentais das massas populares mais amplas". Segundo explica o dirigente, "devemos nos unir a pessoas de diversos estratos sociais" (...) "com a finalidade de proporcionar constantemente novas forças a empresa da grande revitalização da nação chinesa". Com isso, busca-se a "unidade entre a persistência no afiançamento da base classista do Partido e a ampliação de sua base de massas".
- (2) O "conceito científico do desenvolvimento" surge nas formulações do atual XVI Comitê Central do Partido, sob a liderança de Hu Jintao. Tal conceito é explicado como a busca de ter o povo como ponto de partida do processo de desenvolvimento pelo qual passa a China, para que ele absorva os frutos da construção do socialismo – além de buscar ajustar relações entre o homem e a natureza e de buscar harmonia entre diversas gerações.
- (3) A idéia de "emancipar a mente" aparece já em 1978, na preparação da III Sessão Plenária do XI Comitê Central do PCCh – que aprovaria a política de modernização, reforma e abertura –, num discurso de Deng Xiaoping, intitulado "Emancipar a mente, atuar em função da realidade e olhar adiante unidos". Representa a idéia de ser preciso "pensar com a cabeça própria", isto é, não copiar e importar modelos, mas sim construir o "socialismo com características chinesas".
- (4) A idéia de construção de uma "sociedade socialista harmoniosa" aparece mais recentemente, já sob a liderança de Hu Jintao, e consiste em "resolver problemas não-harmoniosos" da sociedade, fazer com que "todos os lados da sociedade sejam harmônicos". Para os chineses, "historicamente, só o socialismo pode atingir a sociedade harmoniosa". Aqui, percebe-se mais um movimento de "achinezamento" do marxismo, tendo em vista que a idéia de "harmonia" é base da cultura tradicional da China.



# O socialismo no

# Vietnã: de 1945 até a atual renovação



NGUYEN VIET THAO

**Nguyen Viet Thao analisa, no presente artigo, a construção do socialismo em seu país em diferentes etapas. Desde os primórdios, quando o Vietnã era uma economia pré-capitalista e enfrentava a guerra, até a atualidade, quando ocorre o processo de renovação que visa a elevar a produção econômica e o bem-estar do povo**

A história do povo do Vietnã caracteriza-se por ser uma história de lutas contra agressores estrangeiros para defender sua independência nacional e sua liberdade. Do final do século XIX e início do XX a luta pela libertação nacional encontrava-se em prolongada crise, como se estivesse em um beco sem saída. Todas as estratégias e linhas políticas praticadas nas lutas encabeçadas por destacadas personagens da intelectualidade, do campesinato e da pequena burguesia vivenciaram amarga derrota. A nação ainda estava sob bárbaro jugo colonial e feudal.

Em 03 de fevereiro de 1930 surgia o Partido Comunista do Vietnã, sob a direção do líder Nguyen Ai Quoc (Ho Chi Minh), proporcionando à causa revolucionária o que lhe faltava: uma linha política correta, que determinava unir a libertação nacional e o socialismo num único objetivo da revolução conduzida pelo proletariado, e guiada pelo marxismo-leninismo. Quinze anos depois, em 19 de agosto de 1945, o proletariado e outras classes do povo vietnamita derrotaram o regime colonial-feudal. E, em 02 de setembro, seu líder Ho Chi Minh anuncia ao mundo o nascimento da República Democrática do Vietnã. A partir desse momento, os vietnamitas entregaram-se ao cumprimento de duas tarefas unidas



entre si: a de continuar a revolução democrático-popular e a de realizar a revolução socialista.

Até hoje transcorreram aproximadamente 62 anos de desenvolvimento do socialismo no Vietnã, dos quais nos primeiros 30 (1945-75) houve sucessivas guerras contra o colonialismo francês e o imperialismo norte-americano; por volta de 10 (1975-85) foi iniciada a edificação socialista em todo o território, tanto no norte quanto no sul, já reunificados na República Socialista do Vietnã; e o último período, 21 anos (de 1986 até hoje), é conhecido como de renovação. Vistos em seu conjunto nesses 62 anos podem ser destacadas algumas importantes particularidades do processo de desenvolvimento do socialismo no Vietnã.

A primeira delas se dá pela combinação da emancipação nacional com o aprimoramento do socialismo para conformação do objetivo estratégico resultante da revolução. Aqui, entre luta nacional e luta de classes; entre nação e proletariado; patriotismo e internacionalismo; independência nacional e socialismo etc sempre é demandada rigorosa dialética não apenas na teoria e no conhecimento, mas também na prática permanente e eficaz. Essa dialética foi esboçada por Marx e Engels no fundamental *Manifesto do Partido Comunista* desde 1848 e, em seguida, foi enfatizada por Lênin por meio de suas palavras e, principalmente, de sua práxis criadora. No entanto, nenhum dos nossos clássicos sabia como seria a combinação da emancipação nacional com o aprimoramento do socialismo num país oriental, asiático, com marcantes diferenças histórico-culturais, sócio-econômicas etc em relação aos países europeus. Todo o peso dessa tarefa recaiu sobre os ombros dos próprios comunistas vietnamitas, desafiando sua sabedoria e ação. Primeiro Ho Chi Minh, depois, por terem criado e dirigido o Partido, aqueles que sabem empunhar aquelas duas bandeiras nacional e classista numa revolução. Se amigos e companheiros de outros locais do planeta notam algo peculiar, diferente, e inclusive raro, no socialismo do Vietnã seria precisamente por essa conhecida, e ao mesmo tempo nova, particularidade do socialismo no país.

A segunda particularidade vietnamita implica em sua transição para o socialismo, não a partir de um capitalismo de alto nível, como Marx e Engels haviam pressuposto; nem tampouco um capitalismo pela metade, como teve Lênin na época da Revolução de Outubro; mas uma sociedade tipicamente pré-capitalista. Nesse ponto de partida ficavam patentes a produção agrícola atrasada, a mentalidade

camponesa, a baixíssima produtividade, a pobreza, o subdesenvolvimento constrangido, a debilidade das instituições sócio-políticas etc. Diante dessas condições, os comunistas vietnamitas devem definir o que significa transição ao socialismo sem passar pelo capitalismo? Seriam impossíveis, por isso, a transição direta em curto prazo, a eliminação imediata de todos os setores econômicos capitalistas, a liquidação da produção mercantil, da economia de mercado e da exploração do trabalho etc. Nem mesmo se poderia sonhar com o estabelecimento subsequente de um sistema político propriamente socialista, nem contar de hoje para amanhã com uma estrutura sócio-classista intrínseca ao socialismo.

A terceira particularidade do socialismo no Vietnã se dá no fato de sua construção ter se reajustado forçosamente durante todo tempo ao estado de guerra. As leis e os princípios do desenvolvimento do socialismo não tiveram aqui ambiente oportuno para se manifestarem, e nem mesmo um caminho pertinente para proporcionar uma proveitosa realidade. Em muitos casos exigia-se uma interpretação desses princípios e leis em favor da lógica de uma sociedade em plena guerra. Dezenas de anos em guerra deixaram marcas profundas no povo vietnamita e também imprimiram nítidas irregularidades em seu socialismo.

Como materialista dialético, o Partido Comunista do Vietnã está sempre atento para garantir que as leis gerais do socialismo sejam cumpridas mediante – e pelas – suas particularidades. Isso repercute de maneira evidente em todas as linhas políticas de construção do socialismo no país do célebre Ho Chi Minh. Graças a ele, do fim da resistência contra os franceses (1954) até 1975 – denominada etapa de construção do socialismo em tempos de guerra – o povo vietnamita obteve importantes conquistas econômico-sociais.

No campo econômico, o crescimento médio anual chegou a 6,1%; a produção industrial aumentou aproximadamente 150%, com destaque para a produção energética, a extração de carvão, as indústrias metalúrgica, mecânica, química, a produção de materiais de construção; a agricultura foi suficiente para as necessidades básicas do povo. Além disso, as forças produtivas conseguiram modestos – mas realmente sem precedentes – avanços. As relações de produção socialistas começaram a se instaurar, dando novo caráter à economia do país. O comércio interno, e externo, alcançou desenvolvimento a cada dia mais abrangente.

No âmbito social houve um progresso transcen-



dental. Em 1960 foi totalmente erradicado o analfabetismo, antes acima de 95% da população. Foram desenvolvidos a educação, a assistência médica e o aproveitamento do esporte gratuito a todo o povo. Escolas de nível básico, secundário e pré-universitário foram construídas nas áreas mais afastadas do Vietnã do Norte; dezenas de universidades criadas com todas as principais especialidades da ciência e tecnologia. Não havia desemprego, drogas, prostituição. A igualdade social, a igualdade entre homem e mulher, a democracia socialista, o espírito coletivo, o patriotismo, o amor ao trabalho, a entrega total à causa revolucionária, o internacionalismo proletário etc tornaram-se valores comuns e cotidianos. Tais valores – em que encontram-se ligadas a tradição milenar do povo heróico e a consciência socialista – foram os fatores, entre outros, que deram ao Vietnã imbatível força frente a todos os obstáculos e agressores.

Em abril de 1975, o Vietnã conquistou a vitória final na guerra de mais de duas décadas contra o imperialismo norte-americano. A independência nacional e a reunificação do país – objetivos não negociáveis – tornaram-se realidade, satisfazendo o desejo profundo do povo guerreiro liderado pelo inesquecível Ho Chi Minh e seu glorioso Partido Comunista.

A partir desse momento, a construção do socialismo no Vietnã iniciou novas condições (de paz) e de valor (tanto no Norte quanto no Sul). Aos vietnamitas foram apresentadas muitas oportunidades, e também enormes dificuldades. Estas, de caráter objetivo, articularam-se a erros, de caráter subjetivo, impelindo o país a uma severa crise econômico-social.

O Vietnã havia passado longo tempo desenvolvendo-se por um modelo sócio-econômico de marcado caráter burocrático e planejado administrativamente. Embora tivesse resultado inevitável, nas condições de guerra, e obtido indiscutíveis avanços, esse modelo tomou-se ineficaz e inadequado cada

Em 02 de setembro Ho Chi Minh anuncia ao mundo o nascimento da República Democrática do Vietnã. A partir desse momento, os vietnamitas entregaram-se ao cumprimento de duas tarefas unidas entre si: a de continuar a revolução democrático-popular e a de realizar a revolução socialista

vez mais. A economia nacional caiu em crise assinalada por uma tremenda recessão e um grande desequilíbrio. Os recursos material e humano não haviam sido suficientemente explorados. As iniciativas do povo não tiveram oportunidade para materializar-se. A vida social vivenciava graves problemas, entre os quais: débil prática de democracia, desemprego, pobreza etc. O partido no poder, o governo e o povo do Vietnã enfrentavam o histórico desafio de renovar para sair da crise ou permanecer definitivamente

no atraso. Escolheram o caminho da renovação em dezembro de 1986, cuja essência assentava-se na liberação de todos os recursos em potencial para o desenvolvimento.

Quando estava sendo desenvolvido o processo de renovação vietnamita houve muitos acontecimentos – todos grandes, complexos e importantes – configurando um contexto histórico peculiar. Eles deixaram marcas e influências na teoria e na práxis de renovação em nosso país – dos quais assinalamos:

Primeiro, o gradual – porém integral – processo de reformas e aberturas da China desde 1978 cujo

conteúdo abrangia a aplicação do modelo da economia de mercado, da reestruturação de dinâmicas de desenvolvimento, da democratização da sociedade, da abertura ao mundo etc. Os exitosos resultados conquistados pela China foram uma valiosa fonte de inspiração e de experiência para o empreendimento e transcurso da renovação no Vietnã, pois ambos países possuíam semelhantes condições sócio-econômicas e idiosincrasias culturais.

Segundo, o revertério da perestroika na União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS), que a levou a desintegração e caótica situação de conflitos, instabilidade e enfraquecimento, representou uma amarga experiência e negativa lição. Os soviéticos cometeram graves e imperdoáveis erros ao negar o passado revolucionário de sua pátria e ao praticar cegamente a terapia de “choque” para naufragar na brutal economia de mercado das máfias. Além disso, outro erro da URSS foi ter seguido inadequada or



dem em relação às reformas políticas e econômicas. A dialética entre infra-estrutura e superestrutura, e entre economia e política, foi mortalmente subestimada. A isso tiveram de pagar um preço demasiadamente caro, mas inevitável.

Terceiro, os recém-industrializados países asiáticos – os tigres da Ásia – planejaram novos métodos e eficazes soluções em aspectos do desenvolvimento das sociedades agrícolas orientais. Em suas estratégias há algo de comum: a ênfase nos recursos internos como fator determinante, a prática do modelo de economia de mercado em conformidade à cultura oriental, abertura do país, a produção para a exportação e esforço para atrair investimentos estrangeiros.

Quarto, o surgimento e a consolidação de tendência a cooperação e desenvolvimento na sociedade internacional, após o fim da guerra fria, obrigou, e favoreceu, todos os países a reajustarem sua estratégia, ressaltando a obtenção de paz, soberania nacional e desenvolvimento. O Vietnã – saído de uma longa guerra – ficou atento àquela nova e positiva tendência, aproveitando-a exitosamente para o bem do povo.

Esses quatro acontecimentos mencionados esboçam o contexto histórico que influenciou o Vietnã em ambas direções. Por um lado, exigia-se uma radical mudança na concepção e na estratégia de desenvolvimento, levando em consideração o crescimento econômico como pré-requisito e condição básica. Por outro, criaram-se as oportunas condições para garantir essa urgente mudança.

Em 1986, aquele ano de arranque, o Vietnã iniciou o processo de renovação em cinco aspectos: de pensamento; da estrutura e gestão econômica; de sistema político; da política social; e da política externa.

Em relação à renovação de pensamento, fez-se profunda crítica ao subjetivismo que, durante longo tempo, desprezou as leis objetivas e as condições concretas. Ao mesmo tempo, afirmaram-se o compromisso e o respeito às exigências da realidade e da lógica de desenvolvimento da sociedade.

Com a renovação da estrutura e gestão econômica foi reconhecida a existência de múltiplas formas de propriedade e de múltiplos componentes

econômicos. Declarou-se a necessidade de aplicação do modelo da economia de mercado com gestão estatal socialista.

Na política social, o homem foi colocado como ponto de partida e de chegada para atingir todas as ações sócio-econômicas da sociedade; aquela política social idealista não baseada nas condições econômicas reais foi abandonada; e foi exigido combinar organicamente o crescimento econômico com igualdade e progresso social.

Para renovar o sistema político foi enfatizada a necessidade de redefinição do papel dirigente do partido governante distinguindo-o do papel de Estado; de estabelecimento de novo conteúdo e método da ação dirigente do partido; de estabelecimento do Estado de direito socialista do povo, pelo povo e para o povo.

No âmbito da política externa, a renovação foi bastante expressiva. Trata-se da política de paz, independência, solidariedade, amizade, cooperação e desenvolvimento. Tudo isso como resultado do longo e conseqüente processo de aplicação da nova política

externa – denominada política de ampliação e multiplicação das relações internacionais – sob o lema dirigente de o Vietnã estar disposto a ser amigo e sócio confiável de todos os países dedicados à luta por paz, cooperação e desenvolvimento.

Graças à correta política do Estado, e aos grandiosos esforços do povo, o trabalho de renovação atingiu positivos e importantes resultados de 1986 até hoje.

O primeiro êxito foi ter mantido sua estabilidade político-social. Como se sabe, no pós-guerra fria o mundo atual caracterizou-se por uma constante convulsão e instabilidade. Na região Ásia-Pacífico em geral, e no Sudeste asiático em particular, ocorreram conflitos e explosões político-sociais em muitos países – como China, Camboja, Indonésia, Filipinas etc – vizinhos ao Vietnã. Inserido num contexto regional e internacional extremamente sensível, o nosso governo e nosso povo são conscientes de que se não conseguirem conservar a estabilidade político-social seria impossível realizar qualquer reforma, nem fazer o país dar um passo adiante. Por isso, as políticas econômica, social e

Dezenas de anos em guerra deixaram marcas profundas no povo vietnamita e também imprimiram nítidas irregularidades em seu socialismo



cultural voltaram-se para reduzir e enfraquecer possíveis tensões e conflitos étnico-religiosos nacionais. No Vietnã não existem confrontos religiosos, choques étnicos, guerra separatista, nem golpe de Estado, crise governamental, caos constitucional etc. Durante muitos anos, as organizações internacionais reconheceram o Vietnã como um dos mercados mais estáveis da região Ásia-Pacífico. Atualmente, para nós a estabilidade político-social é condição primordial para o crescimento econômico e o desenvolvimento.

O êxito econômico foi elogiável. Ao iniciarmos a renovação em 1986, o país encontrava-se em profunda crise sócio-econômica e em 1991 sofremos uma grave perda com a desintegração da URSS, mas dela ainda pudemos sair exitosamente anos depois. Houve queda da inflação que saiu da casa de mais de 700% em 1986, para 12% em 1995, e atualmente mantém-se em aproximadamente 5%. O ritmo de crescimento econômico médio anual foi de 7,2% de 1986 até hoje. Com tal ritmo – após cada 10 anos – o PIB duplicou-se. O volume da produção foi tal a ponto de garantir o consumo nacional e exportar milhões de toneladas de arroz anualmente, dando ao Vietnã o segundo lugar entre os países exportadores de arroz do mundo. O valor total da exportação durante quase duas décadas recentes subiu mais de 20% por ano e, em 2006, chegou a US\$ 40 bilhões, ajudando a diminuir o excesso de importação a aproximadamente US\$ 1 bilhão hoje, em comparação aos mais de 2,5 bilhões de anteriormente. Houve considerável melhora no balanço antecipado e um razoável volume de divisas com reserva. O montante de inversão total chegou a 28% do PIB em 2002 e 30% atualmente. O país atraiu mais de US\$ 75 bilhões de inversão estrangeira direta (FDI) e aproximadamente US\$ 30 bilhões de assistência oficial para o desenvolvimento (ODA). A estrutura econômica nacional prosperou na industrialização e na modernização. Graças a isso, a porcentagem da produção agrícola no PIB diminuiu de 45%, em 1986, para 25% hoje. Já a produção industrial aumentou ao ritmo médio anual de 13,5%, chegando atualmente a 40%. O cálculo econômico e demais princípios de gestão da

Os êxitos alcançados ao longo de aproximadamente 20 anos de renovação deram ao Vietnã recente ascensão e força para iniciar um período de desenvolvimento mais elevado que o anterior

economia de mercado com o papel administrador do Estado socialista modificaram basicamente a dinâmica de distribuição e o uso dos recursos para o desenvolvimento.

Do ponto de vista social, o processo de renovação foi um real benefício para todos. Embora consideremos a obtenção de rápido crescimento econômico como tarefa central para as próximas décadas não abandonamos o objetivo de construção de uma sociedade igualitária, íntegra, democrática e humana. Visando a tal objetivo o governo manifestou-se com firmeza para aproveitar de modo eficaz cada êxito econômico para melhorar a vida material e cultural do povo trabalhador. Não privilegiamos o econômico em detrimento do social, nem preterimos a

tarefa de resolver os problemas sociais apenas quando houver suficientes meios econômicos. Desde o início, e constantemente, combinamos o desenvolvimento econômico com o desenvolvimento social. De 1986 até hoje o PIB per capita triplica mensalmente: de US\$ 200 passa a US\$ 640. Há vinte anos mais de 50% da população do país estavam em situação de miséria. Atualmente esse índice

está abaixo de 15%, de um total de 86 milhões de habitantes. A cada ano o governo destina cerca de 40% do orçamento para educação e saúde pública. O Vietnã tem sido elogiado pela Organização das Nações Unidas (ONU) por sua profícua política de luta contra a pobreza nos últimos anos. O índice de desenvolvimento humano (HDI) do país aumentou consideravelmente: em 1992 estava no 121º lugar e, 2006, no 105º, dentre os 175 países classificados. De sua população total 92% têm acesso à eletricidade, 80% à água potável, e seu nível de escolaridade chega ao sexto grau.

No campo das relações internacionais, o Vietnã de hoje encontra-se visivelmente renovado. Mediante negociações políticas ele conseguiu acabar com a hostilidade e o embargo por que foi perseguido durante muito tempo. Sua relação com a China foi normalizada em 1993, e em 1995 nosso país filiou-se à Associação das Nações do Sudeste Asiático (Asean), estabeleceu relações diplomáticas com os EUA e estabeleceu Protocolo de Cooperação com a União Europeia (UE). Atualmente, o Vietnã possui



relacionamento diplomático pleno com 171 países; mantém relações comerciais com quase todos os países; relaciona-se com mais de 40 organizações internacionais e por volta de 600 Ong's do mundo todo. Entrou para a Apec em 1998 e a Organização Mundial de Comércio (OMC) em 2006. Recentemente, o Vietnã foi escolhido como membro não-permanente do Conselho de Segurança da ONU para 2008-09. Enquanto membro e integrante da sociedade internacional, nosso país vem agindo para participar da integração econômica internacional que, atualmente, bate à porta de todos.

Em resumo, os êxitos alcançados ao longo de aproximadamente 20 anos de renovação deram ao Vietnã recente ascensão e força para iniciar um período de desenvolvimento mais elevado que o anterior. Do ponto de vista das exigências do desenvolvimento moderno, o ponto mais significativo em seu processo de renovação assenta-se na busca e na prática de um caminho correto para avançar nas novas condições complexas desta época. Esse caminho continuará a ser aberto até 2020 – ano marco – quando o país do sudeste-asiático deverá ter cumprido os objetivos da industrialização e ser uma das nações denominadas tigres.

Nos últimos 20 anos houve grandes dificuldades e desafios para o governo e o povo do Vietnã. Ao mesmo tempo, significaram também momento oportuno para nosso país reafirmar sua independência e criatividade. Com base nos êxitos e deficiências acumulados ao longo do processo de renovação, delineamos as seguintes experiências e lições:

Primeira: mantendo firmes os objetivos programáticos da nação – a independência nacional e o socialismo – a renovação pôde seguir adiante sem riscos de desorientação. Renovar não significa negar os feitos anteriores, mas continuar a fazê-los melhor. As gerações vietnamitas anteriores derramaram sangue pela emancipação do país e para iniciá-lo na via do socialismo. Fizeram-no com métodos próprios à sua época e, hoje, continuamos a executar essa tarefa com métodos atuais. A questão não é modificar os objetivos, mas sim realizá-los de maneira mais adequada a essas novas condições. Ao observar o mundo, percebemos que todos os países que se atreveram a atirar pedras em seu passado foram dizimados com artilharia pesada no futuro. Esta lição possui sentido amplo, tanto ético quanto prático.

Segunda: a renovação deve ser integral, sistemática e radical, mas demanda passos dialéticos e métodos adequados. Isto refere-se, essencialmente,

à arte de realizar o trabalho de renovação. Isto repercute na combinação dos diferentes tipos de interesses (imediatos e amplos, materiais e ideológicos, individuais e coletivos etc) durante a determinação e o cumprimento das políticas em vários ramos. Privilegiar a renovação em qualquer setor seria renovar pela metade; renovar indistintamente todas as coisas ao mesmo tempo seria risível infantilismo político. Começar a renovar esquadrinhando antes a política, como demonstrou a URSS, levaria o país a desordem, crise e desintegração. O Vietnã adotou o seu método renovando gradualmente primeiro a economia e, depois – com cautela – a política. A certeza do método garantiu à nação de Ho Chi Minh um caminho seguro em direção ao desenvolvimento com estabilidade.

Terceira: a economia de mercado com orientação socialista torna-se necessária e possível para o desenvolvimento do Vietnã. Como se sabe, o nosso país passou muito tempo nos limites da economia burocrática e administrativamente planejada. A economia de mercado, pela mentalidade vietnamita daquela época, era vista como algo próprio do capitalismo. Hoje, a consideramos como um nível de desenvolvimento econômico da humanidade e, além disso, como um passo inevitável do processo ao socialismo no Vietnã.

Na realidade, graças à aplicação do mecanismo de gestão da economia de mercado, as potencialidades econômico-produtivas do país foram liberadas e postas em ação; as iniciativas criadoras do povo trabalhador foram estimuladas e a democracia realmente praticada num plano decisivo, que é o econômico. Os impressionantes êxitos econômicos mencionados acima são testemunho do positivo significado da economia de mercado em nosso país.

Apesar disso, a mesma realidade nacional e mundial sugere outra questão. A economia de mercado foi bem identificada como principal agente da polarização cada vez maior entre ricos e pobres; ativo provocador da comercialização das relações humanas, da cultura, da educação; perigosa fonte da proliferação dos delitos sociais e outros males. Para limitar, e evitar, essas calamidades o governo vietnamita escolheu um modelo de economia de mercado com orientação socialista. Ele implica a garantia do poder supremo do povo trabalhador na propriedade sobre os meios de produção fundamentais; a reafirmação da gestão estatal sobre a economia; a manutenção do papel diretor do setor estatal na economia nacional de multicomponentes, o uso de instrumentos macroeconômicos, en-



tre os quais o planejamento econômico nacional; a prática da política de desenvolvimento sustentável, sadio e duradouro; a dedicação aos problemas sociais, à igualdade e ao progresso social; a erradicação da fome e a luta contra a miséria; a defesa da idiosincrasia nacional; a consolidação das conquistas revolucionárias etc.

Quarta: a grande unidade nacional é a força-motriz que promove e impulsiona o desenvolvimento da nação. O Vietnã possui 54 nacionalidades, cuja tradição comum é se tornarem um bloco único, inquebrantável frente a qualquer tipo de invasores estrangeiros. Nos anos de renovação, um dos êxitos do governo vietnamita foi ter revitalizado essa unidade nacional tradicional por meio de apropriadas políticas econômica, social e cultural. Graças a isso, consolidam-se a coesão e o consenso nacional diante da exigência de muitas tarefas importantes. As diferenças de classe, ideologia, crença religiosa, de cultura em geral dão lugar ao objetivo comum: construir um Vietnã de prosperidade, democracia, igualdade social e civilização.

Quinta: é necessário ampliar a cooperação internacional e aproveitar por vezes os recursos internos e externos; a força da nação e a força da época. Como sempre, nosso governo concebe o país como parte orgânica do mundo atual. A existência e o desenvolvimento do Vietnã dependem em muito da existência e do desenvolvimento de outras nações. A lógica de inter-relação, interação e interdependência na atual sociedade internacional não permitiria a nenhuma delas avançar solitariamente. Temos nos dedicado a perceber a tempo as novas tendências internacionais para nos incorporarmos a elas e integrarmos o mundo, com nosso talhe.

Sexta: cuidamos constantemente para que a estratégia e a política do partido governante sejam sempre justas e corretas. A fecunda história da revolução vietnamita ao longo dos cerca de 80 anos recentes (de 1930 até hoje) confirma que o papel dirigente do partido é o fator primordial e decisivo das gloriosas vitórias alcançadas. O nosso partido é o arquiteto, organizador, realizador e dirigente do traba-

lho de renovação. A ele se apresentam muitas novas proações, entre as quais destacamos a de adequar sua estratégia para continuar a impulsionar o país a andar no presente e no futuro. O povo do Vietnã habitua-se a ver seu partido dirigente como uma garantia de um melhor porvir.

O processo de renovação foi uma ação de busca revolucionária para o desenvolvimento de nosso país. Tal empenho foi desenvolvido desde 1986. Com base em tudo o que foi feito durante aproximada-

mente 20 anos de renovação – em todos os aspectos econômico, político, social, cultural e diplomático – até hoje o Vietnã encontra-se em plenas condições para asseverar a necessidade e a certeza daquele processo renovador que inseriu o país sudeste-asiático nas tendências de desenvolvimento da época.

O processo de renovação produziu profundas mudanças e transformações na sociedade vietnamita. O país saiu de uma crise sócio-econômica; sobreviveu à grave situação

que surgiu com a desintegração da URSS; encontrou um novo caminho confiante de desenvolvimento; manteve sua estabilidade político-social; alcançou alto crescimento econômico; ampliou e diversificou suas relações internacionais; resolveu muitos problemas sociais herdados da guerra; fortaleceu a coesão e a unidade nacional etc. Em resumo, o poderio integral do país multiplicou-se em comparação às décadas anteriores. Portanto, o Vietnã apresenta-se perante o mundo não apenas como um povo veterano no combate por sua libertação nacional, mas também como um povo dinâmico e ativo em seu desenvolvimento. Apesar de ainda não termos alto nível de desenvolvimento, os modestos – mas importantes – êxitos alcançados durante os anos de renovação nos asseguram que seguimos num caminho correto e devemos continuar a fazê-lo cada vez melhor.

Em 1986, aquele ano de arranque, o Vietnã iniciou o processo de renovação em cinco aspectos: de pensamento; da estrutura e gestão econômica; de sistema político; da política social; e da política externa

*Nguyen Viet Thao é professor Doutor e Editor da Revista Political Theory Magazine da Academia Nacional de Política e Administração de Ho Chi Minh. Traduzido por Maria Lucília Ruy.*



# Política Social e Desenvolvimento em Cuba

(2000-2006)

DR. JOSÉ LUIS RODRÍGUEZ GARCÍA

**U**ma das questões que ao longo dos anos vem se constituindo objeto de singulares debates é a correlação entre os aspectos econômicos e sociais do desenvolvimento.

Apesar de parecerem já superadas as concepções que privilegiavam unicamente o crescimento econômico como sinônimo de desenvolvimento e que hoje geralmente seja aceita a existência de um componente social indispensável para que se possa falar de desenvolvimento, ambos os aspectos continuam a ser tratados como elementos contrapostos, especialmente no caso dos países subdesenvolvidos. Ou, quando muito, a atenção aos temas sociais é concebida como um elemento compensatório das desigualdades gerador do modelo econômico neoliberal.

No caso de Cuba, a evolução registrada nos últimos 47 anos mostra que, em seu modelo socialista, os avanços sociais estiveram presentes de forma privilegiada, unidos a um crescimento econômico discreto – porém sustentável –, oferecendo o apoio indispensável ao processo de desenvolvimento.

Conformou-se assim um sistema de relações sociais que tem demonstrado como é possível primeiro preservar e, depois, superar as conquistas alcançadas no âmbito social, inclusive em condições de retrocesso econômico, tal como as enfrentadas durante os anos 90 do século passado.

Tais resultados se apóiam na concepção da satisfação das necessidades básicas dos cidadãos como um direito garantido na Constituição do país, ao

**Na década de 1990 Cuba enfrentou anos difíceis devido aos impactos do fim da União Soviética e do endurecimento do bloqueio. Todavia, desde 2000 o país empreende um desenvolvimento significativo, no qual combina crescimento econômico com avanços sociais**

mesmo tempo em que se desenvolvem valores humanos superiores na sociedade.

Como se afirmou: *“O conceito de desenvolvimento social sobre o qual se apóia a política social cubana significa avançar de maneira simultânea na melhoria das condições de vida e de bem-estar material, na equidade e na transformação dos valores, nos comportamentos e nas relações sociais”<sup>(1)</sup>.*

## O avanço social da Revolução cubana (1959-1999)

Durante os primeiros 30 anos de Revolução, os significativos avanços sociais alcançados por Cuba levaram à erradicação da pobreza no país, atingindo indicadores bastante notáveis em seu desenvolvimento, especialmente nas esferas da educação, saúde pública e emprego<sup>(2)</sup>. Não obstante, essa positiva evolução foi abalada na última década do século passado. A partir de 1990, Cuba teve de enfrentar a mais profunda crise econômica de sua história. A perda abrupta e sem compensações das relações comerciais e financeiras mantidas durante 30 anos com os antigos países socialistas europeus e com a URSS, assim como o endurecimento do bloqueio econômico con-



tra Cuba por parte dos Estados Unidos, obrigaram-na a adotar um programa econômico de emergência para enfrentar o que em Cuba é denominado como período especial.

Esse programa foi colocado em prática em 1990, apoiado numa estratégia cujos objetivos fundamentais eram resistir e superar os efeitos da crise ao menor custo social possível, mantendo e aperfeiçoando o modelo socialista, enquanto se criavam as condições para a reinserção da economia cubana na economia mundial, contando com o consenso político indispensável para tanto.

O impacto da crise foi, sem dúvida, brutal. O PIB caiu 35% entre 1989 e 1993. O déficit fiscal se elevou a 33% do PIB em 1993 e as importações a preços correntes reduzidas em 75% em quatro anos<sup>(3)</sup>. Para enfrentar essas difíceis circunstâncias teve início um processo de mudanças no modelo econômico que – sem renunciar a sua essência socialista –, abriria um maior espaço aos mecanismos de mercado para reativar

a produção e os serviços, num processo não isento de notáveis complexidades, mas que conseguiu não retroceder nas conquistas sociais básicas alcançadas.

A crise provocou uma redução no saldo dos recursos disponíveis, produto das exportações de bens e serviços realizados pelo país, afetando os níveis de consumo e de investimento na economia, a partir de um descenso muito forte no PIB. Porém, os efeitos sobre o investimento, mas principalmente sobre o consumo, têm em Cuba limites social e politicamente infranqueáveis, razão por que se tratava de obter recursos mínimos indispensáveis para cobrir essa brecha por diferentes vias.

A forma de alcançar esse objetivo constitui também um traço singular da economia cubana nesta década. Não foram logrados esses recursos mediante a abertura da economia para as forças do mercado, nem mediante um processo de privatização da propriedade estatal, nem cerceando os próprios gastos sociais do orçamento público. Nessas condições, o processo de recuperação teve início com a luta por

garantir o acesso ao máximo possível de recursos para assegurar a sobrevivência, mantendo níveis mínimos de consumo e orientando o investimento para setores que asseguravam elevados níveis de recuperação em curto prazo.

Como consequência das medidas adotadas, a economia freou sua queda em 1994 e manteve um crescimento que se sustenta desde 1995, apresentando uma taxa média anual de 4,8% entre 1995 e 2000, e de 7,1% entre 2000 e 2005, a preços constantes de 1997<sup>(4)</sup>. Junto com a recuperação econômica produz-se uma significativa melhoria nos indicadores sociais mais importantes, que tinham sido afetados pela crise até meados da década passada<sup>(5)</sup>. De tal forma, entre 1995 e 1999:

• O salário médio cresce de 194 pesos mensais para 222; a posse de divisas em mãos da população passa de 44% para 62%; enquanto o índice de desemprego baixa de 8,3% para 6,3%.

• A média de habitantes por médico se reduz de 193 para 172; a taxa de mortalidade infantil em menores de

um ano baixa de 9,4 para 6,5, e o gasto do orçamento na saúde pública, em relação ao PIB, se eleva de 5,1% para 5,9% entre 1996 e 1999.

• O nível de escolarização de crianças de 0 a 5 anos aumenta de 89,5% para 98,5%; de 6 a 14 anos de 97,5% a 98,2%. Por outro lado, o nível médio de escolaridade da população passa de 8 para 9 graus (anos) de ensino e o percentual do orçamento para a educação, em relação ao PIB, aumenta de 6,1% para 7,0% entre 1996 e 1999.

• Por último, o consumo de macronutrientes cresce 18,5% em termos energéticos e 23,8% em termos protéicos.

### As transformações na política social (2000-2006)

A partir de 2000 verifica-se em Cuba um desenvolvimento social ascendente, com a introdução de novos conceitos que permitiram alcançar resultados superiores em muito pouco tempo.



Milhares de cubanos celebram o 1º de maio na Praça da Revolução, em 2003

Jorge Rey/Getty Images News



Levando em conta que o objetivo essencial do processo de desenvolvimento no país tem sido a mais completa realização do ser humano – mediante a satisfação das necessidades materiais e espirituais da população –, junto com o desenvolvimento de elevados valores morais, como premissas de uma sociedade melhor, foram adotadas decisões no último quinquênio baseadas na possibilidade de aperfeiçoar a política social aplicada.

Esse novo enfoque tem se sustentado em procurar atingir o máximo de resultados com o mínimo de recursos, em conseguir um efeito concreto e direto na população em curto prazo, enquanto se dá renovada vigência aos princípios da solidariedade social e são criadas as bases estratégicas para assegurar o desenvolvimento mediante a criação do capital humano indispensável que requer a economia baseada no conhecimento. Tudo isso com um alto nível de participação de todos os cidadãos, diretamente ou por meio de organizações sociais<sup>(6)</sup>. Sob tais premissas, durante os últimos seis anos a política social concentra sua atenção em temas estratégicos para o desenvolvimento do país, tanto na ordem social como econômica.

A política aplicada para se chegar a um elevado desenvolvimento parte da consideração de que em uma sociedade equitativa e solidária ninguém fica excluído. Todos os seus membros são capazes de desempenhar um trabalho socialmente útil, de forma a ser possível alcançar o pleno emprego, razão pela qual devem realizar-se todos os esforços para conseguir a qualificação necessária da população com vistas a assegurar seu melhor desempenho social. Nesse contexto se concebe o estudo como emprego remunerado para reciclar os membros da sociedade temporariamente sem trabalho, especialmente os da população mais jovem<sup>(7)</sup>. Nesse sentido, nas decisões adotadas, joga um papel fundamental a política aplicada na educação, dirigida a oferecer os conhecimentos que sirvam de premissa para o mais alto desfrute da existência do ser humano, ao mesmo tempo em que concebe a cultura geral e integral como indispensáveis para se ter acesso à economia do conhecimento e para propiciar as mudanças estruturais necessárias para o futuro desenvolvimento econômico do país.

Um requisito básico para o desfrute de uma existência socialmente enriquecida pela educação é constituído por uma vida saudável, com vistas ao que se aplica a política apropriada com o fim de lograr um sistema de saúde pública em níveis de excelência, assim como a garantia da prática massiva do esporte. Tudo isso deve se complementar com assis-

tência e seguridade social personalizadas para caracterizar e atender prioritariamente os grupos sociais de maior risco.

### O impacto da política social na qualidade de vida da população <sup>(8)</sup>

As decisões de política social adotadas têm permitido – ainda no contexto de uma lentidão nos ritmos de crescimento econômico a partir do ano de 2000 – à sociedade cubana registrar notáveis avanços em seu desenvolvimento social, o que se expressa sinteticamente no seguinte:

#### • Emprego, investimentos e seguridade social

O emprego se expande nos últimos cinco anos, fazendo com que descenda a taxa de desemprego de 6,3% em 1999 para 1,9% em 2005.

Nesse sentido tem-se prestado especial atenção aos jovens desvinculados do estudo e do trabalho com a organização de Cursos de Superación Integral, onde, em 2005, 129.038 jovens receberam qualificação, elevando sua auto-estima. Esse programa tem tido grande impacto nos próprios jovens, na família e na comunidade, materializando o conceito de estudar como emprego.

Os salários médios crescem em 48,6%, enquanto o índice de preços ao consumidor cresce somente 7,3% entre 2000 e 2005.

Por outro lado, os gastos sociais básicos, financiados pelo orçamento (Educação, Saúde e Seguridade Social) duplicam entre 1999 e 2005, aumentando sua proporção em relação ao PIB de 18,2% para 28,7%.

Também tem se produzido uma transformação significativa no atendimento aos grupos sociais mais vulneráveis, com a aplicação massiva de uma assistência social personalizada através de brigadas de estudantes e da incorporação de 28.459 novos trabalhadores sociais formados em cursos intensivos planejados com esses fins. Tal esforço tem permitido a criação de condições de acesso à equidade e à justiça social de forma concreta, com um tratamento individualizado e dando especial atenção às crianças e aos jovens com dificuldades.

Nessa etapa foram aperfeiçoados os programas para o atendimento do adulto idoso e das pessoas com algum tipo de incapacidade, efetuando-se neste último caso um estudo que permitiu conhecer a situação pessoal de 366.864 deficientes<sup>(9)</sup>.

#### • Educação geral e superior

Durante este período teve início o que se pode qualificar como uma revolução educacional no país.

Para levar adiante essa transformação foi adota-



da uma série de decisões, entre as quais cabe destacar as seguintes:

- Início da reforma de escolas e do processo de formação de professores emergentes, que permitam reduzir o índice de alunos por professor a 20 no ensino primário e a 15 no ensino secundário básico.

- Modificação do sistema de ensino secundário básico, com professores integrais capazes de dominar várias disciplinas e com um ensino mais personalizado, com 96% de alunos estudando em período integral, beneficiados com uma merenda escolar de alto valor nutricional.

- Incorporação ao ensino da utilização de meios audiovisuais, o que representa o uso de 101.459 televisores e 30.331 vídeos nas salas do primário e do secundário básico, com a eletrificação total das escolas, incluindo todas as rurais.

- A introdução desses meios veio acompanhada de mudanças na programação da TV, na qual foram inaugurados canais dedicados à educação. Concomitantemente, criou-se uma programação destinada a elevar o nível de cultura geral da população, por meio de uma série de cursos transmitidos no sistema Universidade para Todos. Hoje, mais de 62% de toda a programação televisiva cumprem objetivos educacionais.

- Simultaneamente, foram introduzidos a aprendizagem e o uso da computação em todos os níveis de ensino. Foram instalados 24 mil computadores e formados 12.958 professores especializados em informática, somente no ensino primário. Adicionalmente, funcionam em torno de 600 clubes de computação em todo o país, dedicados ao ensino, especialmente de jovens e crianças. Ao anterior deve-se somar a criação da Universidade de Ciências Informáticas, onde hoje estudam aproximadamente 8 mil alunos, além de 40 mil que se formam em cursos politécnicos, como técnicos médios em computação.

- Às transformações anteriores acrescenta-se a universalização do ensino universitário, com a matrícula de 510 mil estudantes, atendidos por 122 mil professores, apoiada com a abertura de turmas em um grupo importante de carreiras em nível de cada município do país, que contam com 3.150 sedes universitárias e com o desenvolvimento da educação à distância.

- Produto do trabalho desenvolvido durante mais de 45 anos e das decisões mais recentes, são apreciados avanços notáveis na qualidade da educação.

Assim, eleva-se a escolaridade média da população para 9,5 graus (anos) de ensino, sendo 59,8% com nível médio superior e 7,4% com graduação universitária terminados. Ao mesmo tempo, registra-se a taxa de analfabetismo de 0,2%.

- Quanto à qualidade do ensino primário, Cuba obteve os melhores resultados na região, de acordo com um estudo realizado pelo Laboratorio Latinoamericano de Evaluación de la Calidad de la Educación, coordenado pela Unesco<sup>(10)</sup>. Hoje as crianças aprendem 2,2 vezes mais em Matemática e 1,5 vezes mais em Espanhol do que há quatro anos.

#### • Cultura geral e integral

Junto com as transformações educacionais, a elevação do nível cultural da população também foi um traço definitivo da evolução social dos últimos três anos.

As ações promovidas nesse período mostram igualmente o início de profundas mudanças que podem resumir-se no seguinte:

- O desenvolvimento do ensino artístico recebe um forte impulso com a criação de 15 escolas de instrutores de arte – uma por província –, onde hoje estudam 15.707 alunos. Isto permitirá contar nos próximos anos com o pessoal necessário para

o ensino artístico em todo o sistema educacional e para a gestão cultural comunitária.

- Em todo o país, foram construídas sete novas escolas de artes plásticas, às quais se unem escolas de balé e de outras manifestações culturais.

- Prossegue a reforma de casas de cultura e teatros emblemáticos das diferentes províncias.

- Há 352 videoclubes juvenis e 1.918 salas rurais de TV em zonas intrincadas.

- Fortalece-se o trabalho editorial, com a publicação de milhares de livros a baixo custo, colocados ao alcance da população em bibliotecas e escolas, e mediante a venda de Bibliotecas Familiares. Ao mesmo tempo, se consolida como um acontecimento cultural em cada ano a Feira do Livro, que se celebrou em 2005 em 35 cidades do país, com mais de 9,5 milhões de participantes.

#### • Saúde Pública

A partir dos avanços já alcançados no fim da década passada, requer-se atingir um nível de excelência nos serviços de saúde para a população, mediante um desenvolvimento superior da promoção de saúde, da prevenção de enfermidades, assim como das ações de recuperação e reabilitação.





Entre as decisões mais significativas adotadas já desde 2000, encontram-se as seguintes:

- Desenvolvimento do Programa Nacional de Saúde e Qualidade de Vida, destinado a obter mudanças nas atividades e hábitos da população que reduzam os fatores de risco, para incidir na diminuição das principais enfermidades crônicas não transmissíveis e outras afecções, assim como para alcançar estilos de vida mais saudáveis.

- Trabalho de complementação da assistência médica à população, com mais de 71 mil médicos, um para cada 161 habitantes<sup>(11)</sup>, incrementando o nível de resolutividade do médico de família e dos centros policlínicos, para os quais se executa um programa de reparação e equipamento que permita elevar sua qualidade. Também foram habilitadas 118 salas de terapia intensiva em policlínicos onde não existem hospitais, cobrindo todos os municípios do país. Igualmente foram habilitadas 452 salas de reabilitação nos centros policlínicos, 24 novos serviços de hemodiálise e 88 óticas. Paralelamente serão investidos mais de US\$ 400 milhões em equipamentos de alta tecnologia em um programa de reabilitação de 61 hospitais hoje sendo modernizados.

- Avanço no programa de produção nacional de medicamentos, com vistas a alcançar em breve 100% de satisfação das necessidades da população, enquanto se concebem as farmácias como centros assistenciais, formando parte do sistema de saúde do país.

- A partir dos esforços realizados durante mais de 45 anos e dos passos dados mais recentemente, verificam-se avanços importantes nos indicadores de saúde.

- De tal forma, reduz-se a quantidade de habitantes por médico de 171, em 1999, para 161 em 2005; a taxa de mortalidade infantil em menores de um ano baixou de 6,5 por mil nascidos vivos para 6,2; a expectativa de vida ao nascer se elevou de 76,15 anos para 77,0; e o índice de infecção por Aids é um dos mais baixos do mundo.

- O alcançado por Cuba no âmbito do desenvolvimento social nos últimos três anos demonstra – apesar de um descenso nos ritmos de crescimento econômico – ser possível concentrar e designar os recursos para se obter importantes resultados a um baixo custo, desde que haja estrutura social e vontade política que o possibilite.

### O capital humano criado em Cuba e seu impacto no desenvolvimento <sup>(12)</sup>

A política social adotada por Cuba tem dado como resultado a criação de um significativo estoque

de capital humano que se manifesta nos elevados níveis de educação média da população, nos anos de expectativa de vida alcançados, nos níveis de cobertura da seguridade e assistência social obtidos, na cultura geral e integral de que usufrui a sua população e, especialmente, seu segmento mais jovem.

Se nos valem de indicadores técnico-científicos específicos, que expressem com maior nitidez o grau em que um capital humano se concentra como fator dinamizante do processo de desenvolvimento, os resultados são também relevantes.

Primeiro chama a atenção o fato de alguns indicadores não revelarem o potencial disponível em toda a sua magnitude, caso não se considere seu desempenho em uma sociedade com um elevado nível de socialização no emprego de seus recursos materiais e humanos.

Assim, os usuários de Internet são apenas 9 por mil habitantes, o gasto em investigação-desenvolvimento (I-D) é de 0,8% do PIB e existem 538 investigadores em I-D por milhão de habitantes.

Não obstante, o acesso à Internet se multiplica na mesma medida em que os computadores não são majoritariamente para uso exclusivamente pessoal, mas instalados e utilizados intensivamente por amplas camadas da população. Por outro lado, a concentração e centralização dos recursos permitem elevar significativamente seu impacto em investigadores que trabalham coordenadamente e não competem entre si <sup>(13)</sup>. Além do mais, a participação no processo de I-D não é privativa de cientistas profissionais, pois 155 de cada mil habitantes tomam parte em trabalhos científicos e de inovação tecnológica por meio de organizações sociais e eventos massivos<sup>(14)</sup>. Em geral, se reconhece no caso de Cuba um elevado índice de criação de capacidades em ciência e tecnologia (0,11), enquanto se registra uma elevada eficiência relativa do recurso econômico no desenvolvimento humano.

No caso de Cuba, o conceito de capital humano tem uma conotação econômica, mas também um elevado conteúdo social.

A respeito disso, assim assinalou o comandante-em-chefe Fidel Castro: “Capital humano implica não somente conhecimento, mas também consciência, ética, solidariedade, sentimentos, heroísmo e a capacidade de fazer muito com muito pouco”<sup>(15)</sup>. Não é casual, portanto, a expressão de maior significado do capital humano em Cuba estar associada aos serviços médicos de alta qualidade e ao desenvolvimento da biotecnologia no país.

Hoje existe um Pólo Científico de Biotecnologia formado por 15 centros de investigação e empresas



com mais de 2.400 cientistas e engenheiros, que produzem biofármacos, vacinas e medicamentos genéricos avançados, cuja exportação em 2005 duplicou os níveis do ano precedente e trabalha com empresas de mais de 40 países, incluindo empresas mistas na China e em outros Estados.

Tornam-se relevantes, entre suas produções, a vacina contra a hepatite B, a estreptoquinasa recombinante, a vacina antimeningocócica, além de vacinas contra o câncer, produzidas inclusive em associação com empresas norte-americanas como a Cancervax.

Por outro lado, a partir da modificação do ensino de computação, centros como a Universidad de Ciencias Informáticas produzem softwares de alto valor a ritmos acelerados.

No caso de Cuba, manifesta-se assim uma sólida tendência que vai dando origem a um novo setor de produção e serviços, baseado na investigação científica e no desenvolvimento de alta tecnologia.

### O impacto do desenvolvimento social cubano na colaboração internacional<sup>(16)</sup>

Um aspecto a destacar no desenvolvimento social cubano é seus frutos terem sido compartilhados ao longo de 47 anos com os povos de Ásia, África, América Latina, Caribe, e inclusive Oceania – na maioria dos casos, de forma gratuita.

De tal modo, entre 1963 e 2004, 223.280 cubanos desenvolveram relações de colaboração com povos do terceiro mundo em 155 países.

Em 2004 mais de 35.724 compatriotas realizavam atividades de cooperação em aproximadamente 109 países, dentre os quais, 23.896 eram trabalhadores da saúde, atuando em 70 nações diferentes.

Entre os projetos de maior significação, encontra-se o Programa Integral de Saúde, iniciado em 1998, que se desenvolve em 28 países da América Latina, Caribe, África e Ásia.

Também teve enorme repercussão o programa para atender afecções da vista, mediante o qual, começando pela Venezuela, foram operados em Cuba até o final de 2005, 172.316 pacientes de diferentes países da América Latina e Caribe, de forma gratuita, dando origem à Operación Milagro, que deve crescer este ano.

Igualmente, em 2005 foi criado o Destacamento Henry Reeve, integrado por milhares de médicos, técnicos e especialistas que têm como missão assistir a outros povos, em caso de graves desastres naturais ou epidemias.

Durante o ano passado, esse Departamento ofereceu ajuda gratuita à Guatemala, com mais de 600

médicos, durante três meses, em razão dos danos causados pelo furacão Stan; encontra-se dando apoio com mais de 2.300 médicos e outros técnicos ao povo do Paquistão, devastado por um terremoto; e ofereceu ajuda de mais de 1.500 profissionais para atender às vítimas do furacão Katrina, nos Estados Unidos – oferta humanitária rechaçada pelo insensível governo desse país.

Desempenhou também um relevante papel a formação de profissionais em Cuba, onde no ano passado estudavam gratuitamente 15.527 bolsistas de todas as regiões do mundo.

Merece especial destaque a formação de médicos na Escuela Latinoamericana de Medicina, criada em 1998, onde se formam 8.927 estudantes de 27 países, e que já efetuou a sua primeira graduação.

O programa de formação de pessoal médico para América Latina e Caribe amplia-se notavelmente durante o presente ano.

Outras esferas destacadas na colaboração oferecida gratuitamente durante 2005 foram o esporte, com 3.235 colaboradores em oito países da América Latina e África, assim como a educação, onde 513 colaboradores trabalham em 16 países, também da América Latina e África.

As possibilidades de ajuda atualmente oferecidas por Cuba a outros povos não têm paralelo no mundo de hoje e podemos afirmar – sem medo de equivocarnos – que somente nosso país dispõe de capital humano e sentido de solidariedade social indispensáveis para poder fazê-lo.

### A medição do impacto do desenvolvimento social cubano através do PIB

A medição do desenvolvimento social expresso através do PIB, mediante a contribuição dos serviços sociais básicos a esse desenvolvimento, apresenta importantes insuficiências, especialmente no caso de Cuba, onde esses serviços são oferecidos de forma gratuita, dentro e fora do país.

Os serviços sociais gratuitos apresentam duas características distintas: são bens não transacionáveis e não têm preço de mercado. Devido a isso a contribuição dos serviços sociais gratuitos ao PIB mede-se pelo valor agregado somente em termos do gasto e não pelo valor real do serviço prestado.

Há três críticas principais que podem ser feitas a este método:

- Ao não existir uma tarifa internacional reconhecida, o valor dos serviços não transacionáveis é determinado fundamentalmente pelo nível geral do



em cada país. Deste modo, um mesmo serviço será valorizado em um país rico em uma proporção várias vezes superior ao considerado para um país pobre.

- Os serviços públicos são subestimados em relação aos privados, já que em relação a estes últimos é considerada uma taxa de rentabilidade.

- Valorar pelo gasto é contrário à teoria moderna – sustentada em numerosos estudos – que aceita os gastos em educação e saúde incrementarem o capital humano e manterem um efeito sobre o crescimento econômico.

Adicionalmente, deve-se destacar que o sistema de Contas Nacionais das Nações Unidas está fortemente orientado para a contabilização de atividades de caráter mercantil. Assim, observa-se que quanto maior o grau de mercantilização de uma economia maior o valor contabilizado e vice-versa<sup>(17)</sup>.

De tal modo, pode-se afirmar que a metodologia atual para a medição dos serviços sociais tem importantes insuficiências que, no caso de Cuba, limitam sua utilização na medição da contribuição destas atividades para a economia e, em especial, em relação a sua contribuição ao desenvolvimento econômico, razão pela qual torna-se necessário elaborar uma metodologia que permita corrigir tais insuficiências<sup>(18)</sup>.

Não obstante, não se parte do zero nesse sentido, pois existem experiências sobre a aplicação de tari-

fas aos serviços públicos de saúde na Europa, assim como para o aluguel imputado à moradia, que permitem avançar na mesma direção em que Cuba tem trabalhado o valor agregado pelos serviços sociais para o cálculo do PIB nos últimos dois anos<sup>(19)</sup>.

Este trabalho se inscreve, além disso, no processo de aperfeiçoamento do Sistema de Contas Nacionais das Nações Unidas, conforme pôde ser apreciado recentemente<sup>(20)</sup>.

A vitalidade do modelo de desenvolvimento socialista cubano mostra como é possível obter um desenvolvimento social significativo, ao mesmo tempo em que se transforma a estrutura produtiva para sustentá-lo, ainda que em meio à hostilidade e ao bloqueio dos Estados Unidos contra Cuba, que tem custado mais de US\$ 81 bilhões e penalidades incalculáveis para o nosso povo.

O que foi alcançado cria as bases que garantem o avanço da nação cubana, mas também a oportunidade de oferecer uma contribuição significativa a outros povos, especialmente da América Latina e Caribe, com a convicção de que um mundo melhor é possível.

*Dr. José Luis Rodríguez García é Ministro de Economia e Planejamento e Vice-Presidente do Conselho de Ministros. Indicadores sociais selecionados (1959-2005). Traduzido por Eugênio Rezende de Carvalho.*

## Notas

- (1) ÁLVAREZ, E.; MATTAR, J. (comp.). *Política social y reformas estructurales: Cuba a principios del siglo XXI*. México: CEPAL, INIE, PNUD, LC/MexIG 7, LC/IL 2091, abril-2004, p 57.
- (2) Ver quadro com indicadores estatísticos em anexo. A respeito, de forma mais ampliada, ver também os artigos RODRÍGUEZ, J. L. "El desarrollo económico y social en Cuba resultados de 30 años de Revolución". Revista Cuba Socialista, n. 39, La Habana, mayo-junio 1989; e RODRÍGUEZ, J. L.; CARRIAZO, G. "Erradicación de la pobreza en Cuba". La Habana: Ciencias Sociales, 1987.
- (3) Ver RODRÍGUEZ, J. L. "Cuba. El camino de la recuperación económica 1995-1999". Revista Cuba Socialista, La Habana, n. 16, 1999. A fonte dos dados não citada expressamente no trabalho provém de cálculos do autor baseados em informações da Oficina Nacional de Estadísticas, do Banco Central de Cuba e do Ministerio de Economía y Planificación.
- (4) A partir das mudanças na metodologia de cálculo do PIB introduzidas desde 2004, requer-se um ajuste em toda a série que permita torná-la comparável para todo o período, tarefa em processo atualmente.
- (5) Ver além da obra citada de ALVAREZ, E.; MATTAR, J.; FERRIOL, A.; GONZÁLEZ, A.; QUINTANA, D.; PÉREZ, V. "Cuba. Crisis ajusta y situación social 1990 - 1996". La Habana: Ciencias Sociales, 1998; e de CIEM/PNUD. "Investigación sobre desarrollo humano y equidad en Cuba 1999". La Habana: Caguayo S.A., 2000.
- (6) Para uma análise dos princípios desta política, ver CASTRO, F. "VIII Congreso de la UJC. Discurso de Clausura pronunciado por el Comandante en Jefe Fidel Castro Ruiz". La Habana: Oficina de Publicaciones del Consejo de Estado, 2004.
- (7) Numa sociedade na qual os serviços sociais básicos são oferecidos de forma gratuita, os gastos marginais para custear os estudos de um desempregado são mínimos.
- (8) Ver quadro com indicadores estatísticos em anexo, bem como o trabalho de RODRÍGUEZ, J. L. "Informe sobre los resultados económicos del 2002 y el Plan Económico y Social para el año 2003". INIE-CEPAL, além dos correspondentes aos anos de 2004 e 2005 no Jornal Granma (23.12.2002, 24.12.2004 e 23.12.2005).
- (9) Ver a obra coletiva "Por la Vida" La Habana: Casa Editorial Abril, 2003. Basta dizer que 6.052 mães recebem um salário para o atendimento a seus filhos que sofrem de alguma grande incapacidade.
- (10) Ver UNESCO. "Primer Estudio Internacional comparativo sobre lenguaje, matemática y factores asociados en tercero y cuarto grado". Santiago de Chile, 2000.
- (11) Estima-se que este índice seja classificado como primeiro lugar no mundo.
- (12) Ver PNUD CIEM "Investigación sobre ciencia, tecnología y desarrollo humano en Cuba 2003". La Habana: 2004; ONE. "Elementos sobre el capital humano. Definiciones, conceptos e indicadores". La Habana, abril de 2003; OECD. "The knowledge-based economy". OCDE/ED (96)102, Paris, 1996; MORALES, A. "Como alcanzar el alto desempeño del capital humano en las entidades" e "Trabajo, capital humano y conciencia". Revista Gaceta Laboral, La Habana, n. 11, 2005; PNUD. "Informe sobre Desarrollo Humano". 2005. Nova Iorque, 2005, p. 243 e 286-289.



- (13) Ver LAGE, A. "La Economía del conocimiento y el socialismo". Revista Cuba Socialista, La Habana, n. 30, 2004.
- (14) Nisso jogam um importante papel as Brigadas Técnicas Juveniles, a Asociación Nacional de Inventores y Racionalizadores e o Forum Nacional de Ciencia y Técnica.
- (15) Ver *Revista Gaceta Laboral*, ed. Cit. (discurso de 20 de agosto de 2005), p. 33.
- (16) Ver "Objetivos de desarrollo del milenio Cuba. Segundo Informe", julio-2005, p. 78-80; e cálculos do autor.
- (17) Ver *Manual del Sistema de Cuentas Nacionales*. Tercera Revisión. Oficina de Estadísticas de Naciones Unidas, 1993.
- (18) Ver ONE. "Perfeccionamiento de la medición del cálculo de los servicios sociales en el Producto Interno Bruto". Noviembre de 2005.
- (19) Ver *Report on the task forces FOR ESA 95 Handbook Delimitation of general government Eurostat*. BIIICN. 390 C, Luxemburg, 1998, p. 8; e Sistema Europeo de Cuentas. SEC 95, p. 95.
- (20) Ver CD Room Paper. ONE. Observaciones al Grupo Asesor de Expertos que participa en la actualización de la Revisión I del SCN 93 (Servicios Sociales del Gobierno), março de 2006.

## Indicadores sociais selecionados (1959-2005)

ÁREAS	1959	1989	1999	2005
<b>Emprego e investimentos</b>				
Salário médio mensal nominal (pesos)	129 <sup>(a)</sup>	188	222	330
Taxa de desemprego (%)	18,2	5,5	6,3	1,9 <sup>(b)</sup>
Produtividade do trabalho (pesos)	1 739	4320	5 998	9 758
<b>Educação</b>				
Escolarização em % <sup>(c)</sup>	55,1	98,61	97,77	99,35
Nível Primário	40,8	69	74,93	86,17
Nível Secundário	6,8	15,4	11,2	50,0 <sup>(d)</sup>
Nível Terciário	3,1	6,4	...	8,8
Graus de escolaridade média da população (6 anos e mais) <sup>(e)</sup>	...	...	9,0	9,5
Graus de escolaridade média da população CPV (15 anos e mais) Taxa de analfabetismo <sup>(f)</sup>	23,6	3,8	...	0,2
Pessoal docente por mil habitantes (U)	3,27	22,7	17,6	22,6
% do orçamento educacional em relação ao PIB	2,8	8,6	7,0	9,3
<b>Saúde</b>				
Expectativa de vida ao nascer (anos)	62,29 <sup>(g)</sup>	74,75	76,15	77,00
Habitantes por médico (U)	1076	303	171	161 <sup>(h)</sup>
Taxa de mortalidade infantil (por mil nascidos vivos)	60,0	11,1	6,5	6,2
Taxa de mortalidade infantil em menores de 5 anos (por mil nascidos vivos)	48,2 <sup>(i)</sup>	13,6	8,4	8,0
Taxa de mortalidade materna (por 100 000 nascidos vivos)	125,3 <sup>(j)</sup>	37,9	43,8	52,3
Nutrientes diários <sup>(k)</sup>				
Quilocalorias	2410	2845	2429	3356
Proteínas	57,8	76,5	64,9	88,0
% do orçamento de saúde em relação ao PIB	0,7	4,7	5,9	5,7
<b>Seguridade e assistência social</b>				
Aposentados e pensionistas da seguridade social (milhares)	154,0	1 100,0	1 326,0	1 538,4
Pensão média (pesos)	71,94	83,69	103,05	183,7
Beneficiários de assistência social (U)		127332	193724	535 134
Assistência social média (pesos)	...	53,41	54,23	131,00
Relação entre a pensão média e o salário médio	0,54 <sup>(l)</sup>	0,45	0,46	0,56
% do PIB da seguridade social	0,3	5,7	6,8	6,3

OFICINA NACIONAL DE ESTADÍSTICAS. Indicadores seleccionados 1950-2000. La Habana: 2002. RODRÍGUEZ, J. L. "El desarrollo económico y social en Cuba: Resultados de 30 años de revolución". Revista Cuba Socialista, La Habana, n. 39, maio-jun/1989. Para o ano de 2006, cálculos da Oficina Nacional de Estadística e do Ministerio de Economía y Planificación.

### Notas - Indicadores:

- (a) Os dados de 1959 correspondem ao censo de 1953.
- (b) Corresponde aos censos de 1953, 1981 e 2002, respectivamente.
- (c) Refere-se ao consumo aparente. Os dados que aparecem no ano de 1959 correspondem a 1962.
- (d) Refere-se ao ano de 1962.
- (e) Refere-se a 1952-1954.
- (f) Refere-se ao ano de 1965.
- (g) Refere-se ao ano de 2004.
- (h) Cifras preliminares



# *Características da nova luta pelo Socialismo na América Latina*

RONALDO CARMONA



Hugo Chávez

*“No queremos, ciertamente, que el socialismo sea en América calco y copia. Debe ser creación heroica. Tenemos que dar vida, con nuestra propia realidad, en nuestro propio lenguaje, al socialismo indoamericano”*

*José Carlos Mariátegui, 1928*

**A crise do marxismo exige atualizações que a nova luta pelo socialismo terá de enfrentar. Na América do Sul, mesmo onde essa conquista mais avançou, o socialismo ainda não está consolidado. Buscaremos aqui perceber as características dos países sul-americanos que se propõem transitar ao socialismo**



## Características das três experiências

Hugo Chávez, Evo Morales e Rafael Correa ascendem ao governo a partir de vitórias eleitorais segundo as normas da democracia burguesa (representativa) precedidas de fortes lutas de massas, apoiados em frentes compostas de forças políticas e sociais novas que avançam a partir da decomposição acelerada de sistemas políticos desacreditados junto às amplas massas e após sucessão de governos neoliberais.

No governo, apoiados em permanente mobilização de massas, propõem movimentos refundadores da Nação – dado o notório esgotamento da forma anterior de governos oligárquicos –, através de Assembleias Nacionais Constituintes – caso de Venezuela (1999), Bolívia (2006) e Equador (2007). O objetivo é a consolidação do poder político.

No plano econômico, a característica comum é a busca por iniciar a reversão das seqüelas do período neoliberal, retomando o poder do Estado Nacional sobre as fontes de riqueza material desses países – referimos-nos, em especial, à nacionalização nas áreas de gás e petróleo.

Especificamente, na Venezuela, desde janeiro deste ano está em curso medidas que visam a buscar uma aproximação ao socialismo. Trata-se da ativação dos “cinco motores da revolução socialista”, ou: <sup>(1)</sup> “leis habilitantes”, que buscam reformar o arcabouço jurídico vigente e dar suporte às nacionalizações efetuadas; <sup>(2)</sup> a “reforma constitucional”, que busca “romper os nós górdios” da revolução, segundo anunciou Chávez ao enviá-las em agosto passado, alterando 33 artigos da Carta; <sup>(3)</sup> a busca de “moral e luzes”, isto é, uma campanha pela ética no âmbito “moral, econômico, político e social”, incluindo reformas no sistema educacional; <sup>(4)</sup> “a nova geometria de poder”, que busca reorganizar política e administrativamente o território da Venezuela e, finalmente; e <sup>(5)</sup> a “explosão do poder comunal”, ou a criação de comunas, uma espécie de conselho ou assembleia popular em nível de bairros com funções de Estado.



*Evo Morales*

Junto a isso, outra grande iniciativa recente é a conformação de um sujeito político da revolução bolivariana, o Partido Socialista Unido da Venezuela (PSUV), pelo qual busca-se organizar politicamente a massa “bolivariana” e ao qual teriam se filiado cinco milhões e meio de venezuelanos, numa população total de 26 milhões.

Na Bolívia, o primeiro passo da mudança, a Assembleia Nacional Constituinte é constantemente bloqueada pela direita, primeiro, com a questão do quorum dos 2/3 – que consumiu meses de debate –; agora, através de manobras diversas que buscam vetar a agenda de mudanças do MAS – caso dos bloqueios à “plurinacionalidade”; a possibi-

lidade de reeleição presidencial, a proposta de extinção do Senado; e a reforma agrária. Por outro lado, buscam dividir o país, confrontando departamentos (Estados) com os sensíveis temas da “capitalidade” (Sucre x La Paz) e das “autonomias” departamentais – eufemismo para ameaças secessionistas na “media luna”, ou quatro dos nove departamentos: Santa Cruz, Tarija, Beni e Pando. O desfecho da Constituinte ainda é incerto. Evo Morales apresenta a etapa atual como uma revolução democrática e cultural cujo conteúdo

é a meta do “vivir bien” – uma junção de idéias universalistas do socialismo, como a busca de uma sociedade sem explorados nem exploradores com conceitos indigenistas próprios da Bolívia – 85% da população são indígenas ou mestiços. Mas ao mesmo tempo, como formula Álvaro García Linera – vice-presidente e tido como “ideólogo” do MAS –, há “um espaço, um potencial para o desenvolvimento de um capitalismo produtivo”. Da Constituinte, por exemplo, acordo fechado prevê que haverá três formas de propriedade: além da estatal e da privada, a comunitária.

No Equador a proclamação de Correa pelo “socialismo do século XXI” tem, neste momento, sobretudo nítidos contornos antineoliberais – que se levados às suas efetivas conseqüências possuem feição anti



capitalista. Correa, ex-militante da campanha Jubileu Sul, se define como socialista-cristão inspirado na teologia da libertação.

Seu governo luta para aumentar a margem de soberania do país, encerrando as negociações de um TLC com os EUA e não renovando o convênio da Base militar estadunidense de Manta. A contundente vitória de Correa nas eleições da Assembléia Constituinte em setembro (cerca de 70% dos votos) e o resultante esfacelamento dos partidos oligárquicos criam condições para avançar na transformação do país.

Há que se ressaltar ainda peculiaridades de Bolívia e Equador; países andinos cuja formação social resultou em sociedades multiétnicas regidas por Estados unitários – bem distintos do Brasil, onde da miscigenação resultou um povo-uno; ou da Argentina etnicamente homogênea. Com isso, a reação às mudanças nesses países busca manipular diferenças étnicas com notórios objetivos de classe. São, pois, nações onde a “questão nacional” ou a identidade nacional não estão totalmente equacionadas.

### **O que a experiência de construção do socialismo no século XX tem a dizer à nova luta pelo socialismo na América Latina do século XXI?**

Certamente essa questão ainda não pode ser respondida em sua totalidade, pois essas respostas não estão totalmente maduras. Mas é dado que a nova luta pelo socialismo é condicionada; por um lado, pela experiência – erros e acertos – da experiência do século XX; por outro, pela configuração atual do capitalismo financeirizado, neoliberal, que hostiliza fortemente projetos nacionais.

Neste debate, de antemão, vale qualificar a definição de socialismo, com vista a fixar parâmetros. Grosso modo, segundo o marxismo, socialismo é um largo período histórico de transição do capitalismo ao comunismo que comporta um sem número de etapas primárias, intermediárias e mais adiantadas. Da mesma maneira, podemos dizer que a passagem do capitalismo ao socialismo tem como pressuposto a existência de um elevado nível de desenvolvimento das forças produtivas, sem o qual se generalizaria apenas a miséria e com isso o conflito pela necessidade inevitavelmente se imporia, minando qualquer transição sustentada no tempo.

Como lembrou recentemente o intelectual Mo-

niz Bandeira, “nem Marx nem Engels jamais conceberam o socialismo como via de desenvolvimento ou modelo alternativo para o capitalismo, senão como consequência, produto de seu elevado grau de adiantamento e madureza. O próprio Engels advertiu que só com o aumento da oferta de bens e serviços, em quantidade e em qualidade, seria possível atingir um nível em que a liquidação das diferenças de classe constitua verdadeiro progresso e tenha consistência, sem acarretar consigo o estancamento ou, inclusive, a decadência do modo de produção e da sociedade (...) Uma nova formação social não emerge antes que estejam esgotadas todas as possibilidades de desenvolvimento das forças produtivas da sociedade antiga”. Ocorre que toda a reflexão de Marx parte da idéia de que o socialismo se afirmaria primeiro e, sobretudo, nos países capitalistas mais desenvolvidos, isto é, no estágio mais avançado de seu desenvolvimento. No entanto, as revoluções socialistas no século XX se deram no “elo fraco da cadeia” – também as experiências de proclamação de objetivos socialistas na América Latina partem de tais “elos fracos”, não de sociedades relativamente mais complexas, como a brasileira.

A consequência disto é a edificação do socialismo em sociedades empobrecidas materialmente – mesmo que ricas em recursos naturais, como é a América do Sul de hoje e também a Rússia de 1917. Lênin, mesmo tendo vivido apenas sete anos após a conquista do poder soviético, enfrentou a questão com originalidade através da brilhante NEP. Também desde 1978, os chineses, a seu modo, enfrentam a tarefa de desenvolver aceleradamente as forças produtivas como objetivo principal e primário para a construção do socialismo.

Afinal, no século XX, experiências de supressão voluntarista do mercado já na transição ao socialismo revelaram-se profundamente idealistas e foram determinantes nos retrocessos verificados. Afinal, a experiência mostra que talvez a tarefa fundamental para a construção do socialismo – apenas após a conquista do poder político, obviamente a tarefa inaugural – seja efetivar um acelerado desenvolvimento das forças produtivas, com a combinação de planificação econômica (crescente peso do setor estatal) com a utilização de mecanismos de mercado. A busca por atingir o princípio comunista – segundo a sociedade ofereceria “a cada um segundo suas capacidades, a cada um segundo suas necessidades” – só é possível numa sociedade de alto nível de desenvolvimento material.



Isso porque Marx era movido pela idéia de que numa sociedade com bases materiais ínfimas não pode haver socialismo. Assim, uma lição importante é a idéia de que socialismo deve ser sinônimo de prosperidade, progresso, modernização – das forças produtivas e das relações de produção, isto é, do trabalho. Uma segunda grande “lição” das experiências iniciadas no século XX é a idéia de não haver caminho universal, único, “científico” no trânsito ao socialismo. Daqui deriva o fato de as experiências vitoriosas de construção do socialismo no século XX – China, Cuba, Vietnã, Coréia –, mostrarem ser necessário uma aplicação criadora do marxismo-leninismo à realidade nacional – não nos parece exagero falar numa necessária fusão do pensamento universal –, isto é, os princípios universais do marxismo – com o pensamento nacional avançado, histórico (que, no caso brasileiro, pede por uma revisitação global) e contemporâneo.

O Partido Comunista Cubano é uma evolução direta do Partido Revolucionário Cubano de José Martí. O Partido Comunista Chinês busca hoje no pensamento social clássico chinês e em seu anterior peculiar modo de produção asiático camponês lições para os desafios atuais. O PC Vietnamita liderou a libertação do país – e hoje, a renovação do socialismo – como representação da nação vietnamita, assim como na Coréia a tarefa de libertação nacional do jugo estrangeiro foi e segue sendo fator central. Todos representam o interesse nacional mais amplo que ganha preponderância nos in-

teresses do proletariado e que faz deste o principal interessado na afirmação da questão nacional.

Por último, destaca-se como a “lição” histórica mais notoriamente assimilada nesse princípio de nova luta pelo socialismo: a centralidade da democracia popular, participativa como destacada marca das experiências atuais na América Latina. Levam adiante um projeto de construção do socialismo como sinônimo de radicalização da democracia.

A vitória da nova luta pelo socialismo na América Latina ainda depende de uma longa trajetória de acumulação revolucionária de forças, sujeita a idas e vindas, vitórias e fracassos, avanços e recuos.

Neste momento, a grande tarefa é o compartilhamento a confluência dos projetos nacionais próprios de cada experiência num ativo movimento integracionista que permita ampliar a margem para a ruptura com neoliberalismo hegemônico (o capitalismo de nossos dias) – sobretudo porque a globalização hostiliza fortemente caminhos nacionais, limitando, se não impedindo, formas autárquicas, mais isoladas de construção do socialismo, quiçá mesmo de grandes países como o Brasil. Por isso, “a mão do império”, como diria Chávez, busca a todo custo evitar a união entre Brasil, Argentina e Venezuela, eixo de um pólo sul-americano independente.

*Ronaldo Carmona é cientista social e membro da Comissão de Relações Internacionais do PCdoB.*

### Notas

- (1) Na Venezuela, o Caracazo seguido da insurreição militar de 04 de fevereiro (1992); na Bolívia, as mobilizações indígenas e camponesas que sacodem o país pelo menos desde 2000; no Equador, forte instabilidade faz com que Correa seja o oitavo presidente em uma década.
- (2) Trata-se de outra importante peculiaridade o fato de os processos que buscam transitar ao socialismo não estarem sob direção ou hegemonia de Partidos comunistas. Na Venezuela, a origem é o Movimento Bolivariano 200, organizado inicialmente no interior das Forças Armadas, depois MVR e agora PSUV, na Bolívia, o Movimento ao Socialismo que, segundo Álvaro García Linera, “no fundo, é uma coalizão, flexível e negociada, de movimentos sociais” (*Página 12*, 11/06/07); no Equador, o Movimento País (Pátria Altiva e Soberana), ainda é uma força em estruturação. Em seu conjunto, estas forças acedem ao poder ao lograr representar interesses represados de uma ampla maioria nacional e social.
- (3) Esse aspecto da nova luta pelo socialismo é desenvolvido por João Amazonas em “Capitalismo de Estado na Transição ao Socialismo” (*Princípios* nº29), no qual são recuperadas teses de Lênin a esse respeito. Recomendamos também as *Selected Works of Deng Xiaoping* (Foreign Languages Press, 1994) e “Note per una discussione sul socialismo”, de Fausto Sorini. Revista *L’Ernesto*, janeiro-abril de 2007.
- (4) Texto de Luiz Alberto Moniz Bandeira na cerimônia de entrega do Prêmio Juca Pato 2007 ao embaixador Samuel Pinheiro Guimarães (23/08/07).
- (5) Mesmo a Venezuela, terceiro PIB da América do Sul, tem uma economia fortemente dependente do petróleo, bem material “não-renovável”; sequer é autônoma na produção de grãos e sua indústria é pobre, pouco diversificada.



# Avançam mudanças na área energética

HAROLDO LIMA

**Neste artigo é analisado o potencial energético natural do Brasil destacando possibilidades do uso de fontes de energia alternativas ao petróleo, como o biodiesel**

O mundo vive uma conjuntura de mudanças no quadro energético. Os altos preços sustentados do petróleo e o aquecimento do planeta desafiam a humanidade a um reajustamento de sua matriz energética, em busca de uma alternativa geral capaz de enfrentar esses graves problemas. O petróleo é o combustível de origem fóssil cujos derivados – a gasolina, o óleo diesel, o óleo combustível etc – quando consumidos, através da combustão, liberam grande quantidade dos gases provocadores do efeito estufa, responsáveis pelo aquecimento atual da Terra. Ademais é uma fonte finita, não-renovável que, embora não esteja prestes a acabar, ficam cada vez mais caras suas exploração e produção. Há uma justa pressão hoje no mundo para se alterar a marcha batida que leva a graves riscos ambientais, terminando por provocar um movimento popular-científico-industrial por substituir de forma cada vez mais efetiva o uso do combustível fóssil, não-renovável, pelo que se tem chamado de fontes alternativas, renováveis.

O ponto de partida do problema e o tamanho do desafio podem ser compreendidos quando se compara a parcela das fontes renováveis usadas hoje no mundo com as não-renováveis. É amplo o predomínio das fontes não-renováveis. A desproporção é maior ainda quando se toma como ponto de referência os países da OCDE, os mais desenvolvidos entre todos. A posição do Brasil, nesse quadro, é das mais

avançadas, embora, mesmo aí, o emprego das fontes não-renováveis seja preponderante. A tabela 1 e a figura 1 abaixo mostram como no mundo a parcela não-renovável de energia usada chega a 86,7%, alcança o elevadíssimo índice de 94% nos países da OCDE e, embora ainda grande, fica no caso brasileiro reduzida a 55,3%

**Estrutura da Oferta de Energia no Mundo, OCDE e Brasil (em %)**

Região	Renovável	Não-Renovável	Total
Mundial	13,3	86,7	100,0
OCDE	6,0	94,0	100,0
Brasil	44,7	55,3	100,0

Fonte: MME, 2006

**Figura 1**

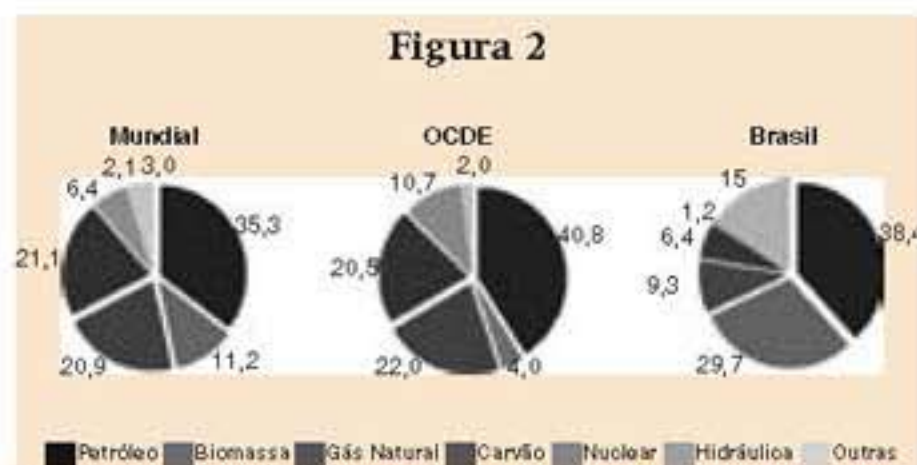


Fonte: Ministério das Minas e Energia, 2006



Matriz Energética no Mundo, OCDE e Brasil (em %)			
Fonte	Mundial	OCDE	Brasil
Petróleo	35,3	40,8	38,4
Biomassa	11,2	4,0	29,7
Gás Natural	20,9	22,0	9,3
Carvão	21,1	20,5	6,4
Nuclear	6,4	10,7	1,2
Hidráulica	2,1	2,0	15,0
Outras	3,0	0,0	0,0

Fonte: MME, 2006



Um detalhamento desses dados mais gerais leva a considerações mais específicas sobre o uso de tipos diferentes de fontes renováveis ao lado de outras não-renováveis. É o que pode ser observado na tabela 2 e na figura 2 abaixo. O prevaletimento do petróleo é evidente, com 35,3% de participação na matriz mundial, chegando a 40,8% quando se analisam os países da OCDE, e ficando em 38,4% no caso do Brasil.

Fica realçada a grande vantagem comparativa em que se encontra nosso país, frente ao conjunto do mundo e aos países da OCDE, quanto ao uso de fontes renováveis de energia. Isto se explica, em primeiro lugar, por ser o Brasil o maior país tropical do mundo – a terra do sol – que recebe diariamente quantidade vertiginosa de energia oriunda do grande astro, fonte energética básica, de onde todas as outras se originam. Em segundo lugar, pela disposição excepcional das bacias hidrográficas brasileiras, por onde escoam caudalosos rios de planalto, submetidos a regimes de chuva diferenciados, que fazem com que nossos grandes reservatórios possam estar, alternadamente, sendo abastecidos, garantindo que grandes volumes de água estejam se precipitando perenemente em quedas de alta potencialidade energética.

A participação da biomassa na matriz mundial ainda é pequena. Tem um real significado no Brasil, onde 29,7% de toda a energia consumida têm essa origem. Já em nível planetário esse número cai para 11,2% e fica reduzido a 4% entre os países da OCDE.

Em energia hidráulica, também o Brasil se destaca com mais de sete vezes a participação relativa dessa fonte no âmbito mundial e no conjunto da OCDE.

A matriz brasileira se revela precária na presença do gás natural, de 9,3%, diante dos índices do mundo e dos países da OCDE: 20,9% e 22% respectivamente. E sua marca negativa mais destoante é a da parcela ínfima de uso da energia nuclear: 1,2%, distante dos 6,4% da matriz mundial e muito longe dos 10,7% dos países da OCDE.

O país necessita fazer, quanto à sua matriz energética, dois movimentos conjugados, decorrentes de suas necessidades e possibilidades: o primeiro, pelo crescimento em termos absolutos de sua capacidade produtiva, pois se o país se desenvolve, como planeja e precisa – a níveis próximos, iguais ou maiores que 5% do seu PIB – demandará bastante energia nova; o segundo, pelo desenvolvimento energético no sentido de: a) aumentar a participação da fonte nuclear em sua matriz; b) aumentar a participação do gás natural; c) sustentar a parcela da fonte hidráulica; c) aumentar a contribuição da biomassa; d) manter a auto-suficiência de sua produção de petróleo.

É dentro dessas linhas gerais, que movimentos significativos têm sido feitos no Brasil.

Em primeiro lugar a auto-suficiência na produção de petróleo, alcançada em 2006. Foi um marco na história do país e, particularmente, na do setor de energia. Era um objetivo perseguido pelo nosso país havia muito tempo. Simbolicamente, foi uma vitória conseguida quando a Petrobras completara 50 anos de existência. Note-se que, durante todo esse tempo, muitas foram as desconfianças e as dúvidas levantadas quanto à possibilidade de esse objetivo ser atingido. Aliás, toda a história do desenvolvimento da nossa atividade petroleira foi acompanhada por desconfianças, dúvidas, equívocos e movimentos suspeitos.

Durante muitos anos acreditou-se que o Brasil não tinha petróleo. E havia até análises e pesquisas supostamente científicas que fundamentavam tal assertiva. Variadas descobertas mostraram que isto não era verdade. As descobertas na Bacia de Campos, nos anos 1970, indicaram que o Brasil possuía petróleo pelo menos em volume médio, comparado aos grandes do mundo. E descobertas que podiam suceder em curto prazo na bacia de Santos trariam a possibilidade de termos reservas até de porte elevado.

No início dos anos 1990 surgiu a idéia de privatização da Petrobras. Segundo um dos argumentos, sob gestão privada, a empresa teria mais sucesso na busca de petróleo em solo brasileiro. Em 1995, o Congresso Nacional suspendeu o monopólio estatal



do petróleo, em um contexto onde havia o esforço por se quebrar o monopólio como primeiro passo para a privatização da estatal. Na verdade, seria fatal para uma política energética de feição nacional se houvesse a quebra do monopólio e a privatização da Petrobras, ou seja, a implantação de um mercado aberto sem presença estatal, como queria o ideário neoliberal da época. O resultado dos confrontos havidos levou a um mercado aberto com presença forte de uma estatal.

Em 1997, o Congresso Nacional aprovou a Lei do Petróleo (Lei 9.478), e nessa base, de um mercado aberto com presença estatal, o que se vê é que, nos últimos dez anos a Petrobrás cresceu vertiginosamente, e hoje já é considerada uma das grandes empresas do setor. A auto-suficiência, alcançada em 2006, serviu para dissipar as últimas dúvidas a respeito da capacidade de sobrevivência da Petrobrás.

As desconfianças e críticas agora voltam-se para o programa dos biocombustíveis brasileiros, o do biodiesel e o do álcool.

O programa do biodiesel é justo e audacioso, persegue objetivos energéticos, econômicos e sociais. Tem problemas, sim, para serem enfrentados e resolvidos. Sua meta é a partir de janeiro de 2008 de só vender óleo diesel no Brasil que tenha 2% de biodiesel, o chamado B2. Coerente com sua motivação de ser também um programa de inclusão social, tem também o objetivo de envolver na produção da matéria-prima agrícola – a cultura das oleaginosas – prioritariamente, a agricultura familiar. O governo espera, por esse mecanismo, dar renda a 150 mil famílias. Ambas metas pareciam há pouco tempo ilusórias. Alguns as acham até hoje. Mas estão dando certo, naturalmente com muitos desafios ainda a serem resolvidos.

Atualmente, o Brasil possui capacidade instalada para produzir 1,640 bilhão de litros de biodiesel por ano. Antes mesmo da mistura de 2% se tornar obrigatória, já foram entregues cerca de 250 milhões de litros.

É verdade que a produção de algumas usinas está abaixo do previsto, ou ainda não começou, e que outras estão com suas entregas atrasadas. Há também distribuidoras que não têm se preparado efetivamente para a entrega do B2. Não são problemas que ameaçam o Programa Nacional de Biodiesel. Órgãos do governo acompanham essas questões e trabalham para que o programa dê certo. A ANP planeja realizar novos leilões de biodiesel e convoca os distribuidores cadastrados a um entendimento sobre a questão. A Agência tem procurado mecanismos cada vez mais eficientes para controlar e fiscalizar a qualidade do

biodiesel produzido no país para evitar que combustível fora da especificação chegue ao mercado, prejudicando os consumidores.

A Agência também tem mantido contato permanente com os produtores de biodiesel para saber como anda a produção e os problemas que, eventualmente, têm retardado o cumprimento do cronograma de entrega do biodiesel estabelecido nos cinco leilões já realizados pela Agência. Por enquanto, ainda não há sinais de que a meta dos 840 milhões de litros de biodiesel/ano não venha a ser cumprida.

Dentre as críticas mais insistentes feitas ao programa do biodiesel e ao programa do álcool está a do desmatamento que adviria dos dois projetos. No Brasil e no exterior para muitos plantar mamona, pinhão manso e cana-de-açúcar para produzir energia, será em prejuízo da floresta amazônica, de áreas destinadas ao cultivo de gêneros alimentícios e de outras áreas preservadas do país.

O número não é novo, mas é sempre bom repetir que o Brasil dispõe de aproximadamente 100 milhões de hectares de terras, que podem ser usados para o cultivo de cana sem que seja necessário o uso da nossa grande floresta. Esses milhões de hectares resultam de áreas desmatadas para servirem de pasto e que agora estão ociosas ou produzindo muito pouco. Tem sido grande o esforço do governo brasileiro para deixar claro que não vai provocar redução na produção de alimentos, para levar avante seu programa de biocombustíveis. Isto tem sido feito pelo próprio presidente Lula em suas viagens internacionais ou pelos estados brasileiros.

Tudo isto nos dá base para uma tranquilidade frente a essas questões, mas não significa que o governo não ache necessário estabelecer correta política de zoneamento, o que já está sendo feito através do Ministério da Agricultura. O objetivo é mostrar a brasileiros e estrangeiros que não há e nem haverá desmatamento na Amazônia por causa da cana-de-açúcar, nem sacrifício de áreas de cultivo de gêneros alimentícios.

Embora seja verdade que parte das críticas origina-se de gente realmente interessada e preocupada com a preservação das florestas, não há como não atribuir uma outra parte a pessoas, entidades e ou países interessados no fracasso do biodiesel e do etanol brasileiro. Não há nenhuma novidade nisso.

A descoberta e o desenvolvimento de novas fontes de energia se tomaram objetivos estratégicos para todos, no mundo. Recentemente, a Rússia colocou suas bandeiras no Ártico, região com enorme potencial para gás e petróleo, e vários países em desenvolvimento tentam atrair investimentos para a o setor



de exploração e produção de petróleo e gás natural.

Nos países desenvolvidos, bilhões de dólares têm sido investidos no estudo de novas fontes de energia. Na Europa é grande a preocupação em relação a uma futura dependência em biocombustíveis. O Brasil tem enfrentado pressões enormes para se contentar em se tornar apenas exportador de matéria-prima, papel esse que o país não pretende desempenhar.

Parte difícil do programa de biodiesel está nas negociações com os países desenvolvidos. É preciso evitar que eles coloquem barreiras ao nosso biodiesel impondo especificações muito complicadas, que impeçam o nosso produto de ser vendido nesses mercados.

Segundo levantamento da Agência Internacional de Energia, a matéria-prima e a tecnologia disponíveis hoje no mundo garantem que cerca de 20% do combustível usado em transporte poderão ser substituídos por biocombustíveis até 2030. É um mercado estimado em bilhões de dólares por ano.

Recentemente, a União Européia anunciou que pretende substituir 10% do combustível utilizado em transporte por biocombustível até 2020. A China quer substituir 15%. Nos Estados Unidos, o presidente Bush anunciou que serão produzidos 35 bilhões de galões de biocombustível até 2012. Os números acima foram citados no editorial publicado pelo *New York Times*, em 19 de setembro.

No mesmo texto, o jornal questiona a tarifa de US\$ 0,54 sobre cada galão de etanol importado do Brasil e o subsídio, considerado generoso pelo jornal, de US\$ 0,51 por galão, dado aos produtores de álcool nos Estados Unidos, que é feito à base de milho.

No Brasil, a mistura de 2% de biodiesel no diesel significará a economia anual de US\$ 160 milhões por ano. Quando a mistura chegar a 5%, em 2013, o total subirá para US\$ 360 milhões por ano. Isso sem falar na redução de emissões dos gases do efeito estufa, pois o biocombustível tem a vantagem do ciclo de carbono fechado. Sua utilização não aumentará a poluição, ao contrário do que acontece com os combustíveis fósseis.

O Brasil é sério candidato a protagonista na produção e exportação desses biocombustíveis. É um dos poucos países do mundo que reúne boas condições para se tornar um grande produtor e exportador de biodiesel: terra, sol, tecnologia, mão-de-obra. Talvez por isso esteja sendo tão marcado pelos países desenvolvidos – as duras negociações com os Estados Unidos sobre o etanol e com a Europa sobre biodiesel e etanol, demonstram isso – e por alguns países, grandes produtores de combustíveis fósseis, que se sentem ameaçados pela crescente participação dos biocombustíveis na matriz energética mundial.

Recentemente, Thomas Friedman, colunista do *New York Times*, especialista em Oriente Médio, esteve no Brasil para estudar os nossos biocombustíveis. Voltou impressionado, dizendo que o Brasil tem condições de se tornar uma Arábia Saudita verde nas próximas décadas. É um exagero, pois nossas exportações de álcool não chegarão aos cerca de US\$ 150 bilhões arrecadados pela Arábia Saudita por ano com a exportação de petróleo. Mas o espaço para crescer existe e a comparação é boa.

Em 2006, a produção de álcool combustível chegou a 17 bilhões de litros. Atualmente existem cerca de 350 unidades produtoras espalhadas pelo país e outras 80 em construção, que significarão mais 150 milhões de toneladas/ano nos próximos cinco anos. Há 30 anos, em 1977, a mistura do álcool na gasolina era de 4,5%, hoje chega a 25%, sem trazer maiores problemas para os motores dos veículos. Hoje, os carros flex já são mais de 1,7 milhões. Se o ritmo de crescimento for mantido, a frota flex deverá ultrapassar o número de veículos a gasolina em 2013.

Os investimentos na área energética crescem. O BNDES avalia ou financia 62 projetos da indústria sucro-alcooleira, com investimentos previstos de R\$ 12 bilhões. Em biodiesel, os investimentos somam cerca de R\$ 700 milhões em 11 projetos.

As exportações de álcool passaram de US\$ 35 milhões, em 1998, para US\$ 767 milhões em 2005, e até julho deste ano acumulavam US\$ 500 milhões. Os Estados Unidos respondem por mais de 30% do total, a despeito da tarifa que impõem ao nosso produto e ao subsídio que dão para o deles.

A inserção dos biocombustíveis na matriz energética brasileira não pode mais ser tratada como projeto de um governo. Governos duram quatro ou oito anos, o sucesso dos programas de biodiesel e do álcool não será medido num prazo tão curto.

Os programas brasileiros do álcool e do biodiesel são expressões brasileiras das mudanças na matriz energética buscadas em todos os lugares do mundo. Estão ainda em curso, e a mais nascente é a do biodiesel. Particularmente esse programa tem problemas, riscos e desafios. Teve erros, sem dúvida. Mas está indo bem e descortina um horizonte de grandes oportunidades e realizações para o Brasil. Neste momento, o melhor a fazer é trabalhar para que tudo dê certo e o Brasil possa colher os frutos desses dois programas nos próximos anos.

*Haroldo Lima é o Diretor Geral da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP)*



# Significado, concretude e desafios

*Jogos Pan-americanos Rio 2007*

“As ondas do mar quebrando na areia  
ao ritmo swing do sangue na veia  
De homens, mulheres, que vêm aos milhares  
De tantos lugares, de tantas aldeias  
Viva essa energia!”<sup>(1)</sup>

ORLANDO SILVA JÚNIOR

O Brasil e o Rio de Janeiro foram palcos do maior espetáculo esportivo das Américas nos Jogos Pan e Parapan-americanos Rio 2007. A vibração contagiou a população carioca, a cidade e o país abriram as portas para visitantes e delegações estrangeiras, mais de oito mil atletas, técnicos, oficiais e dirigentes.

Quem conhece a realidade da cidade maravilhosa, dividida em dois mundos separados por um abismo, pôde reconhecer com os Jogos um Rio diferente. Os investimentos, principalmente do governo federal, possibilitaram a realização de um evento de alta qualidade. Da preparação ao encerramento do Pan, o esporte foi motivo para que bandeiras tremulassem nas janelas, um colorido intenso estampasse as ruas e os chapéus e camisas verde-amarelos encantassem o país numa “onda” de vitória.

Mas, que vitória comemorar? O esporte é permeado pela luta de classes e suas contradições. A história mostra a função ideológica do esporte, ora manipulando a opinião pública e reforçando o pensamento dominante em cada época, ora tomando-se espaço contra-hegemônico e de expressão de anseios políticos do povo. Os Jogos Rio 2007 deflagraram sérias disputas de projetos. Fortalecer e construir os pilares



do desenvolvimento nacional, tendo o esporte como um dos seus conteúdos, é parte de um processo de resistência e acúmulo de forças para enfrentar o projeto neoliberal e recolocar o Estado como indutor de políticas públicas enfrentando a tese do Estado mínimo. Realizar os Jogos Rio 2007 faz parte da estratégia de desenvolvimento nacional. Os investimentos do Estado nesse evento foram de R\$ 1,8 bilhão. Cerca de 50% do total gasto foi utilizado em instalações esportivas, sistema de segurança, logística e custeio do comitê organizador. Sediar os Jogos Militares Mundiais 2011, a Copa de Futebol 2014 e as Olimpíadas e Paraolimpíadas 2016, além de vários mundiais de modalidades, é parte da estratégia de desenvolvimento econômico e social que tem na inserção do Brasil no circuito esportivo internacional um dos seus pilares.

Grandes eventos, como esse, causam impacto na economia, potencializam a cadeia produtiva do esporte e a geração de novos postos de trabalho com empregos diretos e indiretos: desenvolvem o turismo e os setores hoteleiro, alimentício, construção civil, tecnologia, informação, comunicação e outros. No comércio e serviços ligados ao esporte estima-se que os Jogos mobilizaram a economia em volume semelhante ao do Carnaval.

Esses eventos possibilitam a integração entre os



povos, o intercâmbio de conhecimentos, de técnicas e da cultura. Estreitam os laços entre países, exercitam a tolerância ao diferente, socializando os melhores exemplos, e estimulam a cooperação e a solidariedade. Mas, também refletem a luta política de regiões e países. Nesses Jogos pudemos presenciar que, enquanto as forças democráticas nacionais avançadas cunhavam o slogan "Pan do Rio, vitória do Brasil!" em outdoors espalhados pela cidade os setores conservadores de plantão apregoavam a falsa polêmica em torno da "paternidade" do evento com o nítido objetivo de capitalizar o sucesso dos Jogos. Vê-se que esse slogan reforça a tese de que o país ganhou com a realização bem sucedida dos Jogos, de que a unidade em torno das causas esportivas é importante para projetar o país internacionalmente. Confirma a correta orientação de o governo federal investir nessa atividade para o desenvolvimento do país. Assim, a vitória do PAN representa a vitória das forças democráticas e populares.

Pelo destaque que ocupa no continente americano, principalmente na América Latina, é fundamental ao Brasil compor espaços comuns de troca de experiências, credenciando-se para exercer a liderança como potência olímpica. Ao mesmo tempo, é imperativo que construa unidade política, sobretudo com países sul-americanos, para fortalecer a resistência ao projeto neoliberal com uma nova concepção de esporte que supere a visão mercantilista e instrumental que separa a democratização do acesso ao esporte da formação da elite esportiva. Que afirme o desenvolvimento do esporte como resultado da relação dialética entre a prática esportiva de todos, em suas várias dimensões, e a elevação do nível técnico com base em novos conhecimentos e tecnologia.

O esporte competitivo e recreativo deve ser acessível a todos que queiram praticá-lo. Por isso, no Brasil, o esporte é objeto de uma política de Estado. Acreditamos que o país pode tornar-se uma potência olímpica. A base é o desenvolvimento do esporte educacional, o desafio é construir uma matriz de formação para nossos atletas, com raízes em escolas e universidades, que supere a teoria da pirâmide esportiva de caráter excludente. Esse foi o caminho seguido por Cuba que priorizou o esporte entre as principais políticas sociais para projeção, autonomia, autodeterminação e soberania do país. Seu sistema esportivo estrutura-se a partir da escola, mas, ultrapassa seus muros. A população desenvolveu o hábito de praticar esporte, fazer atividade física de forma auto-organizada em bairros, praças, quadras, ginásios e outros espaços porque foram educados de forma integral e compreendem a sua importân-

cia para elevar a qualidade de vida. Nesse modelo a educação é universal e a escola é para todos. Todos freqüentam as aulas de educação física, disciplina obrigatória nos currículos desde a educação infantil até a universidade. Os que detêm condições, ou queiram, podem seguir a carreira de atleta nos institutos de excelência esportiva especializados no desenvolvimento e treinamento de modalidades como a ginástica, que têm renome internacional. O esporte faz parte do acervo da cultura corporal que expõe o estágio mais avançado de desenvolvimento técnico, científico, artístico, plástico e criativo, do qual subjaz um processo sistemático e contínuo de educação e formação integral. Os princípios da educação esportiva dos currículos afirmam a relação teoria-prática e a formação da consciência política para enfrentamento dos problemas sociais. O esporte para Cuba é instrumento de luta política, afirmação ideológica de um modelo que impulsiona a excelência esportiva do país, mesmo sob as condições adversas impostas pelo bloqueio econômico dos Estados Unidos.

Esse ponto é fundamental como objeto de intercâmbio e cooperação entre nossos países. Antes de transplantá-lo mecanicamente, queremos apreender a totalidade do modelo e, ao mesmo tempo, contribuir com os conhecimentos desenvolvidos em nossos programas esportivos sociais.

Resistir ao projeto neoliberal no mundo do esporte, com os demais países irmãos, uns mais e outros menos avançados, significa defender a inclusão social como fator que contribui para o desenvolvimento, a unidade e a resistência regional. Vemos, na América Latina, um momento fértil de aprofundamento da democracia e de construção de projetos nacionais em que as políticas públicas têm grande relevância para a reversão da vulnerabilidade social.

A democratização do acesso e da gestão do esporte tem sido um princípio unificador das políticas públicas contra-hegemônicas de muitos países latino-americanos. Há características gerais na identidade de programas como Segundo Tempo, Esporte e Lazer da Cidade e Pintando a Cidadania no Brasil. O Bairro Adentro na Venezuela e os projetos Formação de Promotores Esportivos e Adultos Maiores na Argentina. Essas políticas sociais privilegiam a construção coletiva, a participação popular, a diversidade e os traços próprios da realidade local permitindo o acesso de todos os que queiram praticar esportes, de acordo com suas próprias possibilidades, mas, com perspectivas concretas de superação pessoal e coletiva. Desenvolver o esporte da região na ótica da inclusão dos sujeitos que, historicamente, foram alijados desse direito caro à humanidade, repre-



senta uma agenda extremamente avançada.

Durante os Jogos 2007, o Ministério do Esporte teve intensa atividade com representantes de vários países das Américas que resultaram em ações bilaterais de cooperação e intercâmbio internacional. Ressaltamos o compromisso reafirmado com Haiti e Cuba que buscam relações mais sistemáticas e perenes no campo do esporte.

A cooperação e transferência de conhecimento sobre programas esportivos sociais podem representar fator significativo de unidade regional para a luta, resistência e reversão do atual quadro de desigualdades sociais dos nossos países. Assim como a busca de novos horizontes políticos de fortalecimento regional, seja pela identidade de nossa gente ou pela semelhança dos problemas que clamam por mudanças estruturais que, sabemos, estão sendo, e serão, erigidas no projeto histórico socialista.

### O Pan representa um divisor de águas

Afirmar a vitória do PAN é ressaltar o êxito do projeto de desenvolvimento nacional. Não se trata de um fenômeno isolado ou resultado espontâneo. Podemos afirmar que temos uma equipe qualificada e experiência para realizar eventos esportivos internacionais. Os resultados esportivos, a excelência das instalações, a qualidade dos equipamentos e serviços, a capacidade administrativa e de gestão e a competência de executar o evento são resultado de um projeto político. São fruto de um trabalho iniciado pelo Ministério do Esporte desde sua criação, que primou pela construção coletiva da Política Nacional do Esporte com a realização de duas Conferências Nacionais que garantiram ampla participação popular – combinando anseios dos vários segmentos do esporte e da sociedade em geral qualificando, com o que há de mais elaborado, as políticas públicas de esporte e lazer.

Em que pese as contradições do projeto de desenvolvimento do governo Lula, têm se afirmado políticas sociais importantes que podem impulsionar o crescimento do país. Devemos reconhecer o esforço para consolidar políticas estruturantes, sistemáticas e perenes em várias áreas. Participamos do empenho do governo para articular, integrar e potencializar políticas em vários setores visando a acelerar o crescimento como estratégia de desenvolvimento do país. O Ministério do Esporte participa do Programa Integrado da Juventude e tem estreitado relações com o Ministério da Educação para potencializar ações conjuntas no âmbito do esporte.

Agendas com governadores de Estado e prefeitos

fizeram parte do método escolhido para inserir os Jogos no contexto da política do Ministério do Esporte. Consolidar as relações estabelecidas com os fóruns de gestores é um caminho para a construção do Sistema Nacional do Esporte e Lazer. Nas reuniões com dirigentes de entidades de administração e prática esportiva procurou-se qualificar a relação do Estado com as federações e as confederações de esporte e explicitar os papéis de cada agente, estabelecer pontes e regular as relações entre o público e o privado. Essas reuniões estreitaram a relação de confiança mútua e independência que pode significar novos horizontes para o desenvolvimento do esporte brasileiro sob as bases mais sólidas do futuro sistema esportivo.

### O esporte correspondeu às expectativas

O Brasil vive seu melhor momento no esporte, e na história dos Pan e Parapan-americanos obtendo, nestes últimos, excelentes resultados e ascendendo ao terceiro lugar geral. No Parapan o desempenho foi surpreendente. Muita quebra de recordes nos rendeu a primeira colocação geral. Sedar o evento esportivo mais importante do continente representa o reconhecimento do nosso esporte e da nossa capacidade de gestão de eventos de grande envergadura.

O árduo treinamento dos atletas, os equipamentos, o apoio proporcionado pela política inclusiva do governo federal e pelos recursos da Lei Agnelo-Piva e do programa Bolsa Atleta, criaram essas condições favoráveis. No Pan, 79 atletas da nossa delegação são contemplados pela Bolsa Atleta, dos quais 24 foram vencedores. No Parapan 45% da delegação brasileira – 103 atletas – são bolsistas e 81 deles ganharam medalhas.

Apesar dos problemas inerentes à realização de grandes eventos, procuramos conduzir o processo com habilidade e amplitude política nas relações com os governos estadual e municipal do Rio de Janeiro. Nossa responsabilidade foi replanejar, ampliar o financiamento e executar um projeto de largo espectro – que apresentava limitações desde sua origem – e, em seu curso, estruturar, organizar e desenvolver novos métodos de trabalho, de gestão e de novas relações público-privadas que fortaleceram e projetaram o governo federal. Isso num momento muito particular, em que os êxitos do governo Lula antecipam as disputas político-eleitorais do próximo ano. É importante explicitar que nossa participação no governo é parte da tática política de acúmulo de forças que em nada impede a construção de um projeto político independente no tocante a seu trajeto sindical e eleitoral.



## Novos rumos exigem novos investimentos, planejamento, grande esforço e ousadia

O Ministério do Esporte e suas lideranças serão chamados a se pronunciar sobre os resultados dos Jogos Rio 2007 e dos próximos eventos – o que implica, certamente, posicionar-se sobre o significado dos valores, dos rumos e do papel histórico que o esporte assumirá em nosso país.

O Brasil viveu um momento singular da nossa história esportiva. O Rio de Janeiro foi sede desses jogos, como São Paulo foi em 1963. Vale refletir sobre algumas questões abordadas quando o Brasil volta a editar os Jogos. Qual o legado dos Jogos Pan-americanos de quarenta anos atrás? (O Conjunto Residencial da USP (CRUSP), onde foi a Vila Pan-americana.) Na edição de 2007, os legados superam a infra-estrutura. O salto qualitativo, a nosso ver, é termos conseguido alçar o esporte à política de primeira grandeza. Esses jogos representaram um momento único para impulsionar a melhoria técnica, a ampliação da prática esportiva e o desenvolvimento social e econômico do país, em especial na cidade sede. Seu impacto é altamente positivo e se reflete em diversos legados esportivos sociais e na economia e infra-estrutura da cidade. Esse impulso será fundamental nos passos futuros para consolidar a Política Nacional de Esporte com base na ampliação da democratização do acesso ao esporte em todas as suas dimensões, a elevação do nível técnico esportivo e a inserção do país no circuito do esporte internacional.

Para o esporte poder contribuir significativamente com o desenvolvimento nacional, temos de enfrentar e vencer os desafios de ampliar a infra-estrutura esportiva, incrementar programas de inclusão social, como o Segundo Tempo que pode chegar a atender mais de um milhão de crianças em todo o país. Potencializar o esporte de alto rendimento com ampliação significativa do programa Bolsa Atleta. Apoiar o desenvolvimento da cadeia produtiva do esporte nacional, estimular a formação de recursos humanos e a pesquisa científica aplicada ao esporte e ao lazer, modernizar a legislação da prática esportiva e captar e realizar grandes eventos

esportivos internacionais. A diversificação e ampliação das fontes de financiamento do setor são necessárias, mas exigem a colaboração da iniciativa privada. É básica a conquista de uma fatia maior do orçamento para materializar esse objetivo, seja compondo programas unificados ou com projeto próprio de desenvolvimento do esporte. Precisamos estreitar relações com o Congresso Nacional, através das Comissões da Câmara e do Senado, que sempre contribuíram com a agenda do esporte. Esse será um passo firme para conquistar emendas específicas para os nossos programas.

O Brasil deve ser conhecido, para além dos seus resultados nas competições, pelos seus programas esportivos sociais que, inseparavelmente do esporte de rendimento, têm o esporte como fator de desenvolvimento humano; quer dizer, como atividade fundamental para que as novas gerações, especialmente dentro do âmbito escolar, se apropriem da cultura esportiva gerada pelos seus antecessores e possam desenvolver suas aptidões.

É preciso ampliar os legados dos Jogos 2007 implementando políticas públicas que desenvolvam o esporte nos equipamentos novos e reformados. Distribuindo os materiais esportivos às entidades que elevarão o nível técnico do esporte no Brasil. Essas ações estarão articuladas a um projeto maior, como o da implantação de Centros Nacionais de Treinamento de Modalidades que fortaleçam esportes já consagrados e estimulem as práticas esportivas menos difundidas no país.

A inserção do Brasil no circuito do esporte internacional possibilita a projeção da imagem positiva de um país que passa a ser reconhecido, além de sua beleza, pela competência, organização e criatividade em realizar o que se propõe e, ao mesmo tempo, pela hospitalidade, alegria e solidariedade de sua gente.

Como podemos ver, a responsabilidade sobre o sucesso dos Jogos Rio 2007 nos remete a grandes desafios para tornar o esporte fator de desenvolvimento nacional.

*Orlando Silva Júnior é ministro do Esporte e membro do Comitê Central do Partido Comunista do Brasil (PCdoB).*

### Notas

- (1) Poema de A. Antunes, tema musical dos Jogos Pan e Parapan americanos Rio 2007.
- (2) O ME contratou a Fundação Instituto de Administração da USP para pesquisar sobre o choque econômico desses Jogos no estado e município do Rio, a partir dos gastos diretos e o consumo autônomo dos turistas. Considerando a arrecadação de impostos e horas de trabalho diretas e indiretas na execução do evento.
- (3) Tem como base o "treinamento esportivo" cujos métodos inspiraram-se no mundo do trabalho e nos princípios tayloristas da sua administração, têm como prioridade a busca do mais alto rendimento da "máquina humana" e fizeram do desenvolvimento de VARF (velocidade, habilidade e destreza, resistência e força) o objetivo e a razão de ser da Educação Física Escolar. Ver "Construindo a relação esporte-escola". Damiani e Escobar. Revista *Princípios* n. 84.





Assine a revista marxista  
que debate o socialismo, aborda a realidade internacional  
e reúne elaborações no sentido de colocar o Brasil  
na rota de um novo projeto nacional de desenvolvimento



**REVISTA TEÓRICA, POLÍTICA E DE INFORMAÇÃO**

**Fundador e Diretor:** João Amazonas (1912-2002)  
**Editor:** Adalberto Monteiro  
**Comissão Editorial:** Adalberto Monteiro, Aloísio Sérgio Barroso, Augusto César Buonicore, Edvar Luiz Bonotto, José Carlos Ruy e Pedro de Oliveira.  
**Conselho Editorial:** Adalberto Monteiro, Aldo Arantes, Aldo Rebelo, Altamiro Borges, Ana Maria Rocha, Bernardo Joffily, Carlos Pompe, Carolus Wimmer, Clóvis Moura, Elias Jabbour, Haroldo Lima, Jô Moraes, José Carlos Ruy, José Reinaldo Carvalho, Domenico Losurdo, Luciano Martorano, Luis Fernandes, Luiz Manfredini, Madalena Guasco, Nereide Saviani, Olival Freire Jr., Olívia Rangel, Pedro de Oliveira, Raul Carrion, Rogério Lustosa (1943-1992), Sílvio Costa, Umberto Martins e Walter Sorrentino  
**Secretário de Redação:** Edvar Luiz Bonotto (licenciado) Carolina Maria Ruy (interna)  
 correio eletrônico: revista.principios@terra.com.br  
**Jornalista Responsável:** Pedro de Oliveira  
**Projeto Gráfico:** Laércio D' Angelo Ribeiro  
**Diretora de Produção e Comercial:** Ana Paula Bernardes  
**Administração:** Zandra de Fátima Baptista  
**Departamento de Circulação:** Cláudia de Medeiros  
**Arte:** Laércio D' Angelo Ribeiro  
**PRINCÍPIOS é uma publicação da Editora Anita Garibaldi**  
**R. dos Franceses, 04 - CEP 01329-010 - São Paulo - SP**  
**Tel.: (011) 3269-1331 - editora@anitagaribaldi.com.br**  
 A revista PRINCÍPIOS aceita colaborações que lhe forem enviadas, reservando-se o direito, a critério de seu Conselho Editorial, de publicá-las ou não. A publicação de um artigo não implica um compromisso da revista com o seu conteúdo. As opiniões emitidas são de responsabilidade exclusiva dos autores. Os artigos enviados não devem exceder 15 laudas (1 lauda = 1400 caracteres). Artigos maiores dependerão de um aceite prévio da Comissão Editorial. Os artigos devem ser enviados em três vias e em disquete (Word for Windows). Os originais não serão devolvidos. Citações devem seguir as normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas.

**Pontos de Venda:**  
**SÃO PAULO:** Rua dos Franceses, 04 - Fone 3266-4312/3266-4313/3289-1331; R. Frei Eu sébio da Soledade, 94 - Vila Mariana - fone 5575-9865; FNAC - Praça dos Omegas, 34 - fone 4501-3000; Banca GV - Av. Nove de Julho, 2029 - fone 3284-3726; Banca do Estádio - Viaduto Nove de Julho, 185 - fone 3231-3458; EDUSP: Trav. J. 374/2º andar - Cidade Universitária - fone 3091-4160/3091-2911; Banca Pedro Soares: R. Pedro Soares de Andrade, 669 - S. Miguel Paulista.  
**AC** - Rio Branco: Rua Rio Grande do Sul, 48 - fone 3244-1406.  
**AL** - Maceió: Av. Constança de Góes Monteiro, 220 - fone 3033-0943.  
**AM** - Manaus: Rua Luís Antony, 1042 - fone 3631-0845; Livraria Metro Cúbico: Rua Vinte e Quatro de Maio, 45 - Fone: 36376307.  
**AP** - Macapá: Rua Jovino Dinoá, 678 - fone: 3224-1121.  
**BA** - Salvador: Rua do Salete, 330 - fone 3328-6828.  
**CE** - Fortaleza: Av. Universidade, 3199 - fone 3281-9217.  
**DF** - Brasília: SDS - Conj. Baracati, Bl. F, salas 501/503 - fone: 3224-0491.  
**ES** - Vila Velha: R. Visconde de Taunay 435/Soteco - fone (27) 3339-4610.  
**GO** - Goiânia: Rua 229-A/ Qd. 95 - Lote 03, 25 - fone 3225-6656/3225-6639  
**MA** - São Luís: Rua de Santaninhas, 169 - fone 3222-5548.  
**MG** - Belo Horizonte: Rua Mucuri, 69 - fone 3214-0068/32742303.  
**MS** - Campo Grande: Rua Pedro Celestino, 678 - fone 3321-2947.  
**MT** - Cuiabá: Rua 25, nº 103 - Boa Esperança.  
**PA** - Belém: Trav. Frutuoso Guimarães, 618 - fone 3230-0849.  
**PB** - João Pessoa: Rua Alberto de Brito, 242 - fone 3222-5409.  
**PE** - Recife: Rua Visconde de Suassuna, 956 - fone 3231-2036.  
**PI** - Teresina: Rua Eliseu Martins, 1673 - fone 3226-2798.  
**PR** - Curitiba: Trav. Itaré, 140 - fone 3018-9630  
**RJ** - Rio de Janeiro: Largo São Francisco de Paula, 34/ 11º andar - fone 3970-5185/2242-9633.  
**RN** - Natal: Rua Princesa Isabel, 817 - fone 3211-8412.  
**RO** - Porto Velho: Av. Vitória Régia, 6046 - fone 3222-6533.  
**RR** - Boa Vista: Av. General Ataíde Teiv, 3849.  
**RS** - Porto Alegre: Rua Cristóvão Colombo, 950 - fone 3228-2152/3228-2154; José Hermeto (assinaturas) - 8148-0653.  
**SC** - Florianópolis: R. Major Costa, 214/Centro - fone (48)3028-3065.  
**SE** - Aracaju: Rua Siriri, 810 - fone 3211-2584; Banca São Francisco.  
**TO** - Palmas: Quadra 108 Sul, Rua SO-7, 10 - fone 3213-3144.

Nome.....  
 Endereço.....  
 Bairro..... Tel: ( ).....  
 CEP..... Cidade..... UF.....  
 Profissão..... E-mail.....

- ( ) Assinatura anual (6 edições) a partir do nº ..... R\$ 45,00
- ( ) Assinatura Bienal (12 edições) a partir do nº ..... R\$ 85,00
- ( ) Assinatura Trienal (18 edições) a partir do nº ..... R\$ 115,00

Formas de pagamento:

- [ ] CHEQUE NOMINAL à Editora e Livraria Anita Ltda.
- [ ] Depósito em C/C - ITAÚ Agência 0251 Conta nº 48678-3 (enviar cópia do comprovante)
- [ ] Cartão de Crédito: MASTERCARD, DINERS OU VISA.

Nº do Cartão □□□□□□□□□□□□□□□□□□□□ Cod. de segurança \*□□□  
 Validade □□ / □□

\* Favor completar o número acima com os 3 últimos dígitos do verso do seu cartão de crédito

**Editora e Livraria Anita Ltda**  
 Rua dos Franceses, 4 - Bela Vista - CEP 01329-010 São Paulo - SP  
 Tel/Fax: (11) 3266 4312  
 www.anitagaribaldi.com.br - livraria@anitagaribaldi.com.br



# Atenção, seleções do Mundo: aqui o verde continua além do gramado.



Rio Branco  
CANDIDATA 2014  
ACRE - A SEDE VERDE

O Acre quer Rio Branco como uma das sedes da Copa do Mundo 2014 no Brasil.

Para isto temos a Arena da Floresta, um dos estádios mais modernos do país, com capacidade atual de 20.000 torcedores e projeto de ampliação para 40.000 torcedores. Outros dois estádios serão adequados para treinos e preparativos.

A cidade é tranqüila, organizada e está pronta para montar a estrutura e a logística necessária à realização de jogos da Copa e eventos paralelos. O Governo do Estado e a Prefeitura de Rio Branco já têm todo planejamento para construção de equipamentos e estruturação de serviços, tudo de acordo com as normas da FIFA.

Os jogos no Acre asseguram a presença integral do Brasil na Copa do Mundo, unindo o país de Norte a Sul, e aproximam outros países das Américas, fortalecendo a representação continental do maior evento esportivo do Planeta. Além do mais, parte da Copa do Mundo estará acontecendo no campo mais conservado da Amazônia.

O Acre é a Amazônia em seu estado natural e vai unir o sentimento dos povos da floresta à mensagem de esperança, paz e fraternidade que a Copa do Mundo leva para todos os povos da Terra.







ISSN 1415766-6



9 771415 788002

## ODE À REVOLUÇÃO

**MAIAKÓVSKI**

A ti,  
A quem dirigiram  
sarcásticos ataques;  
A ti,  
Martirizada por aviltantes grilhões,  
Dedico entusiasmado,  
Em meio a chuvas de impropérios,  
Solenes odes.[...]

Ao maquinista  
Coberto pelo pó de carvão

É ao minerador que carcome os mananciais  
Dedicas o louvor  
Com unção,  
Glorificando o trabalho dos homens.[...]

[...] Tuas feridas lambes, para curá-las,  
E vejo novamente desobstruídas tuas veias.  
-Três vezes maldita!  
Diz o filisteu.  
-Mil vezes gloriosa!  
Te glorifica o poeta.

